



DESIGUALDADES
DE
GÊNERO
E REPRESENTAÇÕES
MIDIÁTICAS



TAMIRES FERREIRA COELHO
Organizadora



Universidade Federal de Mato Grosso

Evandro Aparecido Soares da Silva – Reitor

Rosaline Rocha Lunardi – Vice-reitora

Leandro Dênis Battirola – Pró-Reitor de Pesquisa

Adriano Aparecido de Oliveira – Pró-Reitor Administrativo

Jackson Antonio Lamounier Camargos Resende – Pró-Reitor de Ensino de Pós-Graduação

Roberto Perillo Barbosa da Silva – Pró-Reitor de Planejamento

Esta obra foi publicada com apoio da Universidade Federal de Mato Grosso, por meio do Edital de Apoio à Pesquisa (2021)



Conselho Editorial

Elizabeth Madureira Siqueira – IHGMT

Renilson Rosa Ribeiro – UFMT

Nileide Souza Dourado – NDIHR/UFMT

Sérgio Henrique Puga da Silva – UFMT

Adrienne de Oliveira Firmo – USP

Adriana Gonçalves Pio – UNIVALE

Daniela Bitencourt Bueno – FMUSP

Madelene Marinho e Silva – UNESP

Juliana de Medeiros Garcia Ribeiro – IFMT



DESIGUALDADES
DE
GÊNERO
E REPRESENTAÇÕES
MIDIÁTICAS

TAMIRES FERREIRA COELHO

Organizadora



Cuiabá, MT | 2022

© Tamires Ferreira Coêlho, (Org.), 2022.

A reprodução não autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

A Paruna segue o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa em vigor no Brasil desde 2009.

A aceitação das alterações textuais e de normalização bibliográfica sugeridas pelo revisor é uma decisão do autor/organizador.

F383dd Ferreira Coêlho, Tamires

Desigualdades de gênero e representações midiáticas /
Tamires Ferreira Coêlho (org.). 1ª ed. Paruna Editorial —
Cuiabá-MT: 2022.

138f. PDF

ISBN: 978-65-85106-07-8

1. Desigualdade. 2. Gênero. 3. Mídia. 4. Jornalismo. I. Título.

CDD: 070-120

Revisão e Normalização Textual:

Paruna Editorial

Capa, Editoração e Projeto Gráfico:

Candida Bitencourt Haesbaert – Paruna Editorial



Paruna Editorial

Rua Lima Barreto, 29 – Vila Monumento

CEP: 01552-020 – São Paulo, SP

Fone: 11 97958-9312

www.paruna.com.br

Sumário

Apresentação 7

Tamires Ferreira Coêlho

PARTE I

CAPÍTULO 1

Desigualdade de gênero na pandemia de Covid-19: fontes jornalísticas na cobertura do *Fantástico* em 2020 e 2021 13

Giordano de Arruda Tomaselli

Tamires Ferreira Coêlho

CAPÍTULO 2

Invisibilidade de mulheres vítimas de violência no programa Cadeia Neles 23

Liz Paola Brunetto

Tamires Ferreira Coêlho

Nealla Valentim Machado

CAPÍTULO 3

Representações jornalísticas de mulheres no (neo)populismo brasileiro 36

Maryelle de Campos Ponce

Tamires Ferreira Coêlho

CAPÍTULO 4

Revista *Capricho*: relacionamentos em um “guia” de masculinidade hegemônica 52

Tuani Awade Nunes da Mata

Tamires Ferreira Coêlho

Nealla Valentim Machado

PARTE II

CAPÍTULO 5

Nudes e mídia: algumas considerações 73

Nealla Valentim Machado

CAPÍTULO 6

Sair de casa, sair do armário e a vivência de territorialidades múltiplas nos processos de subjetivação bicha 87

Pedro Augusto Pereira

CAPÍTULO 7

Gênero e eleições: análise dos planos de governo dos candidatos à prefeitura de Cuiabá nas eleições de 2020 102

Giordano de Arruda Tomaselli

Vitória Fernanda de Sousa Tumelero

Tamires Ferreira Coêlho

Nealla Valentim Machado

CAPÍTULO 8

Raça acentuada, gênero esvaziado: um olhar interseccional sobre a campanha “Salve uma Mulher” 116

Isabella Szabor Machado Mustafé

Tamires Ferreira Coêlho

Sobre autoras e autores 137

Apresentação

Este livro nasce da urgência em se falar, do ponto de vista científico e comunicacional, de desigualdades de gênero. Ainda que tenhamos, pelo menos na última década, um aumento considerável na quantidade de obras, reflexões e artigos, além da qualidade e complexidade que constituem os debates sobre o assunto, o campo da Comunicação ainda “engatinha” quando falamos disso. As relações desiguais de gênero atravessam os meios de comunicação, processos e práticas comunicacionais, e não poderia ser diferente, afinal falamos de algo emaranhado nas estruturas de nossa sociedade, de nossa forma de olhar para o mundo e estar nele, das possibilidades de falar e de obtermos escuta.

Os oito capítulos reunidos neste livro são fruto de discussões articuladas ao projeto de pesquisa “Comunicação, gênero e mídia: representações, construções discursivas e possibilidades cidadãs”, em vigência desde 2021 no âmbito do Departamento de Comunicação e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Poder da Universidade Federal de Mato Grosso. Aqui, reúno reflexões e resultados de trabalhos realizados em parceria com Nealla Machado, professora da UFMT e integrante do projeto desde o início, e com estudantes de graduação e de mestrado que dialogam com os eixos dessa pesquisa. Estudantes, alguns agora egressos e com a experiência do Mestrado em Comunicação e Poder, estão na obra muito menos por terem sido orientados por mim, e eventualmente também por Nealla, e muito mais por contribuírem com avanços nas discussões e compreensões sobre problemas comunicacionais articulados a um contexto de desigualdade de gênero que se sofisticava, vai se adequando aos novos hábitos e tendências sociais, que se atualiza constantemente.

Vale mencionar ainda que o projeto de pesquisa que dá origem ao livro é provocado por reflexões, observações e dados obtidos durante atividades do Pauta Gênero – Observatório de Comunicação e Desigualdade de Gênero da UFMT. Há aqui uma conexão profunda entre pesquisa e extensão universitária, e com consequências importantes para a atividade de ensino em sala de aula, tendo em vista compreender a convergência entre elementos de empoderamento e de opressão complexamente articulados a produtos contemporâneos e a seu potencial de cidadania e transformação social.

Embora o termo "cidadania" não esteja como eixo central tampouco no título desta obra, ele atravessa todos os capítulos, nas entrelinhas, é um motor que nos move e nos instiga, que une reflexões simultaneamente próximas e distantes, que dá sentido à pesquisa e ao objetivo de impulsionar processos comunicativos mais inclusivos, resistentes às desigualdades interseccionais que nos permeiam no cotidiano. As representações sociais, conforme Denise Jodelet¹, estão em circulação em discursos, associadas a palavras, contam com a veiculação midiática, além de, conforme Serge Moscovici², poderem tender ao conservadorismo. Representações vigentes se vinculam frequentemente a valores cis-hetero-patriarcais e à divisão sexual do trabalho, seja na visibilidade ou no silenciamento de pessoas, na ausência de protagonismo.

A primeira parte do livro tem como foco análises que se voltam às representações vinculadas a práticas jornalísticas. Ao falarmos de jornalismo, levamos em consideração convenções e abordagens que interferem no processo de retroalimentação ou ruptura de estereótipos. De acordo com Fabiana Moraes³, o jornalismo, historicamente, tem como referência aquilo que vemos na dimensão do sensível: distorções, violências e sub-representações. Os enquadramentos e construções de acontecimentos se articulam a valores sociais, culturais, patriarcais e cis-heteronormativos.

Dados coletados durante o Monitoramento Global de Representação de Gênero na Mídia (Global Media Monitoring Project – GMMP) em 2020⁴ nos levam a atentar para a permanência da imagem objetificada e hipersexualizada da mulher como algo constante nas homepages de sites e em outras mídias. De forma mais sutil, são perceptíveis também desigualdades e hierarquias quando aparecem como fontes. A objetificação e inferiorização de mulheres e de pessoas que não seguem um padrão de cis-heteronormatividade nem sempre vem de modo explícito, há violências disfarçadas, pouco visíveis, em comportamentos, valores e na construção de linguagem. Pesquisar, recolher indícios, observar e investigar essas questões requer contextualizar essa produção, para problematizar valores vigentes e para investigar possibilidades mudança. Ainda que o problema da desigualdade de gênero seja sistêmico e profundo, quando se torna pauta, é abordado nos meios jornalísticos como algo pontual, individual, episódico. Temos indícios, nos textos deste livro, de que, quanto maior a vulnerabilidade, menor (e pior) é a representação midiática e jornalística, aliada ainda à naturalização de opressões, de desigualdades sociais e de um discurso meritocrático e neoliberal.

O primeiro capítulo, *Desigualdade de gênero na pandemia de Covid-19: fontes jornalísticas na cobertura do Fantástico em 2020 e 2021*, observa a representação feminina na construção de

1 JODELET, Denise. *Les représentations sociales*. Paris: PUF, 1989.

2 MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vozes, 2003.

3 MORAES, Fabiana. Pode a subalterna a subalterna calar? Limites e transbordamentos entre repórter e entrevistadas. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, v.15, n. 1, p. 85-97. janeiro/junho 2018.

4 Disponível em: <https://whomakesthenews.org/gmmp-2020-final-reports/>

matérias jornalísticas do programa *Fantástico* que tiveram como foco a pandemia de Covid-19, apresentando indícios que reforçam a divisão sexista entre quem ocupa o espaço público e o espaço privado na seleção de fontes por um programa jornalístico de referência. O capítulo *Invisibilidade de mulheres vítimas de violência no programa Cadeia Neles*, na sequência, traz uma análise voltada a um programa televisivo mato-grossense e com recorte da narrativa em torno da cobertura de casos de agressões físicas cometidas contra mulheres, durante o período de pandemia, fazendo uso de uma abordagem melodramática para consolidar discursos punitivistas e que culpabilizam as vítimas.

O capítulo subsequente, intitulado *Representações jornalísticas de mulheres no (neo)populismo brasileiro*, busca compreender como mulheres que se configuram como personalidades do governo bolsonarista são acionadas como fontes para construção das matérias em dois veículos editorialmente distintos, Jovem Pan e Agência Pública, de forma a suscitar um debate sobre o lugar das mulheres na relação entre (neo)populismo e mídias jornalísticas e sobre a importância de se pensar criticamente o espaço dado a citações diretas de fontes mulheres no texto jornalístico. Já o quarto capítulo, *Revista Capricho: relacionamentos em um "guia" de masculinidade hegemônica*, aborda a representação da masculinidade em um veículo impresso segmentado e voltado ao consumo de garotas, com recorte no início dos anos 2010, de modo a construir um "garoto dos sonhos" muito distante do fenótipo brasileiro e baseado em comportamentos marcadamente cis-heteropatriarcais.

Na segunda parte do livro, os capítulos trazem em destaque diálogos interseccionais. Para Patricia Hill Collins⁵, as opressões interseccionais de raça, classe, gênero e sexualidade precisam de poderosas justificativas ideológicas, de modo que estereótipos tendem a mascarar relações sociais, banalizando ou naturalizando sentidos de desigualdade em constante atualização. A relevância midiática destinada (ou não) à história ou à imagem de alguém passa por processos de negociação de sentidos, por riscos de apagamento e hiperexposição, inclusive quando consideramos processos político-institucionais, da promessa eleitoral ao que se concebe como política pública.

O quinto capítulo, *Nudes e mídia: algumas considerações*, além de fazer uma ponte com os textos da primeira parte do livro, centrados nas representações jornalísticas, foca em uma reflexão interseccional sobre a criação e o envio de imagens íntimas (a troca e a circulação de nudes), imersas em negociações e reconfigurações de arranjos sociais que envolvem **gênero e sexualidade**, destacando a "pedagogia da crueldade" direcionada pelo jornalismo contra mulheres na cobertura do tema. Na sequência, o capítulo *Sair de casa, sair do armário e a vivência de territorialidades múltiplas nos processos de subjetivação bicha*, analisa, com base numa práxis interseccional, dois vídeos do canal Guardai no Armário com relatos/testemunhos sobre os processos de aceitação

5 COLLINS, Patricia. Hill. *Pensamento Feminista Negro: Conhecimento, Consciência e a Política do Empoderamento*. São Paulo: Boitempo, 2019.

e saída do armário dos youtubers Murilo Araújo e Spartakus Santiago, processo atravessado por territorialidades múltiplas que se atravessam.

O penúltimo capítulo, *Gênero e eleições: análise dos planos de governo dos candidatos à prefeitura de Cuiabá nas eleições de 2020*, investiga-se um produto importante na área de *Comunicação Política*, mas ainda pouco estudado no campo, os planos de governo, focando nos quatro principais candidatos à prefeitura de Cuiabá-MT (município que nunca teve uma mulher eleita para o cargo) em 2020 e em sua possibilidade de diálogo com o eleitorado feminino, ressaltando a dificuldade das candidaturas em compreender a necessidade de instituir políticas públicas voltadas para mulheres, com destaque para as que vivem em situação mais vulnerável. Para finalizar a obra, o capítulo *Raça acentuada, gênero esvaziado: um olhar interseccional sobre a campanha "Salve uma mulher"* joga luz sobre as relações de dominação promovidas pela branquitude na campanha "Salve Uma Mulher", lançada pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) para combater a violência contra mulheres, problematizando ainda, a partir da metodologia do contrato comunicativo interseccional, a reprodução do "Complexo do Salvador Branco" e a individualização de um problema estrutural e estruturante da sociedade, deixando de visibilizar a violência como um problema social que carece de políticas públicas.

Boa parte dos trabalhos reunidos aqui parte de ampliações e revisões de textos discutidos em apresentações de eventos acadêmicos, que puderam amadurecer e contar com críticas, contribuições e sugestões teórico-metodológicas importantes para o estágio em que estamos. Deixo um agradecimento a colegas que nos inspiraram e instigaram a chegar até a composição desta coletânea.

Se tem algo que esta diversidade de textos reforça, definitivamente, é a constatação de que não há como pensar, de modo profundo e complexo, a Comunicação, nem a própria Democracia, sem diálogos sobre as relações desiguais de gênero e suas interseccionalidades. Em um país formado majoritariamente por mulheres e pessoas racializadas, que constituem a base da pirâmide social, e que ainda não se reconhecem em boa parte das produções midiáticas, sejam elas jornalísticas, publicitárias e cinematográficas, em âmbito mercadológico, sejam atreladas à comunicação pública ou governamental, repensar os parâmetros em direção à representatividade é uma questão de ética, responsabilidade, mas também de sobrevivência, afinal, as mídias se vinculam a serviços que precisam de interesse público.

Para isso, é necessário reconhecer que as desigualdades habitam os processos produtivos midiáticos, implementar mecanismos de reparação e reorganizar o que entendemos por mídia, gêneros e representação, para não cairmos nas armadilhas da tokenização, tão comum nas experiências antidemocráticas que temos visto se multiplicarem em solo tupiniquim. Há que se reorientar o olhar para a própria concepção de campo e de rotinas produtivas que adotamos, dos modos de circulação que almejamos. Há que se estudar muito mais o que é visto em status de

uma suposta neutralidade: masculinidades, heteronormatividade, cisnormatividade, branquitude e tudo que está envolto pelo privilégio de não ser encaixotado como “identitário”.

Estamos, aqui, em um estágio inicial, de diagnóstico, de problematização do que temos, de projeção do que queremos. Os desafios pela frente são muitos, e são de ordem epistemológica, mas já estivemos mais distantes e continuaremos avançando. Retroceder não é uma alternativa.

Tamires Ferreira Coêlho

Cuiabá, outubro de 2022



PARTE I



DESIGUALDADES
DE GÊNERO
NO JORNALISMO

Desigualdade de gênero na pandemia de Covid-19: fontes jornalísticas na cobertura do *Fantástico* em 2020 e 2021⁶

Giordano de Arruda Tomaselli

Tamires Ferreira Coêlho

O *Fantástico* é um programa jornalístico de alcance e relevância nacional, líder de audiência aos domingos, segundo o Kantar IBOPE Media, praticamente desde quando estreou, há 47 anos. O fato de sua periodicidade ser semanal e de seu tempo de duração ser relativamente grande (se comparado a outros programas jornalísticos diários da TV aberta brasileira) permite ao programa exibir reportagens mais longas e detalhadas, com mais conteúdo e uma produção mais completa do que as exibidas nos telejornais diários, por exemplo, que têm menos tempo hábil de produção e exibição.

O programa televisivo tem destacado desde o início de 2020, em todas as suas edições, assuntos relacionados à pandemia de Covid-19, que ainda assola o Brasil e o mundo. A Covid-19 é a doença causada por uma nova cepa de coronavírus que não tinha sido identificada em humanos ainda, até os primeiros casos serem notificados na província de Wuhan, na China, no final de 2019. O vírus acabou se espalhando por vários países, provocando colapso nos sistemas de saúde e levando a Organização Mundial da Saúde (OMS) a declarar situação de pandemia em 11 de março de 2020. Desde lá, a pandemia alterou a vida de muita gente no mundo inteiro ao inserir novos hábitos, como os *lockdowns*, isolamento e distanciamento social, uso de máscara, mas também nos fez assistir ao alto número de vítimas diárias.

Considerando que, pela sua importância nas sociedades democráticas, o jornalismo deveria apresentar uma maior diversidade de fontes, de modo a refletir a pluralidade e complexidade da nossa sociedade, é estratégico investigar sobre processos comunicativos durante a maior

6 Este trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – bolsa PIBIC 2021/2022 pela UFMT.

pandemia do século, pois refletem sobre características inerentes às apropriações de tecnologias de produção informacional televisiva, percebendo limitações e potencialidades da produção jornalística brasileira e considerando que as informações, sobretudo em um cenário pandêmico, são tanto produtos quanto serviços essenciais à população.

Além disso, sabendo que o *Fantástico* é um produto hegemônico de referência jornalística, em âmbito nacional, os problemas identificados nesta análise, muito provavelmente não são exclusivos somente deste programa. Estamos refletindo sobre este produto para expor esses problemas que, na verdade, estão presentes na base dos produtos jornalísticos da contemporaneidade aqui no Brasil.

Este capítulo parte de uma pesquisa com o objetivo de observar como se dá a representação feminina na construção de matérias jornalísticas do programa *Fantástico* que tenham como foco a pandemia de Covid-19. Foi considerado se há presença ou ausência de mulheres nas reportagens, observando quem é ouvida, identificando problemáticas na cobertura e percebendo que posição ocupam, bem como se houve presença de perspectivas e visões que levem em conta a igualdade de gênero ou se há a reprodução de preconceitos e estereótipos. Neste trabalho, o foco se volta sobre as fontes das reportagens.

Na metodologia, utilizamos a Análise de Conteúdo (AC) segundo Bardin (2016), associada à construção de uma tabela com base na metodologia e codificação do Monitoramento Global dos Media (WACC, 2020; 2021), aplicada a um produto audiovisual. Dada essa situação excepcional que se desenrolava durante os períodos analisados, achou-se necessário fazer algumas adaptações na tabela de codificação, que foi desenvolvida para o GMMP (Projeto de Monitoramento Global dos Media, em inglês), para que ela coubesse nesta análise mesmo que não tenha sido pensada para a situação de pandemia, que é um foco aqui. O GMMP é o maior e mais longo estudo sobre gênero na mídia mundial, e tem como objetivo identificar a representação das mulheres nos meios de comunicação dos mais de 100 países no qual é realizado desde 1995, sempre a cada 5 anos. Em 2020, o Brasil voltou a integrar o estudo.

O corpus da pesquisa é composto pelas reportagens exibidas pelo programa *Fantástico*, da TV Globo, que foram ao ar nos meses de abril dos anos de 2020 e 2021, dois momentos diferentes da pandemia de Covid-19 no Brasil, totalizando oito edições. A escolha pelos meses de abril se deu justamente por essa diferença de momentos, o início da pandemia durante abril de 2020 e um dos momentos mais críticos da situação no país, o pico em abril de 2021, um ano depois. O conteúdo foi coletado através da plataforma de streaming Globoplay, onde as edições se encontram disponíveis na íntegra⁷.

7 Com exceção da edição do dia 18 de abril de 2021, já que é informado na plataforma que esta sofreu modificações em sua versão web. Trabalhamos com essa edição modificada, pois não realizamos gravações próprias na época e também não recorremos a conteúdos sem direitos autorais eventualmente disponíveis em outras plataformas que não sejam a autorizada pelo grupo Globo.

Jornalismo e desigualdades de gênero

Por muito tempo, o jornalismo se eximiu de trazer problemáticas relativas a parcelas gigantescas da sociedade (MORAES; SILVA, 2019), buscando como método orientador do fazer jornalístico uma "objetividade" e uma "universalidade" que acabavam sendo baseadas em uma neutralidade falaciosa, com uma noção de sujeito universal baseada no homem branco, cis-heterossexual e ocidental (MORAES; SILVA, 2019). Segundo Pires (2020, p. 355), essa universalidade acaba presupondo "uma única possibilidade de natureza humana que, quando compreendida, permitiria que se buscasse proteção suficiente e adequada para a experiência humana plena", mas que, na prática, não funciona assim.

Observar o comportamento de um programa jornalístico quanto a gênero, se torna de suma importância principalmente no momento excepcional analisado, uma pandemia global. Quando Santos (2020, p. 15) disse que "a quarentena será particularmente difícil para as mulheres", podendo até ser perigosa, considerou que "as mulheres são consideradas as cuidadoras do mundo, dominam na prestação de cuidados dentro e fora das famílias" (SANTOS, 2020, p. 15). Sabendo que elas dominam algumas profissões da linha de frente como enfermagem e assistência social, Santos (2020, p. 16) atentava para o fato de elas não poderem realizar uma quarentena para "poderem garantir a quarentena de outros" (SANTOS, 2020, p. 16).

Em uma sociedade em que sempre foi delegado às mulheres o chamado "trabalho do cuidado", que se trata de um "trabalho não qualificado, mal pago, não reconhecido e que as mulheres normalmente não têm a opção de escolher fazê-lo ou não" (KERGOAT, 2016, p. 19), essa divisão sexual do trabalho acaba reservando a elas uma sobrecarga de tarefas e posições hierárquicas baixas, se inseridas no mercado. Alcântara (2021, p. 43) traz que, às mulheres, "além de administrar a carreira, é destinado a elas o cuidado familiar e da casa. Muitas vivenciam a dupla jornada de trabalho, o que interfere no desempenho em horário laboral, com efeitos físicos e intelectuais". Galdino (2018, p. 43) aponta que "as mulheres, segundo o estudo feito pelo IPEA (INSTITUTO, 2011) com base histórica de 1995 a 2015, trabalham 7,5% a mais que os homens, por causa da dupla jornada de trabalho, que inclui o ambiente externo e o doméstico".

Era rara a presença feminina nas redações jornalísticas até meados do século XX. Segundo Bandeira (2016 apud ALCÂNTARA, 2021, p. 40), quando chegaram às redações brasileiras, elas assumiram cargos destinados aos assuntos ditos "femininos" como entretenimento, fofocas, moda, beleza, família e afazeres domésticos. Nos dias de hoje, mesmo sendo a maioria nas redações e nos cursos de graduação em jornalismo no Brasil, as mulheres ainda não têm uma ocupação proporcional nos postos de trabalho (ALCÂNTARA, 2021). Lima (2020) cita ainda que "segundo Moreno (2017), no que diz respeito à aparição das mulheres em telejornais, elas, frequentemente,

aparecem como vítimas ou testemunhas anônimas nos noticiários, poucas vezes as mulheres aparecem como fonte especialista" (LIMA, 2020, p. 33). Levantar essas questões é importante porque, a partir daí, podemos "refletir sobre os aspectos da noção de objetividade jornalística dominante e suas relações com a prevalência do machismo e do racismo nas estruturas de produção do conhecimento jornalístico" (MORAES; SILVA, 2019, p. 3).

A ideia de uma objetividade jornalística isenta, imparcial, absoluta, serve apenas a um seletivo grupo social privilegiado e acaba construindo diversos grupos sociais como mulheres, pessoas negras, LGBTQIA+⁸ e pessoas empobrecidas de forma estereotipada na cobertura midiática. Segundo Hall (2016), os estereótipos são usados para a manutenção da ordem social e tendem a ocorrer em lugares onde existem enormes desigualdades de poder. "A estereotipagem reduz, essencializa, naturaliza e fixa a 'diferença' [...] tudo sobre ela [uma pessoa] é reduzido a esses traços que são, depois, exagerados e simplificados" (HALL, 2016, p. 191). Os estereótipos sempre foram utilizados por grupos dominantes, que querem manter seus privilégios sobre os outros, espalham ideias e crenças que diminuem o outro, hegemonia a qual Hall (2016) chama de "uma forma de poder baseada na liderança de um grupo em muitos campos de atividade de uma só vez, para que sua ascendência obrigue o consentimento generalizado e pareça natural e inevitável" (HALL, 2016, p. 193). Na tabela de codificação há uma categoria cuja preocupação é em saber se a matéria desafia estereótipos de gênero, rompendo com uma "normalidade" e posição de conforto comum da mídia frente a essa questão.

Os conceitos de representação e estereótipos, porém, diferem. Segundo Hall (2016, p. 31), representação é expressar algo sobre o mundo para outras pessoas, onde significados são produzidos e compartilhados entre os membros de uma comunidade. Segundo Brunetto (2021, p. 12), representação seria uma espécie de apropriação de elementos do que será representado, refletindo "uma produção da imagem que fala não somente sobre o objeto representado, mas também [...] sobre a sociedade que reproduziu essa imagem", fazendo com que a representação seja somente parte do real daquilo que é representado (BRUNETTO, 2021, p. 12). "A representação se torna quem somos e nos mostra de que forma estamos inseridos em determinados contextos sociais" (AMORIM, 2021, p. 24). Os estereótipos e representações são utilizados por setores privilegiados e dominantes na sociedade para perpetuar padrões de dominação que foram historicamente construídos.

8 Sigla que compreende pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgênero, Travestis, Queer, Intersexo, Assexuais, Agênero e Arromânticas, dentre outras denominações e identificações.

Fontes no Jornalismo

Vale ressaltar a observação das fontes selecionadas em cada caso codificado, sabendo principalmente duas coisas: 1) a importância das fontes em toda produção jornalística, e 2) como a escolha e seleção de fontes diz muito sobre o veículo, o jornalista responsável e a mensagem que se quer passar. Nesta pesquisa, analisamos somente as fontes humanas. Notas em nome de instituições, por exemplo, não são codificadas, somente se houver alguém como porta-voz representando o órgão/instituição.

O papel essencial das fontes no fazer jornalístico faz dela um elemento indispensável em qualquer produto, pois, segundo Chagas (2019, p. 1246), "a rede noticiosa depende das fontes para a promoção e apuração das informações". Chagas (2019) ainda vai apontar que há uma dependência de fontes oficiais no radiojornalismo, algo que Traquina (1993) já apontava ser um problema do jornalismo em geral, pois há uma convenção no campo de que "a posição de autoridade confere credibilidade", fazendo com que essas pessoas sejam mais favorecidas no processo de produção das notícias (TRAQUINA, 1993, p. 172). Hall et al. também denunciam esse vício dos jornalistas, que recorrem a fontes "dignas de crédito" devido a seu poder, sua posição institucional ou seu status de representante com a intenção de trazer uma certa "objetividade", preferência estruturada que eles chamam de "definidores primários" (HALL et al., 1993, p. 229).

Assim como as notícias, que são um produto final de um processo de escolha e seleção dos acontecimentos de acordo com um conjunto de categorias socialmente construídas (HALL et al., 1993, p. 224), a seleção das fontes também é um processo importante e se faz indispensável na construção da produção da reportagem. Os jornalistas e agentes noticiosos decidem regularmente quais histórias são noticiáveis, quais merecem maior destaque e quais são irrelevantes e são eliminadas, baseando-se no que chamamos de valores-notícia (HALL et al., 1993, p. 225). Com isso, o jornalismo direciona visibilidade maior para determinados assuntos em detrimento de outros.

Na mesma linha do que foi trazido por Alcântara (2021) e Lima (2020) sobre o papel feminino nas redações brasileiras e sua representação no noticiário, Amorim (2021, p. 55) traz que essa predominância masculina e a falta de diversidade refletem diretamente na seleção de quem será ouvido, pois, para a autora, a "pouca diversidade das fontes representa ainda as redações compostas, em sua grande maioria, por pessoas brancas, heterossexuais e cisgêneras, buscando fontes brancas e dentro do padrão cis heteronormativo". É problemático quando essas representações são trazidas pela mídia em uma sociedade que é "estruturada pela dominação masculina, a posição das mulheres não é apenas 'diferente' da dos homens. É uma posição social marcada pela subalternidade" (MIGUEL, 2014, p. 64). Analisando a representação midiática, Brunetto (2021) discute o impacto positivo e negativo dela na mudança das relações de gênero.

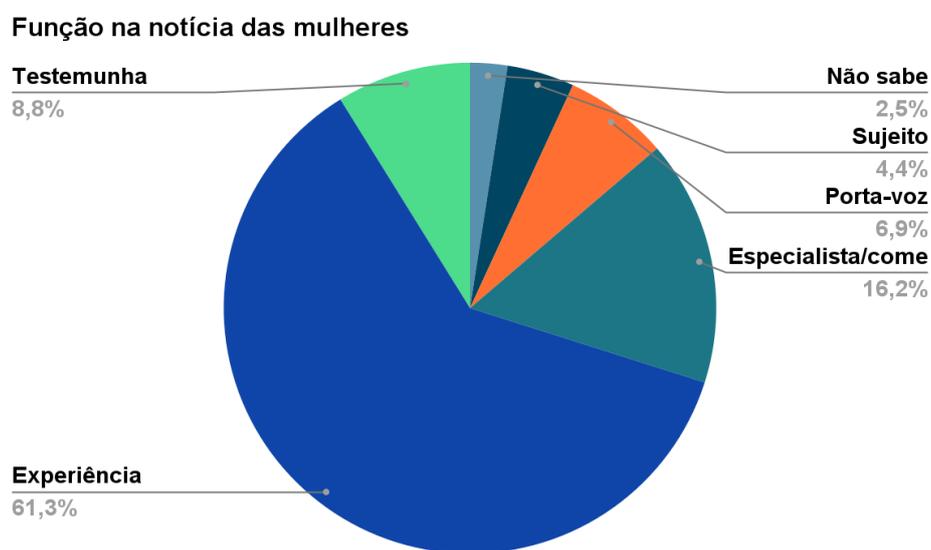
Há, por meio dela, uma possibilidade de reconfiguração da visão de mundo de uma sociedade, principalmente se partir de uma problematização e discussão de determinados temas, como os papéis de gênero, a reorganização das relações problemáticas entre homens e mulheres e a consequente violência contra a mulher. É claro que compreendemos a sua complexidade e o tempo, relativamente longo, que essa empreitada levaria (BRUNETTO, 2021, p. 69).

Ressaltamos que não temos como objetivo fazer um juízo de valor arbitrário direcionado ao trabalho realizado pelo programa analisado, e sim observar, promover um debate e uma análise crítica acerca desse importante produto jornalístico brasileiro. Além disso, possíveis problemáticas percebidas em um programa como o *Fantástico*, podem evidenciar vícios e erros enraizados na cobertura jornalística e que podem aparecer em maior evidência em outros telejornais país afora, principalmente nos de caráter mais sensacionalista.

Quem aparece como fonte nas reportagens do *Fantástico* sobre Covid-19

Em uma reportagem onde o assunto eram pessoas “invisíveis” que ficavam fora da abrangência do auxílio emergencial, por exemplo, foram encontradas fontes masculinas porta-vozes, especialistas e trazendo sua experiência pessoal, porém, todas as fontes femininas ouvidas se restringiam a trazer sua experiência pessoal sobre o assunto, ou seja, somente mulheres em vulnerabilidade econômica.

Gráfico 1: Função das mulheres nas notícias

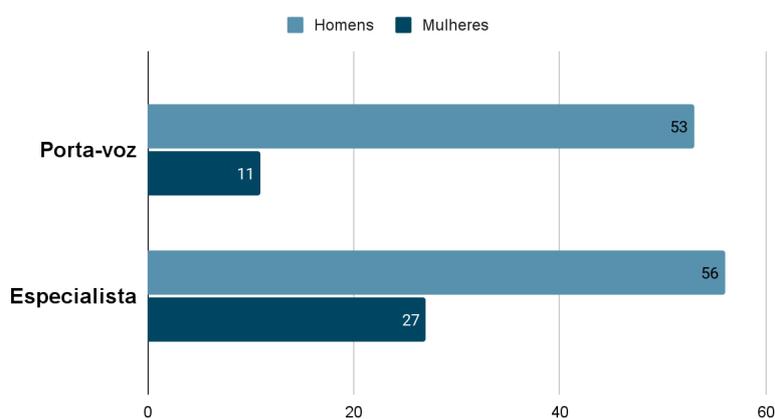


Fonte: elaboração própria.

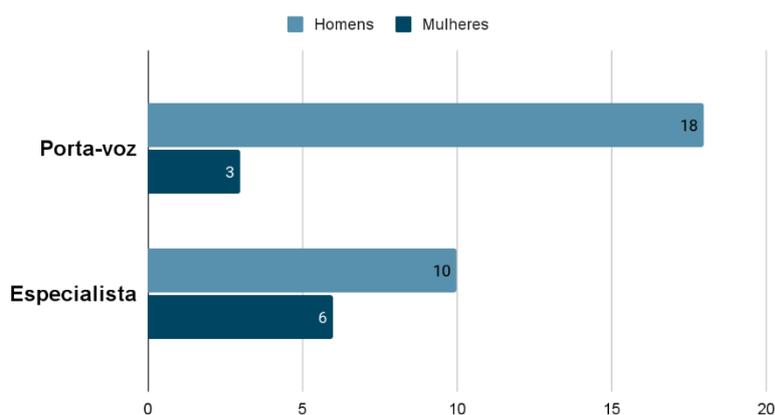
No geral, mais de 60% das fontes mulheres trazidas pela revista eletrônica estão relatando sua “Experiência pessoal”, diferente das fontes masculinas, onde somente 29% são trazidas com essa função na notícia.

Gráficos 2 e 3: Diferença por gênero em funções de porta-voz e especialista

Diferença por gênero quando fonte porta-voz e especialista (2020)



Diferença por gênero quando fonte porta-voz e especialista (2021)



Fonte: elaboração própria.

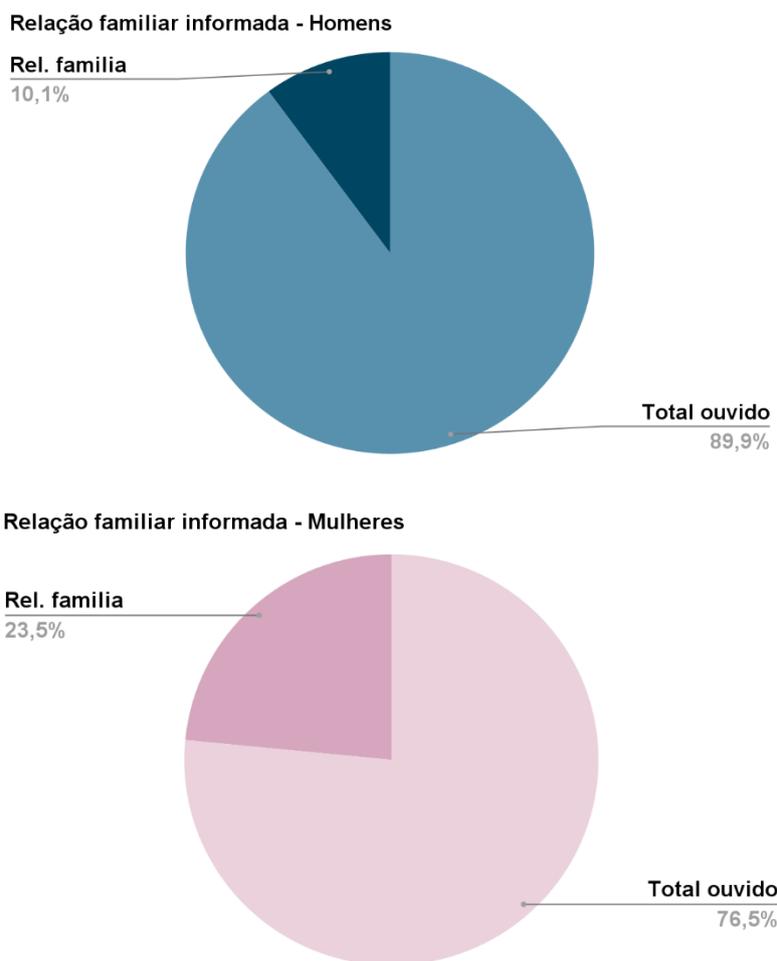
Foram poucas as matérias que, de fato, apresentaram pessoas em parcela “minorizada” de raça e etnia. Aqui, recortamos os números das mulheres que foram apresentadas nesse contexto. Das 212 ouvidas no total, somente 19 eram racializadas. Esse número é menos de 10% do total. É problemático perceber que, em nenhuma das reportagens, uma representante da população indígena foi trazida e ouvida e que a maioria das reportagens que apresentou uma pessoa em parcela “minorizada” de raça e/ou etnia trouxe a fonte em condições de vulnerabilidade econômica.

Na reportagem que fala sobre prejuízos na alimentação dos estudantes e auxílio merenda, por exemplo, que foi apresentada no dia 12/04/2020, todas as fontes que tiveram sua relação

familiar informada eram mulheres. O também fato de elas serem grande maioria das fontes ouvidas nesta matéria ainda nos faz pensar sobre o reforço da imagem em que cabe só à mulher o cuidado com os filhos, embora elas realmente chefiem sozinhas grande parte dos lares brasileiros.

Apesar de serem minoria, numericamente, entre as fontes ouvidas, as mulheres foram as que mais tiveram sua relação familiar informada no programa, ou seja, foram apresentadas sendo mães, irmãs ou esposas de alguém, como mostram os gráficos abaixo.

Gráficos 4 e 5: Relação familiar informada nas matérias



Fonte: elaboração própria.

Dos 275 homens ouvidos como fontes, 31 tiveram sua relação familiar informada. Quanto às mulheres, das 212 ouvidas, 65 tiveram sua relação familiar informada. A vinculação familiar reforça a imagem da mulher articulada à família e, conseqüentemente, ao espaço doméstico, mesmo diante das possibilidades de alguma visibilidade de sua voz no espaço público midiático.

Considerações

O *Fantástico* é um programa que é referência jornalística em âmbito nacional. Por ter a periodicidade semanal e tempo maior de exibição, suas reportagens podem ser melhor elaboradas e podem abordar temas ou detalhes negligenciados (ou trazidos superficialmente), se comparadas à apuração dos meios jornalísticos de periodicidade diária.

O gênero feminino, ao ser minoria entre as fontes especialistas e maioria dentre as que trazem sua experiência pessoal, além de ser a maioria dentre quem teve suas relações familiares informadas, reforça a ideia de que o espaço público pertence aos indivíduos do gênero masculino e o espaço doméstico, de quem não teria qualificação para ser especialista em algo, é destinado ao feminino.

Ao não trazer uma diversidade maior em suas fontes, o programa apresenta um Brasil diferente dos números do IBGE, que mostram que mulheres e pessoas pretas e pardas são a maioria da população, o que direciona ele a um certo tipo de público, possivelmente branco, masculino e sudestino, pois o gênero feminino foi ouvido em menor número e mulheres negras constituem uma parcela ainda menos ouvida. Há que se cobrar a necessidade de os veículos de comunicação implementarem programas de conscientização e que promovam políticas de igualdade de gênero dentro de suas redações e em suas práticas de trabalho.

Há uma invisibilização da sobrecarga de gênero, que penaliza as mulheres e que nitidamente piorou no período da pandemia, pois, além das demandas de trabalho, grande parte ainda se desdobra para dar conta do cuidado com os filhos e dos afazeres domésticos. Apesar disso, somente 3 matérias de um corpus de quase 100, destacaram efetivamente questões de desigualdade entre homens e mulheres. Essas reportagens que destacam situações de desigualdade de gênero o fazem de maneira sutil, e não problematizam ou contextualizam mais a fundo o assunto.

Ao chegar a essas constatações de que a mídia analisada contribui pouco para o debate de assuntos relacionados à igualdade de gênero, pode-se afirmar ainda que, de fato, ela segue como um retrato de nossa sociedade, estruturada ainda em bases machistas e discriminatórias, que tendem a calar a mulher para dar espaço ao homem. Um ano depois do início da cobertura da chegada da pandemia ao Brasil, quase nada mudou na estrutura das matérias do *Fantástico*, no que concerne à estrutura da cobertura. Impressiona, inclusive, a baixa quantidade de reportagens sobre Covid-19 nas últimas edições de abril de 2021, período ainda de forte pico da doença no Brasil. Uma vez que mídias jornalísticas são elemento integrante do processo democrático, é importante observar o espaço conferido à mulher, e como isso reflete na manutenção de relações de poder extremamente desiguais em nossa sociedade.

Referências

- ALCANTARA, Juliana. Gênero e jornalismo: quem produz as notícias e como influenciam no discurso. **Observatorio (OBS*)**, v. 15, n. 1, 2021.
- AMORIM, Thays Luz. **A construção noticiosa da população LGBTQ+ no jornalismo digital Cuiabano**. 2021. 120 f. TCC (Graduação) – Curso de Comunicação Social – Jornalismo, Comunicação Social, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2021.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BRUNETTO, Liz Paola. **Uma Morte Anunciada**: a violência contra a mulher na tela do Cadeia Neles. 2021. 128 f. TCC (Graduação) – Curso de Comunicação Social – Jornalismo, Comunicação Social, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2021.
- CHAGAS, Luãn José Vaz. A seleção das fontes e a terceirização na construção das notícias: dependência e passividade na CBN Ponta Grossa. In: **Estudios sobre el Mensaje Periodístico**. 2019, p. 1243-1253.
- GALDINO, Melissa. A escassez de jornalistas negras na bancada do telejornalismo brasileiro. In: SANTOS, Marli; TEMER, Ana Carolina Rocha Pessoa (Org.). **Mulheres no jornalismo**: práticas profissionais e emancipação. São Paulo: Casper Líbero, 2018. p. 33-53 Disponível em: <<https://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2018/11/Mulheres-no-jornalismo.pdf#page=33>>. Acesso em: 09 set. 2020.
- HALL, Stuart et al. A produção social das notícias: O 'Mugging' nos Media. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo**: questões, teorias e "estórias". Lisboa: Vega, 1993.
- KERGOAT, Danièle. O cuidado e a imbricação das relações sociais. In: ABREU, A.R. de P.; HIRATA, H.; LOMBARDI, M.R. (orgs.). **Gênero e Trabalho no Brasil e na França**: perspectivas interseccionais. São Paulo: Ed. Boitempo, 2016.
- LIMA, Daniele Silva. **A presença das mulheres como fontes de informação no telejornalismo**: uma análise do jornal hoje e do jmtv 1a edição. 2020. 76 f. TCC (Graduação) – Curso de Jornalismo, Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz, 2020.
- MIGUEL, Luis Felipe. Gênero e representação política. In: BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. **Feminismo e Política**. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 58-67.
- MORAES, Fabiana; SILVA, Marcia Veiga da. **A objetividade jornalística tem raça e tem gênero**: a subjetividade como estratégia descolonizadora. In: XXVIII Encontro Anual da Compós. **Anais...** Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.
- PIRES, Thula Rafaela de Oliveira. Por uma concepção amefricana de direitos humanos. In: BUARQUE DE HOLANDA, Heloísa; VAREJÃO, Adriana (Org). **Pensamento feminista hoje**: perspectivas decoloniais (versão PDF). 1. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Cruel Pedagogia do Vírus** (versão PDF). Coimbra: Almedina, 2020.
- TRAQUINA, Nelson. (Org.). **Jornalismo**: questões, teorias e "estórias". Lisboa: Vega, 1993.
- WACC. **The Global Media Monitoring Project 2020**. 2020.
- WACC. **The Global Media Monitoring Project 2020**: Brasil National Report. 2021.

CAPÍTULO 2

Invisibilidade de mulheres vítimas de violência no programa Cadeia Neles

Liz Paola Brunetto
Tamires Ferreira Coêlho
Nealla Valentim Machado

A pandemia mundial em decorrência do novo coronavírus⁹ traz consigo a sensação de temor constante. Com quase 500 mil vítimas de Covid-19 em todo o Brasil, há outro perigo que vai além do risco de contaminação e adoecimento para uma parcela expressiva da sociedade: as mulheres. Durante o primeiro trimestre de 2020, foi recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) o distanciamento social com o intuito de frear o contágio. Para mulheres que sofrem com violência doméstica, a proteção contra o vírus significou maior exposição a agressões.

Durante esse período, segundo a Agência Patrícia Galvão¹⁰, houve um aumento significativo tanto nos casos de feminicídio quanto de agressão contra as mulheres em todo o país. Os feminicídios aumentaram 22% nos meses de março e abril de 2020 em 12 estados analisados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

O aumento no número de casos de feminicídio registrados em Mato Grosso também deu um salto entre março e abril de 2020. Se comparados com o mesmo período de 2019, o crescimento foi de 150%, conforme dados do estudo Violência Doméstica durante a pandemia de Covid-19 realizado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública¹¹. Segundo o monitoramento da Ponte (ARINI, 2020), que também problematizou os dados no estado e se concentrou na análise do 1º quadrimestre do ano, o aumento em 2020 foi de 47% e, de 15 casos de feminicídio em 2019, para 22 mortes em 2020 nos primeiros quatro meses do ano. Dentre os 20 estados que enviaram as estatísticas dos meses de março e abril de 2020, Mato Grosso ficou com uma taxa

9 A Covid-19 é uma doença causada pelo coronavírus SARS-CoV-2. O quadro clínico varia de infecções assintomáticas a problemas respiratórios graves.

10 Com 19 anos de atuação, o Instituto Patrícia Galvão é uma organização feminista de referência nos campos dos direitos das mulheres e da comunicação.

11 Dados de feminicídio entre março e abril no estado: disponíveis em <<https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2020/06/02/feminicidio-aumenta-em-150percent-em-mt-durante-pandemia-da-covid-19.ghtml>>. Acesso em 22 de set. de 2020.

de 0,69 para cada 100 mil habitantes mulheres, ficando atrás apenas do Maranhão, que teve uma taxa de 0,88 (ARINI, 2020).

A Ponte Jornalismo¹², na série “Um vírus e duas guerras”, apontou que em dois meses – março e abril de 2020 – 195 mulheres foram vítimas de feminicídio no país (UM, 2020). A matéria de abertura da série, publicada no dia 18 de junho de 2020, alerta para a potência que a pandemia conferiu à violência contra a mulher. Além dos desafios enfrentados na pandemia, o convívio diário (às vezes integral) com o agressor se tornou uma prisão para mulheres em situação de violência.

Com o objetivo de analisar como a narrativa construída pelo programa policiaisco **Cadeia Neles**, transmitido na TV aberta do estado de Mato Grosso, aborda casos de mulheres vítimas de violências na região durante o início da pandemia de Covid-19, apresentamos, além da contextualização, conceitos de base para esta investigação.

As mulheres que sofrem com a violência doméstica e familiar, desde setembro de 2006, são amparadas pela Lei Maria da Penha¹³ (Lei 11.340/06) – mecanismo que almeja prevenir e coibir esse tipo de violência. A lei recebeu esse nome em homenagem a Maria da Penha Maia, agredida pelo marido durante seis anos até se tornar paraplégica, depois de sofrer uma tentativa de assassinato com arma de fogo, em 1983. O primeiro caso¹⁴ a resultar em prisão com base nas novas normas foi o de um homem que tentou estrangular sua mulher.

Segundo Izabel Gomes (2017), existem três vertentes de reconhecimento dentro dos estudos feministas para teorizar e direcionar políticas públicas de combate à violência contra as mulheres e ao feminicídio. A primeira tenta reconhecer o fenômeno a partir de todas as mortes violentas de mulheres, não somente o assassinato de mulheres, mas a mortalidade materna, mortes por abortos mal sucedidos e outras cuja ocorrência tem como causa principal a discriminação e as desigualdades de gênero. A segunda vertente, ainda de acordo com Gomes (2017), reconhece o fenômeno do feminicídio somente a partir do assassinato de mulheres, para compreender o conjunto de singularidades que o compõem. E a terceira vertente compreende a temática da judicialização dos assassinatos de mulheres, como a própria teorização da temática, e de como pensar epistemologicamente o feminicídio por meio de teorias feministas. Em comum, Gomes (2017) diz que todas essas vertentes querem destacar a letalidade dessa violência direcionada contra um gênero específico e a não acidentalidade de atos violentos direcionados ao feminino.

Gênero é aqui compreendido como “um conjunto de normas modeladoras dos seres humanos em homens e em mulheres, normas estas expressas nas relações destas duas categorias sociais” (SAFFIOTI, 2011, p. 70). São expectativas e determinações sobre duas categorias sociais – *Homens*

12 Organização sem fins lucrativos desenvolvida em defesa aos direitos humanos, abordando violências de estado, raça, gênero e cultura.

13 Sobre a Lei Maria da Penha: disponível em <<https://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/lei-maria-da-penha>>. Acesso em 20 de set. de 2020.

14 Sobre o primeiro caso a ser enquadrado na Lei Maria da Penha: disponível em <<https://www.conjur.com.br/2009-out-08/justube-lei-maria-penha-faz-anos-usada-protoger-homens>>. Acesso em 04 de dez. de 2020.

e *Mulheres* – que estão, portanto, inseridas na dinâmica das relações de poder. Sujeitos de uma mesma categoria se relacionam entre si e também com sujeitos da outra categoria, majoritariamente, de modo a perpetuar as estruturas de poder desiguais entre eles.

O sistema patriarcal se retroalimentaria, portanto, das práticas sociais que têm como suporte as ideologias patriarcais e é desenvolvido de modo a forjar “uma estrutura de poder que situa as mulheres muito abaixo dos homens em todas as áreas da convivência humana. É a esta estrutura de poder, e não apenas à ideologia que a acoberta, que o conceito de patriarcado diz respeito” (SAFFIOTI, 2011, p. 136). Isso torna difícil e desafiadora a interpelação do sistema para promover mudanças palpáveis, o que não significa dizer que a mudança não possa acontecer. A empreitada requer esforços constantes para ressignificar práticas sociais largamente aceitas, tornando esse processo demasiadamente lento.

Judith Butler (2014) trata sobre a construção e regulação das normas de gênero. A partir disso observamos o poder que esse processo adquire na (re)produção de violências contra este grupo específico da sociedade – as *Mulheres*. Para a autora, as normas são o que conferem inteligibilidade para que sejam validadas as ações dos sujeitos e conferidas como práticas sociais aceitas, como um consenso dentro de uma determinada sociedade, criando parâmetros para a legibilidade dessa ação e estabelecendo aquilo que é reconhecido como sendo de domínio social (BUTLER, 2014, p. 253). É nesse contexto que se estabelecem as normas do “masculino” e do “feminino”, uma espécie de acúmulo de expectativas sobre o comportamento dessas categorias sociais. Os sujeitos são “moldados” ao papel que se espera que eles desempenhem como membros de determinada cultura e o papel subjogado reservado socialmente à mulher desencadeia invisibilidades que se manifestam em violências de todas as ordens.

Há, no entanto, outras variáveis determinantes que podem potencializar o cenário de violência contra a mulher, como no contexto brasileiro. A ideia da colonialidade contribui para pensarmos as interseccionalidades que atravessam essa discussão, que pode “ser brevemente conceituada como dinâmicas econômicas, políticas e sociais que foram criadas com a colonização, mas que perduraram até os dias de hoje, séculos após o fim do sistema colonial” (BARRETOS; MAIA, 2020, p. 85). Na atualidade ainda é possível perceber as marcas desse sistema calcado no emprego e exploração da mão de obra escrava e na profunda violência contra esses sujeitos escravizados. Portanto, a violência é atravessada pela raça e classe dessa mulher violentada, determinando muitas vezes outras potenciais violências cometidas contra ela.

Introduzimos a metáfora do nó, de Saffioti, discutida aqui por Daniele Motta (2018), que também articula gênero, raça e classe como inerentes às diferentes manifestações de violência contra a mulher. A diversidade cultural que o país abriga não deveria, mas manifesta desigualdades que culminam em violência.

Nessa engrenagem as representações têm um papel fundamental, podendo ser (re)produzidas de modo a endossar as diferenças que geram violências ou de questioná-las por meio de outros prismas. Entendemos representações como uma espécie de “espelho” que determinada sociedade, em determinado tempo, tem sobre um assunto específico, sujeito, grupo ou objeto. Essa função de “espelhar”, no entanto, não é no sentido de imitação da realidade e sim como “uma operação de apropriação e de invenção a partir de elementos daquilo que é representado” (CORRÊA; SILVEIRA, 2015, p. 208). O ato de representar ou de ser representado é um processo ativo que se apropria do conjunto de estoques de significado que os sujeitos dentro de uma sociedade atribuem ao que está sendo representado.

Uma das facetas que a representação apresenta é a estereotipagem, que detém características específicas, dentre elas uma natureza mais estática, por assim dizer. “As representações que resistem à complexidade e à transformação podem ser chamadas de estereótipos, que apresentam como características principais o engessamento e a limitação de sentidos possíveis, tendendo a dicotomias redutoras e maniqueísmos” (CORRÊA; SILVEIRA, 2015, p. 212). O processo de elaboração de um estereótipo se inicia na apropriação de algumas poucas características de fácil compreensão e reconhecidas pelo senso comum daquilo a ser representado; o próximo passo seria o ato de reduzir o objeto representado a essa quantidade limitada de características, que posteriormente será exagerada e logo simplificada (HALL, 2016, p. 191).

Um estereótipo é o reflexo amplificado dos reducionismos de sujeitos ou grupos, deixando uma infinidade de especificidades à margem. Segundo Hall (2016), dividem em extremos opostos os seus representados, tornando-se, portanto, uma forma de manutenção dos limites de sentido, que, nos estereótipos, são mais rígidos, dividindo o que é normal do que é anormal, o que é aceitável e o que não é; dessa forma, mais do que regulador de gêneros, se torna um mecanismo de regulação de poder.

Pesquisando o *Cadeia Neles*

O objeto empírico de referência neste capítulo é o telejornal policial *Cadeia Neles*, que completa 28 anos de programação em 2021. A popularidade e tradição junto à população mato-grossense, por si só, justificam a importância da análise desse programa que se pretende jornalístico e popular. A transmissão do *Cadeia Neles* é realizada pela atual TV Vila Real, afiliada da Record TV em Mato Grosso. Em 1993 o programa inaugurava¹⁵ a grade de programação local da retransmissora e essa foi uma estreia bastante simbólica, pois, durante o período, as produções regionais não ocupavam um espaço significativo dentro das programações de uma maneira geral. Devido à identificação que

15 Informações sobre o período de estreia do programa: disponível em <<https://www.gazetadigital.com.br/suplementos/teve/tv-record-canal-10-completa-dez-anos/20235>>. Acesso em 25 de jun. de 2020.

gerou nos telespectadores, dentro de pouco tempo se tornou líder de audiência, lugar¹⁶ que ocupou por quase duas décadas. Consolidado desde o período de sua estreia e ocupando o horário nobre¹⁷ da programação local do estado, o programa foi desenvolvido para ser o “carro chefe” da emissora.

Os casos em que as mulheres sofrem com a violência doméstica e familiar não apenas são pautados pela mídia, como têm espaço garantido na programação do veículo selecionado. Essas mulheres são cotidianamente abordadas pelos meios de comunicação e, elas próprias, são postas à prova diante dos espectadores, como no caso noticiado no dia 23 de abril de 2020, em que uma adolescente, de identidade não revelada, apanhou do namorado para quem ela havia preparado uma festa de aniversário. Durante a reportagem, o repórter questiona a jovem sobre o motivo de ela não ter se separado.

Refletindo acerca das sensações que as narrativas podem provocar, como empatia, curiosidade, estranhamento e até repulsa, combinamos essas percepções de sensações com a investigação acadêmica que busca identificar os sentidos que o programa constrói a partir de alguns padrões observáveis. Abordagens diferentes de um mesmo caso podem despertar emoções e opiniões distintas no espectador, dependendo do desenvolvimento que a narrativa assume.

As reportagens analisadas foram coletadas a partir dos 54 programas veiculados entre 16 de março e 16 de maio de 2020. Concentramos a análise em casos específicos de violência física cometidos contra mulheres.

Tabela 1: Casos de agressão contra mulheres (vítimas vivas)

Tabela geral dos casos de agressão contra a mulher (vítima viva – 14 casos)					
Início do programa	06	Revela imagens da vítima	11	Mulher como autoridade	00
Meio do programa	04	Revela imagens do agressor	08	Repórter homem	14
Fim do programa	04	Entrevistou vítima	08	Repórter mulher	00
Na capital	13	Entrevistou agressor	05	Vítima com medida protetiva	00
No interior	01	Agressor ex	02	Traz justificativa/Motivo	14
Traz jargão policial	09	Agressor atual	06	M – não aceitou a separação	01
Teve fonte policial	04	Agressor outro	06	M – ciúmes ou traição	02
Apenas Fonte policial	02	Arma branca	04	M – entorpecentes ou doenças	07
Fonte Feminina	08	Arma de fogo	00	M – briga ou agressividade	09
Outras fontes	09	Outros meios p/ violência	10	Chamado de violência doméstica	07

Fonte: elaboração própria.

16 Informações sobre a posição de liderança do programa e a atual disputa acirrada entre as concorrentes: disponível em <<https://www.leiagora.com.br/noticia/64900/cadeia-nelles-perde-a-lideranca-no-ibope-em-cuiaba-apos-17-anos-globo-lidera>>. Acesso em 25 de jun. de 2020.

17 O horário nobre no Estado de Mato Grosso, para as programações locais, é de 11h a 12h30, segundo IBOPE: disponível em <<https://www.leiagora.com.br/noticia/64900/cadeia-nelles-perde-a-lideranca-no-ibope-em-cuiaba-apos-17-anos-globo-lidera>>. Acesso em 25 de jun. de 2020.

Ao todo, durante esse período, foram veiculados pelo programa 14 casos que se enquadravam no recorte selecionado para este capítulo – casos em que mulheres foram agredidas. A partir da observação desse *corpus* foi realizada uma tabela (Tabela 1) de modo a quantificar informações que se repetiam nas reportagens produzidas.

Problematizar e refletir acerca dessa temática e abordar o período selecionado, que se configura como uma nova variante potencializadora nas diferentes formas de agressão contra as mulheres, se torna fundamental para compreender a produção de sentidos através das notícias, que por vezes são também uma nova forma de violência contra esse grupo social. Realizar essa análise em um programa como o *Cadeia Neles*, que ocupa o horário nobre da televisão mato-grossense e que se manteve na liderança de audiência durante muitos anos, em um consolidado veículo de comunicação local, pode revelar a imagem que a própria comunidade tem sobre si e suas mulheres, através das representações construídas pelo programa.

Narrativas desiguais e violentas

A apresentação dos casos se deu de forma pulverizada ao longo do programa, seis deles foram trazidos no início da sequência de matérias do dia de veiculação, quatro no meio e quatro no fim da programação. Dentre os 14 casos de agressão contra mulheres veiculados pelo programa no período selecionado, 13 deles apresentavam histórias que aconteceram na região metropolitana (Cuiabá e Várzea Grande). Esse é um indício que aponta para a interiorização da violência contra a mulher, o que ganha reforço se o cenário estadual for observado; dentre os 141 municípios de Mato Grosso, apenas oito¹⁸ contam com delegacias especializadas para o atendimento de mulheres vítimas de violência, quantia insuficiente para as demandas, o que torna a subnotificação dos dados um desafio para dimensionar os reais números. Se a denúncia não chega até as delegacias, que estão entre as principais fontes do *Cadeia Neles*, o programa e a mídia, de uma maneira geral, que também se beneficiam dessas fontes, não chegam até essas mulheres e mais uma vez há uma invisibilização da profundidade real do problema.

Notamos uma presença policial emblemática, seja pelas fontes entrevistadas, pelo dialeto característico da rotina policial observado na narrativa ou até mesmo o ambiente em que as reportagens são construídas – a delegacia. Em nove dos 14 casos foi constatada a presença de jargões policiais. Em quatro dos casos houve entrevistas com policiais e, em dois deles, eram as únicas fontes. Quanto às demais pessoas entrevistadas, em oito casos as vítimas foram entrevistadas e, em cinco deles, os agressores.

Em todos os casos selecionados as matérias foram conduzidas por repórteres homens. Durante o período em que nos debruçamos sobre o material, em nenhum dos dias o programa

18 Essas unidades estão instaladas nas cidades de Cuiabá, Várzea Grande, Cáceres, Rondonópolis, Barra do Garças, Tangará da Serra, Sinop e Primavera do Leste. Dados retirados do site Secretaria de Estado de Segurança Pública (SESP).

foi conduzido por uma mulher e, para arrematar essa presença masculina em posição de poder, detectamos que em nenhum deles houve a presença de mulheres em posição de autoridade, como poderia ocorrer no caso das fontes policiais. Foi possível, portanto, constatar que a narrativa construída pelo programa é predominantemente masculina, mantendo essa categoria social – o *Homem* – em uma posição privilegiada e ainda reforçando o estereótipo da mulher como um ser mais emocional e menos racional (SAFFIOTI, 2011).

Outro dado significativo, que demonstra o papel inferiorizado da *Mulher* nas representações construídas pelo programa, trata da veiculação da imagem de vítimas e agressores. Em 11 dos 14 casos tivemos as imagens das vítimas veiculadas; em contrapartida, em oito deles observamos as imagens dos agressores reveladas. Ainda mais importante do que a quantidade de vezes que essas imagens foram apresentadas é a forma com que foram feitas essas veiculações. Notamos a repetição de imagens fragmentadas quando as vítimas foram mostradas no programa, ou seja, foram enquadradas apenas partes dos corpos dessas *Mulheres*. Isso, no entanto, não foi feito de forma a preservar a identidade, o que pode ser constatado pelo tratamento dado a essa imagem e pelo próprio enquadramento feito de forma sexualizada, além das vozes dessas vítimas não terem sido alteradas. Dentre os 11 casos que veicularam imagens das vítimas, notamos essa fragmentação em seis; e não há essa característica nas imagens dos agressores.

É recorrente que o programa faça alusão à separação de vítimas e agressores como uma solução simples que resolveria a problemática da violência contra a mulher, algo corriqueiramente usado para culpabilizar essa vítima, remetendo ao discurso de que "se tivesse se separado a tempo, a agressão não teria acontecido". O apresentador, diversas vezes, tece duras críticas à medida protetiva, instrumento legal que visa a proteção da vítima em situação de relação violenta e prevê o distanciamento entre agressor e vítima. Entretanto, notamos que em nenhum dos casos veiculados em que mulheres foram agredidas as vítimas tinham essa proteção legal. Diante disso, seria uma medida tão ineficaz assim?

Em seis dos 14 casos, os agressores eram companheiros das vítimas, os outros seis eram outros tipos de familiares ou que tinham relação de proximidade com essas mulheres e em apenas dois dos casos os agressores eram ex-companheiros das vítimas. A justificativa ou motivação para a agressão na narrativa do *Cadeia Neles* girou majoritariamente em torno do uso de entorpecentes ou da suposta presença de doença mental ou psicológica (em sete casos) – apontando para a patologização como mecanismo de atenuar a culpa do agressor –, ou devido ao estado de agressividade em que o agressor se encontrava (em nove dos casos). Em um caso a justificativa foi o fim da relação e em dois deles a motivação foi ciúme ou traição. Outro ponto que vale ser destacado é o fato de nem sempre os casos serem tratados como violência doméstica (termo utilizado em apenas metade deles), demonstrando uma invisibilização das especificidades da própria violência.

Inversão de papéis: culpabilização da vítima como estratégia discursiva

Trazemos, dentre os 14 casos coletados, dois deles para exemplificar mais um mecanismo de invisibilização da *Mulher* como vítima, por meio da culpabilização pela agressão sofrida. O primeiro caso foi noticiado no dia 18 de março de 2020: a vítima sofreu um “Salve¹⁹” e a agressão teria sido uma resposta por uma suposta traição cometida por ela. A partir das imagens veiculadas pelo programa foi possível constatar que o “traído” estava presente no momento da agressão.

O apresentador inicia falando que o “Tribunal do crime” de uma facção criminosa aplicou um “Salve” em uma mulher e em um homem, depois de uma suposta traição: “É um tal de ai, ai, ai”, diz o apresentador em tom irônico, diminuindo a violência da agressão cometida contra as duas vítimas – sem mencionar o caso como uma violência doméstica ou violência contra a mulher, apesar de nitidamente se encaixar em tal classificação, levando-se em consideração o envolvimento entre vítima e agressor.

Durante o vídeo é possível ouvir a mulher pedindo desculpas, um dos agressores (a imagem indica mais de um) desconsidera o pedido e solicita que ela conte a história; a vítima, chorando, diz que fez aquilo após a traição do marido. A justificativa não foi aceita e o interlocutor retruca: “Você, sendo casada, porque você deu ideia?”. Durante a sessão de espancamento é possível ouvir “homem você tem que respeitar!” (como havia muitos gritos durante a filmagem as frases são de difícil entendimento), deixando implícita uma diferença de comportamentos toleráveis para homens e mulheres, de modo que a mulher não precisaria ser respeitada tanto quanto o homem e que a traição é aceitável dependendo do gênero.

A partir da narrativa criada pelo programa conclui-se que a mulher não merece respeito, pelo menos não quando a vítima é “marmita²⁰” de outro homem. Em apenas 15 segundos de comentários finais o apresentador foi capaz de culpabilizar a vítima e atenuar a culpa do agressor, a vítima foi agredida porque supostamente “traiu” e o agressor “só” bateu porque foi traído: “Comer marmita dos outros pode acontecer isso aí, vai comer marmitex dos outros, vai pegar um salve desses aí”.

Em nenhum momento o programa associou a agressão a uma violência doméstica. Ao final, sequer se atentou a comentar sobre a mulher que também foi agredida, referindo-se a ela como sendo uma “marmita”, um bem perecível que satisfaz a fome; neste caso, um bem perecível que satisfaz os desejos sexuais, se referindo à traição, pois um sentido popular dado à palavra “comer”

19 Agressão cometida por facções criminosas, principalmente contra mulheres jovens, como uma forma de “castigo” por alguma ação dessa mulher que possa ter prejudicado a facção ou mesmo alguma ação que fira os preceitos morais e éticos preestabelecidos por aquele grupo criminoso.

20 O termo “marmita” de homem é usado em sentido pejorativo à imagem de uma mulher. Pode ser relacionado a uma relação extraconjugal ou a envolvimento sexual passageiro, sem compromisso. O significado é atribuído devido à relação feita com o significado literal da palavra, a marmita é uma refeição fora de casa ou pedida excepcionalmente quando não se teve tempo para cozinhar.

é relacionado ao sexo. Essa gíria é permeada de uma ideologia sexista na qual é percebida a inversão dos fenômenos, visto que o órgão sexual da mulher se assemelharia mais com uma boca, entretanto, se considera que é o homem quem “come” (SAFFIOTI, 2011, p. 33), protagoniza a ação. Notamos uma proposta implícita nesse discurso: o programa legitima o crime cometido contra as mulheres em defesa da “honra²¹” – de um homem –, usando o comportamento da vítima como justificativa para agredir ou matar essas mulheres. Se levamos em consideração o contexto da agressão contra a mulher cometida por meio de um “Salve”, isso fala muito do tratamento dado para a traição quando cometida por uma mulher. Por que ela está sendo torturada enquanto o homem, que teria tido a mesma atitude, orchestra a tortura? Observamos dois pesos e duas medidas para o mesmo “crime”, que envolve a sexualidade da mulher, supostamente capaz de ferir a “honra” de um homem.

O segundo caso selecionado foi ao ar no dia 23 de abril de 2020: a vítima foi agredida pelo namorado após uma discussão e o destaque dado ao caso foi o fato de a agressão ter ocorrido no dia em que a vítima conseguiu dinheiro para fazer uma festa de aniversário para o seu companheiro. O repórter dispara: “Mas, se não dá mais certo, por que que não separa, moça? Pode acontecer algo pior” (remetendo a um feminicídio). O repórter ainda questiona “Você avançou nele ou não?”, o que poderia ser mais uma tentativa de “justificar” a agressão sofrida pela mulher.

A vítima, que é adolescente (a idade exata não foi informada pelo programa), teria visto uma mensagem de uma ex-namorada no celular do agressor e, ao questioná-lo, foi agredida. Ela contou que organizou uma festa surpresa para comemorar o aniversário do namorado naquele dia, relatou também que, no dia anterior, já havia sido agredida. Enquanto o agressor era encaminhado até a viatura, o repórter o acompanhou e indagou: “No dia do seu aniversário, sua namorada gasta dinheiro para fazer o seu aniversário e você ainda bate nela?”. Chamou nossa atenção, a ênfase dada para o fato de a vítima ter organizado a festa após ter sido agredida no dia anterior e, mesmo tendo organizado a festa, ter sido novamente agredida. É possível perceber dois sentidos articulados à narrativa: a boa namorada que, mesmo organizando uma festa, apanha; e o questionamento dado à ação de ter organizado a festa mesmo após ter sido agredida. A fala do apresentador é representativa: “Nada justifica uma agressão contra a mulher. Eu só não entendi uma coisa: ela, no dia anterior, disse que levou um soco no rosto desse vagabundo, e aí, no dia seguinte, faz uma festinha pra ele? Por que que não foi na polícia no dia anterior denunciar?”. Mesmo sendo considerada pelo programa uma “boa namorada”, ainda é responsabilizada pela agressão cometida contra ela.

É possível ver como, em cada um dos casos, a responsabilidade das agressões sofridas é sempre atribuída, de alguma forma e em alguma medida, às mulheres vítimas da agressão. Essa

21 O argumento de defesa da honra para cometer crimes de agressão ou assassinato de mulheres, atualmente não pode mais ser usado judicialmente desde março de 2021 – o que representa um avanço –, entretanto, essa narrativa permanece na mídia, às vezes de maneira velada, em outras, nem tanto, como no caso do programa no qual essa narrativa se torna evidente.

estratégia discursiva naturaliza a *Mulher* como responsável pelas agressões sofridas, algo tão problemático e violento quanto a própria violência cometida pelo agressor.

Revitimização de mulheres no *Cadeia Neles*

Constata-se que o programa possui uma instância pedagógica (COSTA, 2007) que, a partir da sua perspectiva, comunica aos telespectadores valores éticos e morais, naturalizando, a partir desses ensinamentos predeterminados implícitos e explícitos, o “lugar” de cada um dos sujeitos na sociedade. Esses “lugares” que o programa estabelece perpetuam relações de poder desiguais (SAFFIOTI, 2011), promovem violências. O programa sugere que os telespectadores permaneçam em suas relações de poder desiguais e se mantenham em seus papéis determinados por padrões de gênero, raça e classe, ainda que tenhamos destacado mais o gênero neste capítulo.

Ao longo de toda a narrativa criada pelo programa, notamos elementos discursivos que invisibilizam as mulheres como vítimas nos casos de agressão cometidos contra elas. Apesar de terem suas imagens mais veiculadas no programa, se comparadas com as de agressores, essa veiculação é feita ancorada em estereótipos de gênero e não de modo a conferir uma representatividade a elas. As vítimas são entrevistadas majoritariamente no ambiente das delegacias, assim que sofreram as violências, e notoriamente estavam emocionalmente afetadas. Isso, associado ao fato de que nenhuma mulher foi posta em posição de autoridade, demonstra o “lugar destinado” para as mulheres no programa – lugar da emotividade ou histeria, sempre associada a características do feminino (SAFFIOTI, 2011), um lugar subalterno, de menos prestígio.

As imagens veiculadas de forma fragmentada pelo programa reforçam a falta de cuidado em relação às vítimas. A sexualização delas se articula ao fato de terem sido expostos o colo, as pernas ou outras partes dos corpos enquadradas de forma tão próxima que, por vezes, foi impossível identificar de que parte se tratava.

“O corpo, os sentidos e as emoções são instrumentos partícipes das práticas, e, quando percebidos em suas dimensões culturais e cognitivas, podem tornar-se potentes para melhores ações” (MORAES; SILVA, 2019, p. 19). No entanto, as mulheres vítimas de agressões domésticas e familiares não se tornaram sujeitas, e sim, partes de um corpo sem identidade, sem história e sem subjetividades – um objeto. O fato de o programa não usar mecanismos que efetivamente evitem a identificação da vítima denota uma falta de preocupação com essa fonte. A impressão é de que essa fragmentação é parte de uma espécie de protocolo descuidado que encena a preocupação com a integridade da vítima, mas que continua expondo-a de forma desnecessária, promovendo uma nova forma de violência.

Quanto às quebras dos protocolos jornalísticos praticados pelo programa, que se propõe a ser jornalístico, segundo o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros (CÓDIGO, 2007), pudemos constatar demonstrações nítidas de incitação à violência, emissão de opiniões e juízos de valores

sobre vítimas e agressores e ter a dimensão do menosprezo da categoria *Mulher* representada na tela do *Cadeia Neles*. O programa se apresenta como detentor do poder de decisão sobre os elementos noticiados, com um viés notadamente punitivista são esbravejados os pareceres; “o júri está aberto”, o apresentador e conseqüentemente o programa decidem quem é merecedor de respeito ou não, quem é merecedor de compaixão e quem não, quem pode ser agredida e violentada e ainda assim responsabilizada por sua agressão, ou seja, quem é a vítima culpada e quem é a inocente.

O apresentador pode até dizer: “Nada justifica uma violência contra a mulher”, mas, em contrapartida, ele investiga as ações da vítima na tentativa de justificar a agressão por ela sofrida. Associando essas percepções às categorias de análise e às representações visuais das mulheres vitimadas, veiculadas de forma fragmentada pelo programa, notamos a falta de cuidado no trato com essas vítimas e o menosprezo direcionado a essas *Mulheres* como categoria social. Isso é comprovado desde as entrevistas com questionamentos duvidosos feitas pelos repórteres, passando pelos corpos fragmentados e sexualizados, desprovidos de identidade e especificidades, até os comentários violentos do apresentador. Se trouxermos esse efeito produzido pela narrativa do programa e o associarmos aos dados em nível nacional, será possível constatar que há um projeto de Estado para invisibilizar as causas da violência contra a mulher, assim como a própria violência sofrida.

Associando os elementos anteriormente citados à culpabilização da vítima, concluímos que o programa *Cadeia Neles* atenua a responsabilidade e a culpa do agressor, transferindo-as para a vítima ou até mesmo a elementos internos (como doenças psicológicas) e externos (em caso de uso de bebidas alcoólicas e demais entorpecentes), individualizando um problema social, sistêmico e estrutural, tratando como exceções os casos em que *Homens* vitimam e matam *Mulheres*. A culpa não é direcionada à categoria social *Homem* e, quando é atribuída a um sujeito, isso é feito de maneira a representá-lo como uma exceção, um estereótipo de exemplar “ruim” ou “danificado” do todo. Essa patologização do agressor é empregada como uma estratégia discursiva que mascara a tentativa de manter os privilégios da categoria *Homem* que está em posição de poder. Em contrapartida, as *Mulheres* sim são vistas como responsáveis pelos crimes contra elas cometidos, porque “não deveriam estar na rua em determinado horário”, ou porque “traíram”, ou ainda porque “não terminaram a tempo de evitar o pior”, apesar de esse não ser um discurso tão explícito à primeira vista (em alguns casos é mais do que explícito, inclusive teatralizado), mas essa construção fica evidente com uma análise mais profunda.

O programa se configura, portanto, como mais uma forma de violência contra as mulheres. O jornalismo que tem seus valores-notícia ditados por ideologias hegemônicas constroem simbolicamente o *Outro* de forma excludente e gera representações “mais afeitas aos estereótipos e preconceitos em relação a parcelas historicamente excluídas” (MORAES; SILVA, 2019, p. 17).

Portanto, podemos dizer que o jornalismo tem gênero, raça e classe e, diante de tudo que foi até aqui apresentado e discutido, podemos afirmar ainda que o *Cadeia Neles* é a representação extrema dessa afirmativa. O lugar de destaque e prestígio fica a cargo dos *Homens*, sejam eles o apresentador, o repórter ou as fontes policiais em posição de autoridade. A performance é agressiva, reivindica justiça e, para além disso, a justiça feita pelas próprias mãos, características essas atribuídas ao masculino. Para a *Mulher*, por sua vez, resta o lugar da emotividade e vulnerabilidade, características sempre associadas ao feminino, um ser menos racional e mais emocional (SAFFIOTI, 2011).

Vemos então o desperdício das potencialidades de uma narrativa melodramática, que aqui em nada contribui para conectar personagens a telespectadores. Pelo contrário, quando o veículo se nega a destacar a subjetividade, "espaço onde residem as visões de mundo, os valores, as ideologias inerentes aos sujeitos e interagentes nos processos cognitivos de interpretação do real" (MORAES; SILVA, 2019, p. 17), dos indivíduos classificados como o *Outro do Sujeito Universal*, há a criação de um abismo entre o espectador e os personagens representados – a exemplo de vítimas que vendo casos de agressão e feminicídios noticiados pelo programa, não se percebem como vítimas ao viverem alguma situação similar.

É possível dizer, então, que a construção da narrativa da violência contra a mulher no programa *Cadeia Neles*, gestada em um sistema patriarcal, torna-se a representação máxima, o ápice desse patriarcado. O programa se configura como mais um mecanismo de regulação das mulheres e de violência contra aquelas que são ali representadas. As produções permeadas por contradições são, assim como a patologização do agressor, uma estratégia discursiva e, conseqüentemente, narrativa que mascara a violência em si. A partir dessa construção as vítimas podem se culpabilizar pela situação de violência sofrida.

Referências

ARINI, Juliana. **Mato Grosso tem alta de feminicídios na quarentena**. Ponte, 18 de jun. de 2020. Disponível em: <<https://ponte.org/mato-grosso-tem-alta-de-feminicidios-na-quarentena/>>. Acesso em: 04 de abr. de 2021.

BARRETOS, Dayane do Carmo; MAIA, Marta. confinadas com seus próprios agressores: narrativas jornalísticas de violências contra as mulheres no contexto da pandemia. In: MAIA, Marta; PASSOS, Mateus Yuri (Org.). **Narrativas Midiáticas Contemporâneas**: epistemologias dissidentes. Santa Cruz do Sul: Catarse, 2020.

BUTLER, Judith. Regulações de gênero. **Cadernos Pagu**, [S.L.], n. 42, p. 249-274, jun. 2014. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0104-8333201400420249>.

CÓDIGO de Ética dos Jornalistas Brasileiros. **Fenaj – Federação Nacional dos Jornalistas**, 04 de ago. de 2007. Disponível em: <https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2016/08/codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros-1.pdf>. Acesso em: 16 de mar. de 2021.

CORRÊA, Laura Guimarães; SILVEIRA, Fabrício José N. da. Cap.16 – Representação. In: FRANÇA, Vera Veiga; MARTINS, Bruno Guimarães; MENDES, André Melo (org.). **Trajetória, conceitos e pesquisa em comunicação**. Belo Horizonte: PpgcomUfmg, 2015. p. 208-215.

COSTA, Gilson Moraes da. **O percurso da violência na cultura**: um olhar sobre o telejornal Cadeia Neles. 2007. 103 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2007.

GOMES, Izabel Solyszko. Femicídios: um longo debate. **Revista Estudos Feministas** 26(2), Florianópolis, 2017.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Puc Rio, 2016.

MORAES, Fabiana; SILVA, Marcia Veiga da. A OBJETIVIDADE JORNALÍSTICA TEM RAÇA E TEM GÊNERO: a subjetividade como estratégia descolonizadora. In: Encontro Anual da Compós. **Anais...** Porto Alegre, 18 de jun. 2019.

MOTTA, Daniele Cordeiro. Desvendando Heleieth Saffioti. **Lutas Sociais**, v. 22, n. 40, p. 149-160, 2018.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Graphium, 2011.

UM vírus e duas guerras: Mulheres enfrentam em casa a violência doméstica e a pandemia da Covid-19. **Ponte**, 18 de jun. de 2020. Disponível em: <https://ponte.org/mulheres-enfrentam-em-casa-a-violencia-domestica-e-a-pandemia-da-covid--19/?fbclid=IwAR0IPrnb-X7e4jKX276K28ltl3WYz-vlzU_1ObzZoS6q1psQnT1tV2dfxa4>. Acesso em: 04 de abr. de 2021.

Representações jornalísticas de mulheres no (neo)populismo brasileiro²²

Maryelle de Campos Ponce

Tamires Ferreira Coêlho

Com vistas à compreensão do lugar das mulheres na agenda bolsonarista e do que poderia ser considerado “protagonismo feminino” no próprio governo, é essencial ver como figuras públicas (mulheres) eleitas ou presentes no alto escalão do governo se articulam às tomadas de decisões em âmbito federal. Mulheres dispõem de visibilidade no atual governo, mesmo que ele esteja explicitamente embasado em valores sexistas, então é um desafio entender como elas são construídas midiaticamente, como parte de um poder político centrado em figuras majoritariamente masculinas e como vêm sendo representadas, como têm suas imagens construídas por mídias de linhas editoriais divergentes.

As personalidades escolhidas são aquelas cuja visibilidade é proporcional aos cargos ocupados: duas deputadas federais e uma ministra, respectivamente Carla Zambelli, Bia Kicis e Damare Alves. Os veículos escolhidos se distanciam na linha editorial e na autodefinição, mas a comparação da cobertura desses veículos cria um potencial de identificação de padrões e rupturas na análise, uma vez que as prováveis discrepâncias podem se refletir em aspectos como descrição, seleção de fontes e lugar ocupado na narrativa.

A Agência Pública tem um trabalho jornalístico respaldado pela finalidade investigativa e é autodenominada como mídia independente, possui o preceito de “quebrar o silêncio, refutar as mentiras e fornecer as verdades” (DOWNING, 2002, p. 49). A Jovem Pan é considerada uma mídia hegemônica, logo, aquela que é subsidiada pelos interesses de classes dominantes nos aspectos morais e intelectuais de modo a produzir sentidos convergentes e que não desafiam o status quo (GRAMSCI, 1971 apud PORTO; NEVES; LIMA 2020, p. 10). Além disso, esta última mídia possui proximidade com o governo, pois está configurada dentro do espectro político ideológico de extrema-direita, alinhando-se previamente às suas concepções.

²² Este trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – bolsa PIBIC 2021/2022 pela UFMT.

O objetivo principal da pesquisa que embasa este capítulo é investigar a cobertura jornalística e a representação de três personalidades do governo bolsonarista, a ministra Damares Alves e as deputadas Carla Zambelli e Bia Kicis, em dois sites cujas linhas editoriais são divergentes: Jovem Pan (mídia considerada hegemônica mais alinhada ideologicamente à extrema-direita) e Agência Pública (mídia autointitulada independente mais alinhada ideologicamente à esquerda) produzida no período de janeiro de 2019 a maio de 2021. Neste recorte, trazemos algumas reflexões sobre a representação de três políticas da cúpula bolsonarista nos veículos selecionados.

Posto isso, considerando-se um cenário político que apresenta participação ínfima das mulheres e soma resistências a avanços para uma sociedade mais igualitária, a pesquisa foca em como essas mulheres que são declaradamente apoiadoras de um governo conservador e moralista são enquadradas em seus discursos, posicionamentos e promoção do governo por meio das narrativas e construções na mídia. Através da deliberada polarização política embutida na seleção de mídias, torna-se evidente uma direção, também, para o papel social do jornalismo como um meio de construção da realidade e, conseqüentemente, a interpretação e opinião de quem enuncia, pois “[...] é da opinião de que os media noticiosos estruturam inevitavelmente a sua representação dos acontecimentos” (TRAQUINA, 2005, p. 168-169). Desta forma, ao eleger o jornalismo como instância de produção de sentidos é imprescindível atentar-se para os objetivos inclusos nas suas produções, sobretudo quando se trata diretamente de figuras públicas cujo poder tem impactos de ordem coletiva.

Portanto, a relevância da pesquisa advém de um cenário de ascensão do ideal neoliberal e de como as mídias corroboram ou não com este movimento político ao legitimar ou deslegitimar peças importantes do Neopopulismo. Para Antonelli (2019, sem paginação), o neopopulismo é “um ator político, um estilo de comunicação e liderança, e uma narrativa que nasce como uma tentativa de oferecer, com os meios e as linguagens disponíveis (como os da democracia desintermediada), novas modalidades de representação, em particular para os mais afetados pela globalização: as classes populares”.

O discurso de salvação nacional se sustenta, sobretudo, em uma figura central (masculina), mas não apenas por ela. Mazzoleni articula populismo e mídia e destaca que “apenas quem adota um estilo de comunicação mediagênico torna-se queridinho da mídia. Se eles estão envolvidos em histórias escandalosas, elas serão examinadas e terão ampla cobertura; figuras controversas fazem as manchetes; discursos políticos são relatados apenas em forma de ‘frases de efeito’” (MAZZOLENI, 2014, p. 48).

Quando se fala de patriarcado, pensamos em um fenômeno estruturante em que “o processo de territorialização do domínio não é puramente geográfico, mas também simbólico” (SAFFIOTI, 1997 apud SAFFIOTI, 2011, p. 72). Convém destacar que o escopo se designa, então, por entender de que modo estas figuras femininas estão atuando na adoção de estratégias que dialoguem

com a defesa e sustentação do Neopopulismo, fenômeno marcadamente patriarcal, marca do atual governo.

As metodologias usadas são Análise de Conteúdo segundo Laurence Bardin (2016) e proposta de tabulação e codificação do Projeto do Monitoramento Global de Mídia (WACC, 2020). O recorte temporal das 102 matérias jornalísticas codificadas (51 de cada site) se dá entre janeiro de 2019 e maio de 2021. A análise de conteúdo focada em critérios definidos como centrais pelo Monitoramento Global de Mídia (The Global Media Monitoring Project) em 2020 leva em consideração que essa metodologia de tabulação e codificação é considerada referência na análise de veículos jornalísticos a partir de uma perspectiva de gênero.

Objetividade Jornalística e a seleção de fontes como tomada de posição

Um conceito importante resgatado pela pesquisa é um valor cãnone do jornalismo, a objetividade. Abordá-lo implica olhar criticamente para a deontologia da área. Enquanto isso, há defesa da neutralidade como forma de blindar os saberes produzidos, credibilizar e tomar o discurso como verdade inquestionável e absoluta no jornalismo, que nada mais do que é uma influência cientificista hegemônica. Em contraposição há propostas de ruptura com tal conveniência. As professoras e também jornalistas Fabiana Moraes e Marcia Veiga da Silva (2019) propõem uma virada epistemológica a partir da instrumentalização da subjetividade aliada à objetividade como técnica.

Para elas, nas tramas do que Foucault denomina de "economia política da verdade", a normatividade se constitui a partir de um conjunto de regras criadas para distinguir o verdadeiro e o falso, produzindo hierarquias de poder e de prestígio que dão os contornos dos sujeitos, das práticas e dos comportamentos que socialmente importam. No topo desta hierarquia está o homem branco, ocidental, heterossexual, o sujeito universal da ciência e da razão moderna (MORAES; SILVA, 2019, p. 12)

As autoras argumentam que a chamada objetividade como princípio norteador da profissão é uma das molas que sustentam desigualdades nos segmentos de gênero, raça e classe. Com essa intersecção, a ótica pela qual se narra o mundo é masculinista, branca, heteronormativa e atua na conservação de privilégios. Ou seja, uma lente excludente que simplifica o mundo e é agente criadora de representações paradigmáticas e estereotipadas que afetam a forma como as pessoas enxergam a realidade.

Para desviar deste modelo, conforme Moraes e Silva, é preciso recorrer à subjetividade e transformá-la em instrumento da profissão, o que mesmo conversando com os sentidos, não valida produções carregadas de emoções. Significa, sobretudo, compreender o conhecimento a partir da localização individual no espaço tempo. Para além disso, o jornalismo de subjetividade pensado pelas professoras adentra a esfera política, histórica e social. "Propomos um jornalismo

que inscreva o sujeito como central nos processos cognitivos de leitura da realidade, rompendo com a noção de neutralidade e universalidade na qual se assenta epistemologicamente" (MORAES; SILVA, 2019, p. 12).

O conceito de objetividade, quando vinculado ao jornalismo digital, ganha contornos complexos. Isso porque incluem-se mais fortemente determinados parâmetros, como a instantaneidade e o imediatismo. O jornalismo em mídias digitais pode ser pensado a partir da "ideia de conexão em tempo real, ou seja, fluxo de informação contínuo e quase instantâneo" (MIELNICZUK, 2003, p. 37-54). Em um trabalho feito pelo professor Guilherme Carvalho (2014, p. 134) analisando reportagens da Agência Pública, foi observado "um aparente domínio do processo de produção em ambiente digital". Já nesse mesmo estudo, o site demonstrava ferramentas de interatividade com a audiência e texto contendo vários hiperlinks.

Enquanto isso, a Jovem Pan, uma das emissoras de rádio pioneiras na divulgação de notícias radiofônicas para o ambiente da internet, apresenta pouco domínio dos recursos viabilizados pela plataforma (DEL BIANCO, 2004). Apesar de possuir mecanismos de interatividade ao disponibilizar e-mail e telefone para contato com a redação, opções de compartilhamento e hiperlinks que direcionam para o próprio site, há pouca exploração de recursos multimídia, algo que ainda se sustenta nas observações de matérias veiculadas no meio. "As poucas fotos ou imagens disponíveis são de natureza promocional da emissora e não estão relacionadas ao conteúdo da notícia" (DEL BIANCO, 2004, p. 26). Além das fotografias com fortes indícios de encaminhamento de assessorias, os vídeos, quando disponíveis, são recortes de entrevistas realizadas por programas do próprio portal, sendo colocados repetidas vezes em diferentes matérias. Pode-se sugerir, dado que ainda não é possível afirmar sem erros, que a multimídia é reduzida pelo uso dominante de fotos.

A relevância que está incorporada ao fator fontes explica-se pela sua natureza fundamental na produção jornalística. O elemento básico para a construção de informações e, portanto, sentidos e percepções, é a participação das fontes. Assim, para um bom jornalismo, a escolha e seleção das fontes demanda uma lente descolonial. No entanto, com a mediação das assessorias de imprensa que, em sua essência, são fontes especializadas, a informação pública é profissionalizada. Altera-se, assim, a relação estabelecida entre fonte e repórter.

É importante refletir sobre as fontes oficiais, pois a pesquisa trata diretamente sobre personalidades do mundo político. Dentre as consequências da mudança provocada pelas assessorias listadas por Lage (2011), revela-se a censura da informação na fonte, o que se conecta com o poder de influência que fontes oficiais possuem sobre a mídia. Com essas características, os chamados releases, conteúdos produzidos pelas assessorias e enviados para a imprensa para serem publicados, transformam-se em instrumento das ideologias dominantes.

Ao reproduzir os releases sem promover mudanças, interferências ou averiguações, os jornais figuram como canais de discursos de fontes oficiais. Reduz-se a profissão a reprodutora de narrativas hegemônicas e voluntária para manutenção do status quo. Quando coadjuvante, apenas reproduzindo as versões de realidade das fontes oficiais, o jornalismo fissa a complexidade existente no mundo, não apenas simplifica e reduz a sua compreensão, exclui e inviabiliza a pluralidade de vozes, a versão da realidade será legitimada em benefício de determinados grupos sociais (COÊLHO, PEREIRA, 2020, p. 8-9). Portanto, fontes são agentes de representações imagéticas e simbólicas que podem beneficiar grupos sociais em detrimento de outros. Focando nos aspectos que se definem pelo fator tempo, as produções jornalísticas são diretamente impactadas. Pois, nessa esfera de atuação, a pressão com relação ao tempo ganha maior peso.

O fator tempo combinado com a prática jornalística de captar, apurar e publicar os acontecimentos tornou-se um desafio ao jornalista e evidenciou o apego a declarações de fontes consideradas importantes. É possível entender a relevância de noticiar as atitudes do presidente do país, porém, ao mesmo tempo, existe uma linha tênue entre informar e apenas reproduzir as falas do líder. Tratando-se de Jair Bolsonaro, seu perfil neopopulista usa os meios de comunicação para propagar suas ideias e alcançar seus apoiadores por meio da mídia, por isso, a instantaneidade das informações acaba sendo outra ferramenta a favor da sua divulgação (SILVA, 2020, p. 48). É nesse cenário que a Jovem Pan, alinhada ao espectro político de extrema-direita, atua como colaboradora dos discursos do governo, pois favorece a disseminação de declarações oficiais, sem a apuração para confrontar, no caso de caráter falso ou manipulado. Foi possível ver a pobreza de fontes e a inexistência de posicionamentos divergentes em suas produções.

Além de apenas reproduzir, um outro aspecto observado que dialoga com a pesquisa feita por Vitória Pereira da Silva, que investigou a cobertura da Folha de S. Paulo no início da pandemia de Covid-19 e a sua relação com Jair Bolsonaro, é o desdobramento de pautas em diversas suítes, o que ajuda a alimentar, visibilizar e "a reverberar falas de fontes consideradas importantes" (SILVA, 2020, p. 47), tal como as falas e os posicionamentos das personalidades em análise, que possuem diversas matérias, portanto suítes, derivadas de entrevistas dadas aos próprios programas da Jovem Pan e matérias intituladas a partir de suas declarações.

Populismo e (neo)populismo

Para entender a relação das figuras políticas femininas com o populismo é necessário, primeiramente, compreender esse fenômeno político. A complexidade é manifestada logo no início do percurso em que se depara com contestações desde a sua terminologia até sua configuração estrutural.

Como apontaram alguns estudos sobre o populismo, dentre eles o de Wiewiorka, (1993), uma de suas características é a flexibilidade, assim como um camaleão que varia sua coloração

de pele conforme as condições em que está localizado. Assim, possuindo de um "poder camaleônico" que permite a sua transição entre diferentes vieses políticos (MANGEROTTI; RIBEIRO; GONZÁLEZ-ALDEA, 2021) e a sua transformação a depender do contexto. Com essa flexibilidade, o populismo ou (neo)populismo não é sintomático de uma ideologia, e pode estar presente na esquerda e na direita, como declarou Laclau (2009), "Eu acredito que o Maoísmo é uma forma de populismo, mas o fascismo também era, isto é, populismo não define ideologia de movimento". Assim como entende Panizza, que afirma que (2005, p. 205) "a política populista admite mais de uma forma política, dependendo dos elementos ideológicos que compõem e da maneira como são socialmente construídos".

Um ponto importante do percurso investigativo que demonstra como o fenômeno é complexo é o debate ou o entendimento diferente da forma. Para Maria Galito (2018), por exemplo, "o populismo pode ser uma ideologia, um tipo de discurso ou uma estratégia política", enquanto que para Müller (2016) é uma imaginação moralista e particular da política, o que muda na visão de Laclau (2009), que define o populismo como "uma forma de construção do político que se dá pela divisão dicotômica da sociedade em dois campos". Essa pequena amostra de diferentes perspectivas evidencia que não há consenso sobre a natureza do populismo, por isso pode ser entendido de diferentes formas.

No entanto, antes de criar conexões entre diferentes estudos para captar as características definidoras do fenômeno, é preciso considerar as suas duas variantes, o populismo clássico e o neopopulismo. Embora estabeleçam conexão, a construção é resultante de uma relação por semelhança e diferença. No populismo clássico, o carismático líder escolhe um determinado grupo de identificação a ser seu aliado, criando, simultaneamente, o antagonismo com seus opositores de modo a elegê-los como inimigos e culpados pelos problemas do país. Sua imagem é criada para ser vista como salvação, o que leva aos ataques às instituições e processos democráticos (JORNALISMO, 2020; SILVA, 2020, p. 34). No neopopulismo, apesar de manter traços de seu antecessor, como o apelo ao "povo" e a sentimentos nacionalistas, a escolha de uma liderança carismática, publicidade voltada para massas, promessas de reformas e evocação dos interesses do povo (CONNIFF, 2003 apud NERVO, 2014, p. 197), demarca o seu vínculo com uma determinada posição política ideológica, a direita conservadora ou a extrema-direita. Essa vertente inicia a partir da década de 1980, tendo como precursores do estilo político os movimentos *lepenista* francês e o *thatcherismo*, na Inglaterra (NERVO, 2014, p. 202).

Apesar de transformar-se a depender das condições em que se instala, existe um cenário ideal para o desenvolvimento do neopopulismo. Um momento de crise é terreno fértil, principalmente se tratando de crise política, pois "cresce em ambientes frágeis e faz-se valer da instabilidade política e da insatisfação popular para florescer" (MANGEROTTI; RIBEIRO; GONZÁLEZ-ALDEA, 2021, p. 621). O contexto de crise é necessário, pois é o elemento de impulsão da estratégia populista.

Esse cenário somado ao discurso da figura populista que critica a própria política e seus processos, assim como se coloca como única apta a lutar ou falar pelo povo (MANGEROTTI; RIBEIRO; GONZÁLEZ-ALDEA, 2021, p. 621), viabiliza lançar-se como sendo *outsider* da política, “fugindo”, assim, do convencional e preocupando-se mais com o aspecto individual, a partir disso, mantém relativa distância de partidos políticos tradicionais. Estes são elementos catalisadores de sua concepção como sendo a figura heroica do país e defensora dos valores “de bem”, o que fortalece a construção da imagem de uma liderança messiânica, como explica (NERVO, 2014, p. 211) e por isso uma das características é o anti-sistema.

Para elevar as chances de identificação, em especial com as camadas populares, lança mão de referências sugestivas ao aparente rompimento com o sistema político. Dessa forma, afasta-se da roupagem política clássica, ao assumir posição pretensamente externa ao sistema partidário: o seu lugar seria, antes, a sociedade civil; a sua ascendência remeteria, em caráter ideal, ao nível do cidadão comum, ao âmbito do povo.

Como um fenômeno que divide a sociedade em dois grupos antagônicos, “o povo puro” contra “a elite corrupta”, e que faz defesa da vontade do “povo” como manifestação política, o neopopulismo tem dois adversários: o elitismo e o pluralismo (MUDDE, 2004, p. 607). A postura da liderança neopopulista é sempre contra a elite dominante, por isso posiciona-se contra os rumos que o país leva, conforme Maria Galito (2018, p. 61), o que colabora com sua imagem de ruptura com o sistema vigente em declínio. No entanto, cabe ressaltar que essa elite é combatida desde que não seja aquela em que se localiza a liderança, pois a figura sabe que faz parte do grupo, mas considera-se da “elite adequada” que tem compromisso e age de acordo com a agenda do “povo” (MÜLLER, 2016). Ainda, segundo Maria Galito (2018, p. 59) o que ocorre é a substituição da “elite derrotada por uma nova elite, do tipo clientelista, assim recompensada pelo apoio prestado”, o que revela a contradição do fenômeno.

Em uma entrevista feita em 2018, Chantal Mouffe afirma algo importante para entender as oscilações discursivas e atribuições de significados ao conceito de povo. Para a cientista política, o elemento que diferencia a presença do fenômeno em opostas vertentes políticas – direita e esquerda – reside em como é feita a construção do povo, “porque esse povo não é a população, não é uma referência empírica; o povo é uma construção política”. Isso significa compreender que o “povo” não tem um corpo físico palpável, pois é configurado para atender interesses. A noção de povo é generalista e construída para atender às necessidades da figura neopopulista (GALITO, 2018, p. 59).

Para líderes populistas, o povo é formado por pessoas que compactuam com a sua ideologia, assim, a ideia que é construída para definir o conceito aproxima-se de uma homogeneidade, enquanto que o restante, parte divergente e opositora, é desconsiderado e as pluralidades invisibilizadas, pois um governo neopopulista age mirando somente na sua base de apoio.

Nesse sentido, para aproximar-se do "povo" a linguagem utilizada é direta, simples e forte segundo Tormey (2019), e isso leva a outra característica da figura neopopulista, o "distanciamento dos protocolos democráticos e a fala que deslegitima instituições representativas do país" (JORNALISMO, 2020). Isso desencadeia a característica que pode ser ponto de divergência entre cientistas que pesquisam o tema, a postura antidemocrática.

Uma característica importante do populismo é o ataque voluntário a instituições políticas e democráticas. Bolsonaro, por exemplo, ascendeu com o discurso de ruptura com a "velha política", se lançando como uma figura nova e distante da corrupção ou da carreira política. Devido aos escândalos de corrupção que atingiram vários partidos, Bolsonaro se ancorou como peça fora dessa seara. No entanto, o capitão reformado do Exército Brasileiro tem uma carreira política de quase três décadas, passando por 8 partidos, sendo, atualmente, filiado ao Partido Liberal. Isso demonstra a contradição entre seu discurso como sujeito fora da engrenagem política e o seu histórico como deputado.

Como figura salvadora do país, enfraquece as instituições e coloca-se acima da do poder democrático, tanto em seu discurso como em suas decisões. Por isso o cenário de crise é importante para o seu nascimento. O neopopulismo está atrelado ao autoritarismo, pois assim as instituições democráticas ficam imobilizadas, como observou Nervo (2014, p. 203) ao afirmar que o surgimento de líderes desse fenômeno é resultado "da ausência de capacidade de mobilização, por parte das instituições políticas e sociais vigentes". Isso sustenta a reflexão de que a ascensão neopopulista só é possível porque é viabilizada a partir de uma posição de inércia das instituições.

Em uma leitura de Engesser, feita por Patricia González-Aldea, Vasco Ribeiro e Paulo Mangerotti, em um trabalho sobre a relação do populismo com as redes sociais, afirma-se que, normalmente, as lideranças mantêm considerável proximidade com as pessoas, parte do seu grupo de identificação, colocando suas reivindicações acima de quaisquer outras de caráter social. Essa prática resulta em benefício do grupo de apoio e exclusão dos outros grupos como imigrantes, minorias étnicas e grupos religiosos.

A conceitualização de "populismo autoritário" dada por Stuart Hall (1988, p. 48 apud SILVA, 2020) para falar sobre Margaret Thatcher dialoga com o neopopulismo. Para ele, essa vertente "combina os temas ressonantes do conservadorismo orgânico – nação, família, dever, autoridade, padrões, tradicionalismo – com os temas agressivos de um neoliberalismo renovado – interesse próprio, individualismo competitivo, antiestatismo". Essas características articuladas com a postura construída como incontestável, representante de uma verdade absoluta e heroica, salvadora do povo, alimenta a figura extremista e radical. Esses traços definem também o neofascismo que acomoda-se ao lado de líderes neopopulistas (SILVA, 2020, p. 36-37).

Neopopulismo, neofascismo, autoritarismo e preconceitos variados estão entrelaçados, vinculando-se ao antagonismo criado de modo a eliminar os "inimigos" responsáveis pelos problemas. É comum que personalidades políticas atuantes por essa vertente intensifiquem "o preconceito, a exaltação de ditadores e a xenofobia a outro patamar" (SILVA, 2020, p. 37). Vale enfatizar a controvérsia do neopopulismo ao assumir uma posição de fala e representação do "povo", um grupo homogêneo. Isso decorre da não diferenciação das opiniões individuais e as da população (MANGEROTTI; RIBEIRO; GONZÁLEZ-ALDEA, 2021, p. 621). Ao se apropriar da posição representativa do "povo", a liderança populista pode tornar-se autoritária ao achar que suas opiniões próprias correspondem às mesmas opiniões da base de apoio. A performance de defesa dos interesses do povo é usada para defesa dos próprios interesses, enquanto que as demandas complexas são, intencionalmente, ignoradas e silenciadas. O trabalho da escuta não é voltado para atender o povo.

Para aproximar essa vertente apontada por vários cientistas da figura de Jair Bolsonaro, algumas de suas ações e discursos serão destacados a fim de demonstrar como o neopopulismo pode ser manifestado e instrumentalizado. Logo em 2018, por exemplo, no contexto das eleições em que o segundo turno foi definido entre Fernando Haddad (PT) e Jair Bolsonaro, filiado na época ao PSL. O até então candidato Bolsonaro fez um pronunciamento online em que dizia não ter sido eleito no primeiro turno porque aconteceram fraudes²³ nas urnas eletrônicas, acalorando, assim, desde então, uma disputa sobre a integridade e segurança do sistema eleitoral brasileiro. Esse não foi o começo, mas é uma parte importante da estratégia de ataque à urna eletrônica que permanece sendo sustentada.

Essa posição de ataque e promoção de dúvidas sobre um sistema democrático legítimo é uma evidência de como Bolsonaro tenta ininterruptamente fragilizar e enfraquecer as instituições e processos democráticos, até mesmo aqueles responsáveis pela sua chegada ao poder Executivo. Isso leva à reflexão que vê "O neopopulista como alguém multifacetado, ele vai se opor ao sistema político vigente, mas ele ascende dentro desse mesmo sistema" (I SEMINÁRIO, 2022)²⁴, o que demonstra também, aparente contradição, própria do fenômeno.

Nessa mesma esteira de ataques a instituições e processos, Bolsonaro conseguiu provocar uma tensão e oposição entre os poderes executivo e judiciário. Abraçada por seus apoiadores, a tensão ganhou força e mobilizou manifestações antidemocráticas que pediam o fechamento do Congresso e do Superior Tribunal Federal (STF). Ao tentar violar a legitimidade e confiança no sistema eleitoral, Bolsonaro cria um ambiente de instabilidade e consegue se promover como a figura capaz de alternar esse cenário por ter uma proposta de resolução do problema criado

23 Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/06/4930103-bolsonaro-eu-fui-eleito-no-1-turno--eu-tenho-provas--materiais-disso.html>. Acesso em: 12 set. 2022.

24 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=K-B6dnr0xyg&list=PLQwA1jiYIM6UZDu8-04AH27wEAFv9zWJk&index=2>. Acesso em: 12 mai. 2022.

por ele mesmo, logo, a salvação. Ao gerar rivalidade entre poderes e instigar sua base de apoio a atacar agentes políticos opositores, Bolsonaro promove o cenário de quebra e divisão política, em que as diferenças são recepcionadas com uma postura agressiva e autoritária.

Essas diferenças políticas são reafirmadas e atualizadas durante a atuação política da liderança neopopulista. Bolsonaro, por exemplo, em sua tentativa de se reeleger como presidente, aciona o mesmo discurso de 2018 que culpabiliza o Partido dos Trabalhadores pelos problemas enfrentados no país somados aos casos de corrupção. Com uma nova camada de sentido, Bolsonaro reivindica para si a marca da transformação por ser o representante da extrema-direita que venceu as eleições após 14 anos com seus adversários políticos no poder.

Mulheres bolsonaristas na cobertura jornalística

Em seu livro *Right-Wing Populism and Gender* (2020), Gabrielle Dietze analisa o populismo de direita. Em investigação específica sobre um programa político da extrema direita da Alemanha voltado às mulheres, percebeu-se contradições porque apresentou políticas sexuais emancipatórias aliadas ao tradicional apoio aos valores heteronormativos da família. Isso é sintomático das estratégias de venda do populismo de direita. Trabalhar com paradoxos e ambiguidades dá a essa vertente uma pincelada de modernidade, necessária para transmitir a imagem de que estão promovendo uma "revolução" de sistema em favor da condição feminina. As mulheres que ocupam posições parlamentares e órgãos partidários aliadas do populismo de direita, tais como as que são observadas por esta pesquisa, estão no centro das atenções, apesar do contexto político ser, majoritariamente, formado por homens. "Elas dão uma cara bonita a posições radicais e racistas, exercem a modernidade por sua própria existência, e [normalmente] trazem algo a mais para o palco político [...]" (DIETZE, 2020 p. 156). Retomando, portanto, a reflexão anterior de que incorporam o papel de peças operárias do sistema vigente.

Acompanhando a retórica populista de direita, está a ideia de que o feminismo é uma oposição à feminilidade. Isso conecta-se ao imaginário orientado pelos valores tradicionais da família. Pois, a mulher, segundo essa concepção, deve estar restrita ao ambiente e responsabilidades com a família, uma ação vista como maior e mais importante. Nesse sentido, a mulher é mais bem vista na ótica social e cultural quando paga seu débito com a sociedade sendo mãe. Assim, uma mulher que é mãe certamente pode ter sucesso na esfera política, pois a maternidade, sua "maior realização", a qualifica para uma atuação política competente.

Por isso, o que ocorre nos discursos populistas de direita não é uma feminização da política, mas uma politização da feminilidade (DIETZE, 2020). O neopopulismo preserva algumas das manobras de seu antecessor. Dentre elas está a escolha de um determinado grupo de identificação a ser seu aliado, criando, concomitantemente, o antagonismo com seus opositores de modo a elegê-los como inimigos e culpados pelos problemas do país. Além de estar "muito

ligado ao nacionalismo, o método se alinha à performance do político durante seus discursos de antagonista, quando inclui o termo 'nós', o povo, referindo-se a ele mesmo e seus apoiadores, representando o lado que luta para derrotar a elite corrupta e, assim, mudar o país em crise” (JORNALISMO apud SILVA, 2020).

A construção de uma liderança neopopulista necessita de um quadro social em crise no país para elegê-la como salvadora da nação. Com isso é criada e reforçada uma perspectiva binária e dicotômica, o “bem” e o “mal”, com a finalidade de promoção da polarização política. Sua imagem criada para ser vista como salvação leva aos ataques às instituições e processos democráticos. (JORNALISMO apud SILVA, 2020).

O populismo fundamenta-se na tomada do povo como uma entidade indiferenciada e pretensamente homogênea, identificando os próprios adversários da causa a partir de referenciais generalizantes. Os inimigos do populista (e do povo) são, na maior parte das vezes, os burgueses, as elites dominantes. A vontade do povo é tomada, majoritariamente, como uma busca pelo retorno a um passado considerado virtuoso e socialmente justo. O povo é tomado como categoria social soberana e a ele são dirigidos extremos apelos pela defesa de ideais supostamente comuns, como a igualdade e a solidariedade. (NERVO, 2014, p. 206).

É com discurso de herói ancorado no antagonismo, potencialização de atitudes que desmontam as instituições democráticas, coalizão de preconceitos variados, autoritarismo e uso de linguagem mais simples que flerta com a quebra de decoro que esse projeto político ideológico se concretiza (SILVA, 2020). Isso se soma à tendência dos meios de comunicação em cobrir polêmicas, ações e declarações incendiárias das figuras populistas com a intenção de conseguir mais audiência, e o jornalismo contribui com esse fenômeno.

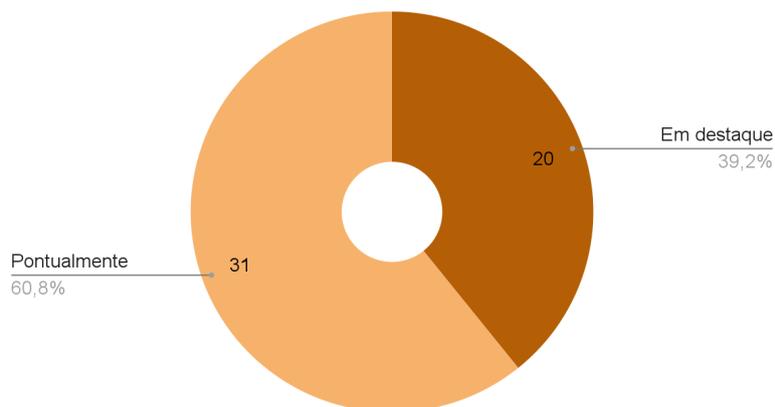
Ao dar palco para as atitudes controversas, o jornalismo visibiliza e proporciona capital político à figura populista de direita (MAZZOLENI apud SILVA, 2020, p. 41). Mas a problemática ganha contornos mais espessos quando delimitada pela pretensa objetividade jornalística. No entrelaçamento da vertente populista de direita com o espaço disponibilizado pela mídia para sua exposição, tendo como referência a “neutralidade”, é possível refletir sobre a presença e representação política de Damares Alves, Bia Kicis e Carla Zambelli. Ainda que essas mulheres sejam influentes no meio político e recebam cobertura midiática, é necessário observar quais são seus discursos. As figuras bolsonaristas analisadas não colaboram para a luta de igualdade de gênero no cenário social, atuam como porta-vozes de um governo voltado a determinados grupos.

Então, a mera presença de mulheres, tanto na política como na mídia, não reflete mudança qualquer, pois o discurso é o mesmo que sustenta a estrutura do status quo. Portanto, é insuficiente a presença de personalidades femininas no jornalismo quando são agentes fortalecedoras dos tentáculos masculinista, branco, heteronormativo e atuam na conservação de privilégios.

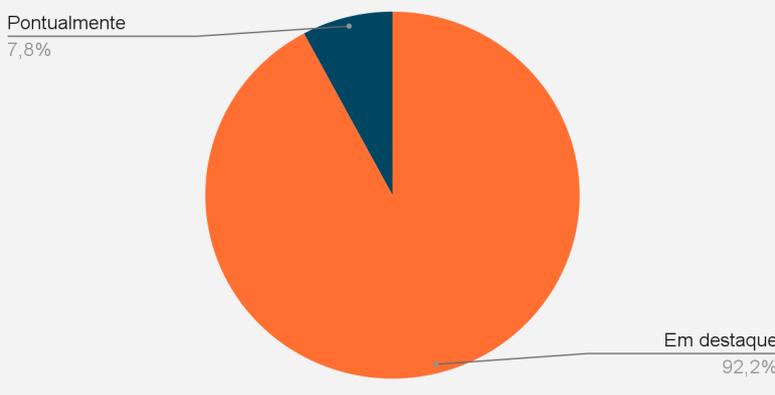
Com a etapa de codificação encerrada, foi possível consolidar reflexões que já vinham sendo feitas a partir dos resultados preliminares que já demonstravam determinadas tendências de ambos os veículos. Fica evidente que a Agência Pública é um portal que não está alinhado ao governo Bolsonaro e adota, portanto, em todas as suas matérias um tom questionador, interpretativo e crítico tanto do líder de extrema-direita, como das personalidades em foco na pesquisa. Cabe ressaltar que o veículo coloca Alves, Zambelli e Kicis em segundo plano, apesar de demonstrar que são apoiadoras importantes da figura neopopulista na presidência. Portanto, elas não recebem tanto destaque nas reportagens, mas ainda assim, são criticadas, interpeladas e retratadas como seguidoras fiéis de Bolsonaro.

Gráficos 6 e 7 – Como as personalidades políticas analisadas aparecem na Agência Pública e na Jovem Pan, respectivamente

Como as personalidades políticas aparecem na Agência Pública



Como as personalidades políticas aparecem nas matérias da Jovem Pan



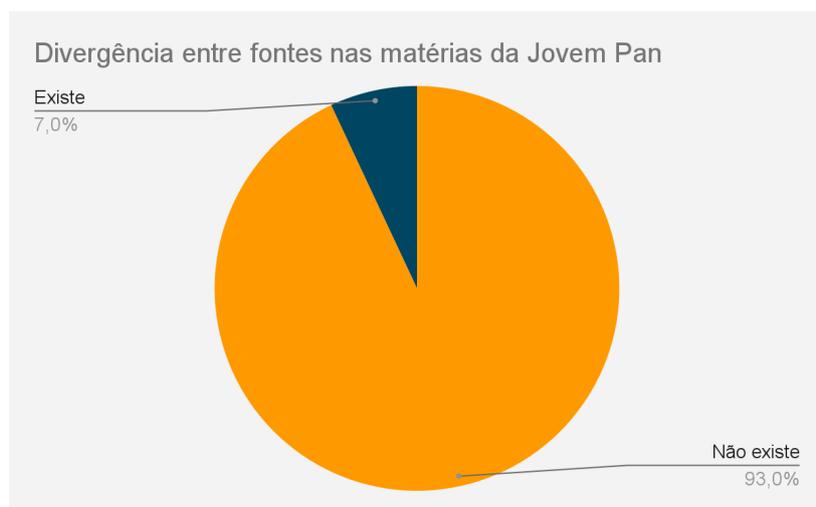
Fonte: elaboração própria

Um ponto importante é que Agência Pública veicula, majoritariamente, reportagens, o que dá um repertório e um panorama mais abrangente dos fatos abordados, além de, também, possuir um caráter mais educativo ao trazer em suas reportagens fontes especialistas para explicar acontecimentos do cenário político que não seriam compreensíveis a toda a população. Em diversas reportagens são explicados temas como neonazismo, conservadorismo extremo, pautas antidemocráticas, desmonte de instituições políticas e a retirada de direitos, íntimos ao governo e manifestações do neopopulismo. O portal sempre relaciona essas mulheres com Bolsonaro, por isso, nas matérias o presidente é codificado como "sujeito", porque elas são personagens secundárias em relação a ele. Além disso, ao olhar para as temáticas abordadas nas reportagens é possível reforçar a criticidade do site, considerando que se concentram em abordar desinformações, o negacionismo diante da pandemia, investigações políticas sobre essas figuras e o debate sobre políticas relacionadas a direitos humanos.

Em se tratando da Jovem Pan, o cenário é distinto. A mídia coloca as mulheres sempre em evidência em suas matérias, de modo que Bolsonaro passa a fazer parte do segundo plano. Entendemos que, por ressaltar discursos de desinformação de forma crítica, há um destaque menor dessas mulheres na Agência Pública, uma vez que o site aponta como "fake news" ou mentirosas muitas das declarações públicas dessas figuras políticas, inclusive em ambientes midiaticamente privilegiados, amplamente replicados por veículos comunicacionais. Por outro lado, o fato de Jovem Pan muitas vezes se limitar a reproduzir declarações e entrevistas dessas mulheres, está aí garantido um destaque quase que automático a elas.

Gráficos 8 e 9 – Divergência de Fontes na Agência Pública e na Jovem Pan, respectivamente





Fonte: elaboração própria

A Jovem Pan, nas matérias analisadas, praticamente não traz contraponto entre fontes, em posições distintas, mesmo diante de declarações desinformativas dessas figuras, o que revela uma relação entre seu alinhamento com o atual governo e um certo distanciamento do trabalho jornalístico. A maioria das produções analisadas possui como fontes apenas as próprias políticas. O caráter declaratório da Jovem Pan é uma marca, já que opta por trazer somente as declarações das figuras sem contextualização ou interpretação. Dessa forma, compreendemos que o veículo é um agente importante para disseminação da política neopopulista, pois legitima os discursos dessas mulheres e as narrativas criadas pelo bolsonarismo sem apresentar nenhuma ponderação.

Ainda que, em ambos os sites, essas mulheres sejam representadas como apoiadoras ferrenhas do presidente, sendo peças importantes para articulação da base de apoio, vale ressaltar a discrepância entre os sites quando se pensa a limitação das fontes a fontes oficiais. Na Agência Pública, 72,5% das reportagens não se restringem a fontes oficiais, enquanto a Jovem Pan sustenta 96,1% das notícias analisadas apenas com fontes oficiais.

Finalmente, vale ressaltar que é preciso tornar mais complexa a discussão em torno da citação direta de fontes mulheres, algo bastante problematizado nos estudos de Jornalismo e Desigualdade de Gênero, inclusive sendo um eixo de bastante atenção na tabulação de dados do GMMP, mas restringindo-se muitas vezes à presença/ausência de aspas e discurso direto e à quantidade de texto destinado à expressão das mulheres em suas palavras. No caso de figuras públicas bolsonaristas, consideradas agentes diretamente vinculadas à circulação de desinformação, a ausência de citação direta dessas fontes pode ser indício de um cuidado em não usar o espaço de um veículo jornalístico para circulação e reprodução de informações de origem duvidosa.

Em um cenário descontextualizado, o fato de Jovem Pan se preocupar em trazer citações diretas dessas mulheres em 82,4% das matérias poderia ser visto como algo bom. E assim seria

interpretado quantitativamente no âmbito do GMMP, no caso de uma coleta dessas matérias. Essa grande visibilidade não significa, necessariamente, que haja aí uma preocupação em conferir espaço e escuta a fontes mulheres, em um equilíbrio de gênero em relação a quem é mobilizado nas narrativas.

Ao ser a Agência Pública, veículo notoriamente mais preocupado com a veiculação de discursos divergentes e de uma abordagem mais complexa em suas coberturas, o meio jornalístico que traz citações diretas de Alves, Kicis e Zambelli em apenas 39,2% das reportagens, podemos perceber que cabe aos profissionais da área filtrar (em termos de potencial de desinformação) a relevância e os riscos de uma declaração reproduzida e, conseqüentemente, legitimada pelo jornalismo. É importante escutar mais mulheres nas reportagens e notícias, mas não adianta trazer citações e posições de mulheres apenas, há que se pensar na necessidade de checagem e verificação dessas falas, sobretudo quando são fontes alinhadas ao poder hegemônico.

Referências

ANTONELLI, Francisco. As conexões virtuais do neopopulismo. **Instituto Humanitas Unisinos** – On-Line, [S.L.], sem paginação, 14 jan. 2019. Mensal. Tradução de: Luisa Rabolini. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/585983-as-conexoes-virtuais-do-neopopulismo>>. Acesso em: 05 maio 2021.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. 1 ed. São Paulo: Edições 70, 2016. Tradução de: Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro.

CARVALHO, Guilherme. Jornalismo alternativo na era digital: análise de reportagens da Agência Pública. **Revista AlterJor**, São Paulo, v.2, n.10, p. 126-142, 2014. Disponível em: <<http://www.usp.br/alterjor/ojs/index.php/alterjor/article/view/aj10-a7>>. Acesso em: 03 fev. 2022.

DEL BIANCO, Nélia. A presença do radiojornalismo na internet – Um estudo de caso sobre os sites da Jovem Pan e da Bandeirantes. **Estudos de Jornalismo e Mídia**. v. 1, nº 1, 2004. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/issue/view/329>>. Acesso em: 23 fev. 2022.

DIETZE, Gabrielle. Why Are Women Attracted to Right-Wing Populism? Sexual Exceptionalism, Emancipation Fatigue, and New Maternalism. In: DIETZE, Gabrielle. **Right-wing Populism and Gender: European perspectives and beyond**. Bielefeld: Verlag, 2020.

DOWNING, John D. H. **Mídia radical**: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais. São Paulo: SENAC São Paulo, 2002.

HOOKS, Bell. **Teoria feminista**: da margem ao centro. São Paulo: Perspectiva, 2019.

I SEMINÁRIO de Comunicação, Política e Cidadania: Mesa 2 – 15h30. 12 maio 2022. 1 vídeo (1h15m05s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=K-B6dnr0xvg&list=PLQwA1jiYIM6UZDu8-04AH27wEAfv9zWJk&index=2>>. Acesso em: 12 maio 2022.

MANGEROTTI, Paulo; RIBEIRO, Vasco; GONZÁLEZ-ALDEA, Patricia. Populismo, twitter e comunicação política: análise dos tweets de Jair Bolsonaro durante a campanha eleitoral de 2018. **Brazilian Journalism Research**, v. 17, n. 3 - dezembro - 2021, ISSN 1981-9854 - Brasília-DF.

MAZZOLENI, Gianpietro. Mediatization and Political Populism. In: Esser, Frank & Strömback, Jesper (Eds.). **Mediatization of Politics Understanding the Transformation of Western Democracies**. Palgrave McMillan, p. 51-70, 2014.

MIELNICZUK, Luciana. O link como recurso da narrativa jornalística hipertextual. In: Intercom-Congresso da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares de Comunicação. **Anais...** Rio de Janeiro Intercom. 2005. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/160318299140382081603311405193211973269.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2022.

MORAES, Fabiana; SILVA, Marcia Veiga da. A objetividade jornalística tem raça e tem gênero: a subjetividade como estratégia descolonizadora. XXVIII Encontro Anual da Compós. **Anais...** Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://www.compos.org.br/biblioteca/trabalhos_arquivo_5LFXYWXMOTM6JSBQBBT_28_7677_20_02_2019_17_55_17.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2022.

NERVO, Alexandre Antônio. O (neo) populismo como estratégia de comunicação política. Teoria & Pesquisa: **Revista de Ciência Política**, [S.L.], v. 23, n. 1, p. 194-218, 2014. Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/3087>>. Acesso em: 26 fev. 2022.

OLIVEIRA, Dennis. Jornalismo alternativo, o utopismo iconoclasta. In: SBPJor. **Anais** do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. São Paulo: USP, nov. 2009.

PEREIRA, Leticia Fernanda Souza; COELHO, Tamires Ferreira. Fontes Jornalísticas e A Representação de Cuiabá nos Sites com Índícios de Independência. In: ENCONTRO NACIONAL DE JOVENS PESQUISADORES EM JORNALISMO, 10., 2020, **Anais...** Sbpjor, 2020. p. 1-17. Disponível em: <<http://sbpjor.org.br/congresso/index.php/jpjor/jpjor2020/paper/viewFile/2530/1499>>. Acesso em: 10 fev. 2022.

SILVA, Vitória Gomes Pereira. **Jornalismo online e Neopopulismo**: Bolsonaro e a cobertura da Folha no início da pandemia de Covid-19. 2020. 103 f. TCC (Graduação) – Curso de Jornalismo, Faculdade de comunicação e artes, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2020. Disponível em: <<https://cms.ufmt.br/files/galleries/153/V444c9c359b7e1f11ef1fc2484ef086b5f04958d1.pdf>>. Acesso em: 02 set. 2021.

PORTO, Mauro; NEVES, Daniela; LIMA, Bárbara. Crise hegemônica, ascensão da extrema direita e paralelismo político. **Compólitica**, v. 10, n. 1, p. 5-34, 2020.

SAFFIOTI, Heleieth Lara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Graphium, 2011.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2005.

WACC. **The Global Media Monitoring Project 2020**. 2020.

Revista *Capricho*: relacionamentos em um “guia” de masculinidade hegemônica

Tuani Awade Nunes da Mata

Tamires Ferreira Coêlho

Nealla Valentim Machado

Este trabalho parte de uma análise de como a revista *Capricho* definia padrões de masculinidade por meio dos Colírios, garotos considerados ideais, observando elementos de raça e classe social vinculados a eles, em edições publicadas entre 2010 e 2012. Metodologicamente, este capítulo se baseia na análise de conteúdo (BARDIN, 2016), em um corpus composto por quatro capas de *Capricho* com a presença de homens, suas matérias de capa e seis sessões “Dúvida de Garotas”. Taís de Castro (2014, p. 46) afirma que “os procedimentos da AC, por combinar dados quantitativos com análises qualitativas, permite que se trabalhe com um *corpus* formado por um grande número de textos, reduzindo sua complexidade ao transformá-los em dados sistemáticos e organizados”. Neste trabalho, é discutida a construção de masculinidades e de papéis de gênero.

As revistas femininas apresentam guias de comportamento, ainda que não explícitos, para as garotas (BUITONI, 2014), mas também afetam as percepções sobre a masculinidade. Connell e Messerschmidt (2013) classificam a masculinidade hegemônica como normativa, passível de atualização ao longo do tempo e articulada à noção do ser homem como ser dominante, que não pode sentir dor, e a heterossexualidade como norma, atributos que colocam esse homem como o mais “homem” dentre os outros. Mais do que um meio de comunicação, revistas como *Capricho* querem ser vistas como uma espécie de “melhor amiga”, onde, principalmente meninas, jovens e mulheres podem “tirar dúvidas”, fazer consultas de comportamento, “confiar” naquelas informações e se informar, sobretudo em assuntos vistos como tabus.

Entendemos aqui o jornalismo como aquele responsável por levar informações, destacando o que seria interessante ao seu público saber (BENETTI, 2013). Podemos pensar como exemplo a edição lançada por *Capricho* nos anos 80 em que a revista os incentivava a usar camisinha para

evitar a transmissão do HIV/AIDS²⁵, em uma época que ainda que era considerado inapropriado, a um meio de comunicação voltado para garotas jovens, falar sobre sexo. A revista *Capricho*, ao abordar esses assuntos a uma audiência jovem, faz um trabalho de relevância social, ao mesmo tempo que sua aproximação com o público pode ajudar jovens a se prevenirem e se conscientizarem.

Por outro lado, a revista pode "romantizar" situações violentas, como o estupro e o assédio sexual ao tratar meninos como vítimas de seus "instintos", enquanto garotas apresentam uma suposta autonomia e responsabilidade (SANTOS; SILVA, 2008).

As revistas são fontes "silenciosas" às quais os adolescentes podem recorrer sem que ninguém saiba. Nesse sentido, revistas com informações erradas ou que reforcem os papéis tradicionais podem trazer mais prejuízo do que benefício (MIRANDA-RIBEIRO; MOORE, 2003, p. 16).

Estereótipos são características estabelecidas socialmente que, como mencionado por Simone Freitas (2012, p. 110), "interferem na nossa percepção de realidade, levando-nos a 'ver' de um modo pré-construído pela cultura e transmitido pela linguagem". Estas normas sociais podem ser entendidas como reflexos de locais onde ocorrem extrema desigualdade de poder, como no sistema patriarcal, pois a nossa primeira interpretação tende a exaltar o homem, enquanto menospreza a mulher. Por exemplo, se o garoto, ao "ficar" com muitas mulheres, acaba sendo chamado de "garanhão", enquanto a mulher é tida como "rodada", tendo seu caráter questionado. Temos visões que enfatizam esta diferença para que ocorra a manutenção dos papéis sociais, limitando o indivíduo a apenas uma dessas características, no caso do homem em algo positivo, e da mulher negativo, ao mesmo tempo que ocorre a naturalização do processo (HALL, 2016). Esses estereótipos acabam sendo elementos importantes, pois, muitas vezes, constituem a forma com que a revista "guiará" suas leitoras, de forma tradicional, por meio de posicionamentos relacionados a essas normas sociais.

Quando falamos em revistas no meio acadêmico, as ênfases dadas em "guias de felicidades" para meninas e mulheres já foram bastante comentadas em pesquisas anteriores. Bassanezi (2005) fez uma retomada histórica das revistas *Claudia* e *Jornal das Moças* no trabalho "Revistas femininas e o ideal de felicidade conjugal" (1945-1964) e, por meio dela, foi mencionado que tanto *Claudia* quanto *Jornal das Moças* tinham visões de alegrias ligadas ao casamento heterossexual, porém, enquanto a primeira defendia a ideia de a mulher ter direito a conquistar o seu próprio espaço perante a sociedade ao adentrar ao mercado de trabalho, a segunda publicação acreditava que o papel da mulher perante a sociedade era o de se dedicar exclusivamente à vida doméstica, ao cuidado dos filhos e aos afazeres da casa.

25 Informações retiradas do site: <https://capricho.abril.com.br/comportamento/camisinha-tem-que-usar-e-o-que-lembra-o-dia-mundial-de-combate-a-aids/> Acesso em: 14/08/2021

Buitoni (2014), por sua vez, critica as poucas mudanças expressivas nas revistas femininas por meio do artigo "Revistas femininas: ainda somos as mesmas como as nossas mães". Nele, a autora também comenta que as revistas atuam explicitamente ditando "os passos" que as mulheres devem seguir, também oferecendo guias de como alcançar essa felicidade, com a promoção de um "ideal de corpo" que passa por diversas mudanças com o decorrer do tempo, mas sempre exige tempo e dedicação das mulheres para alcançá-lo. Em 1980, décadas antes da realização desse trabalho, suas pesquisas sobre o assunto já evidenciavam essa postura em relação à mídia, pois as revistas retratavam uma mulher mais submissa, dificilmente levando em consideração aquelas que apresentavam uma carreira, um "nome" ou uma postura própria, como também é evidenciado em seu livro "Mulher de papel" (BUITONI, 2014).

Capricho e papéis de gêneros: "viva de acordo com as normas sociais!"

É por meio das normas sociais que as revistas apresentam (assim como outros meios de comunicação) como tanto os homens quanto as mulheres devem ser orientados, e algumas vezes reprimidos, sobre como "agir" ou "pensar", para seguirem os papéis pré-definidos, a fim de se encaixarem em nossa sociedade. Isso acaba tendo consequências, sobretudo para as mulheres, e é por isso, que muitos dos estudos relacionados a gênero utilizam a área como sinônimo de "estudos de mulheres", já que estas acabam sendo as mais prejudicadas nas desigualdades sociais. Neste trabalho, usamos como base a definição de gênero segundo Scott (1995, p. 75): "O termo gênero torna-se uma forma de indicar construções sociais – a criação inteiramente de ideias sobre os papéis adequados aos homens e as mulheres". Isso quer dizer que são estabelecidos papéis sociais relacionados ao gênero que variam conforme o local, a cultura e a religiosidade. Estas normas de adequações para os homens e as mulheres acabam sendo naturalizadas pela sociedade, como é exposto por Saffioti:

É de extrema importância compreender como a *naturalização* dos processos socio-culturais de discriminação contra a mulher e outras categorias sociais constitui o caminho mais fácil e curto para legitimar a "superioridade" dos homens, assim como a dos brancos, a dos heterossexuais, dos ricos. (SAFFIOTI, 2001, p. 11).

Das mulheres é esperado que cuidem das tarefas domésticas em casa, enquanto aos homens não cabe esse papel, ficando fora desse tipo de trabalho. A garota deve ser sentimental, enquanto o garoto deve reprimir seus sentimentos, como é constantemente afirmado pelo ditado popular "Homem não chora!". Quando trazemos algumas características esperadas do homem pela sociedade, uma que chama bastante atenção é a agressividade. O menino, desde cedo, é ensinado a ser "homem", usando como principal recurso a brutalidade, logo, se quando criança é tranquilo

e tolerante com relação aos seus amigos, evitando brigas e estimulando o diálogo, é chamado de "fraco". De acordo com Saffioti:

Elas são socializadas para desenvolver comportamentos dóceis, cordatos, apaziguadores. Os homens, ao contrário, são estimulados a desenvolver condutas agressivas, perigosas, que revelam força e coragem (...) (SAFFIOTI, 2011, p. 35).

Quando se é analisada a revista *Capricho*, que tem como público as mulheres jovens, ocorre o protagonismo dos homens de diversas formas, o que acaba reafirmando-os enquanto categoria dominante. O então *Vida de garotos*, blog administrado pelos Colírios da Capricho, era uma prova disso, já que, enquanto a revista oferecia a possibilidade de os meninos se destacarem escrevendo dicas de relacionamentos, as meninas se restringiam a fazer perguntas sobre o assunto, não compartilhando conhecimentos sobre relacionamentos nem parâmetros.

Aos homens, através da autoridade concedida pela revista, é dado, socialmente, o título de especialista em relacionamentos, mas para as mulheres, especialmente as mais jovens, o desconhecimento é valorizado, como podemos observar constantemente em famílias tradicionais. Por conta da ideologia patriarcal²⁶, a filha, em um primeiro momento, não deve ter relações sexuais até o seu casamento, enquanto o filho deve possuir vários conhecimentos e experiências sobre o assunto. O mesmo também é afirmado por Grossi (2004, p. 13): "São as mulheres (mãe, filhas, irmãs) as responsáveis pela honra familiar. Cabe, portanto, aos homens (pai, filhos, irmãos) o controle sobre a virtude feminina (...)". Mais uma vez, podemos perceber uma sociedade em que o controle, inclusive do corpo feminino, se encontra nas mãos masculinas, algo predominante na sociedade patriarcal, como veremos posteriormente.

Em uma das edições analisadas da revista *Capricho*, a de nº 1114, que tem como matéria de capa "Final, o que querem os garotos?" (FUSCO, 2011b), é exibida uma enquete realizada com 310 garotos, tendo como uma das perguntas a questão da virgindade. No resultado é afirmado que "80% deles pensam que a virgindade dela não muda na 'ficada'", ou seja, 20% dos garotos entrevistados pensam ao contrário, o que acaba evidenciado a castidade como elemento importante para os garotos. A revista em questão foi publicada em 2010, época em que as mulheres já tinham conquistado diversos espaços sociais, porém, ainda sim, é possível observar posicionamentos machistas. Ao fazer esse tipo de pergunta apenas em relação às garotas e não dando a elas uma chance de posicionamento, a revista coloca as jovens sob a sombra dos garotos.

Liberdade sexual, racionalidade e "força" são usadas para destacar a dominação do homem em relação à mulher. Nas mulheres, por outro lado, são evidenciados os sentimentos e o padrão estético corporal, como afirmado por Bertasso e Rosa ao analisarem a revista *Claudia*

26 A ideologia patriarcal, segundo Saffioti (2011, p. 136), "é forjada especialmente para dar cobertura a uma estrutura de poder que situa as mulheres muito abaixo dos homens em todas as áreas da convivência humana". Com ele, temos ideias de que a mulher não tem capacidade de decisão e, por isso, deve ficar à "sombra" do homem, enquanto o "macho" deve ser viril e bruto.

(2021, p. 125): "O sentido nuclear mais fortalecido é o que defende que as mulheres precisam ser belas, naturalizando a preocupação constante com a beleza e a busca pelos padrões vigentes".

Por meio da dinâmica do sistema patriarcal, que coloca o homem de forma "superior" à mulher, podemos ver o modelo como uma das causas pelas quais muitas mulheres acabam sendo violentadas, já que, desde o início, após nascimento dos filhos na família, é estabelecido que ele será o "Homem" da família, com muitas responsabilidades, mas acima de tudo com privilégios, que não são concedidos à mulher em uma família tradicional. Saffioti afirma (2011, p. 27) que "como o homem foi educado para ir à caça, para, na condição de macho, tomar sempre a iniciativa, tende a não ver com bons olhos a atitude de mulheres desinibidas".

Outro aspecto a ser ressaltado é que a vaidade, por parte dos homens, deixou de ser vista como um problema tão intenso quanto antes. Ghilardi-Lucena e Possati (2010, p. 20) asseguram: "O homem atual é, ou precisa ser (ou parecer) jovem, seguro, musculoso, imponente, independente e, acima de tudo, vaidoso (...)". Freitas (2012), por sua vez, chama a atenção para a seguinte questão:

Quando se trata de falar para a mulher contemporânea, o "novo homem", aparece gentil e carinhoso. Já quando o anúncio se destina ao público masculino, os anúncios apresentam invariavelmente a imagem do homem conquistador, fortalecendo a suposta superioridade deste gênero (FREITAS, 2012, p. 113).

Sobre o privilégio de ser homem, Pereira, no entanto, enfatiza (2020, p. 33) que "a construção da masculinidade negra nunca foi a mesma que a branca (...)". Os homens, apesar de serem privilegiados em relação às mulheres, não são "totalmente livres". Quando levamos em consideração o ponto de vista das garotas, percebemos que, desde cedo, elas são ensinadas a valorizarem o "amor romântico", como podemos observar por meio dos "contos de fadas", enquanto os garotos assistem desenhos sobre lutas, ou então de superpoderes. Malcher (2002, p. 66) explica que "aos homens foi negado – social e culturalmente – a possibilidade de viver seu lado emocional; as emoções e o amor são conhecidos como 'coisas de mulher' (...)".

Os ensinamentos da infância continuam sendo enfatizados durante a adolescência. E, por isso, os garotos, algumas vezes incentivados pelos seus pais, outras por colegas e amigos, tendem a ter pressa para não serem mais virgens, algo que, como relatamos anteriormente, algumas revistas usam como justificativa do "instinto de ser homem". Por outro lado, as mulheres são ensinadas a romantizar a primeira vez, esperando pelo "momento certo" e tendem usar termos como "fazer amor", que levam a relacionar o contato sexual com os sentimentos.

Ao homem é negado socialmente o direito de expor seus sentimentos, ou de expressar sentimentos de apreço por mulheres que não sejam relacionados à conquista, à relação sexual, enquanto a mulher deve esconder o seu interesse pelo homem, a princípio, como é afirmado por Santos e Silva (2008, p. 29): "(...) é interessante observar que as leitoras são alertadas a respeito da

necessidade de complementar suas performances através de outras técnicas como, por exemplo, se fazer de difícil". Os relacionamentos, assim, devem ser passos incentivados pela garota de forma indireta, mas as suas ações finais são protagonizadas pelo homem. Consequentemente, pessoas que não seguem as normas sociais acabam sendo prejudicadas, como afirmado por Bertasso e Rosa (2021): "O que se vê, assim, é uma combinação entre o que existe e o que se espera que exista e, portanto, imagina-se (...)" (BERTASSO; ROSA, 2021, p. 119). Um garoto tímido, em decorrência disso, jamais chegará na garota, pois o esperado é que o menino seja bom de "flerte". E a garota não chegará no garoto, afinal, esse é o papel esperado dele. Sobre estas consequências causadas pelas normas sociais, Simone Freitas (2012) explica que

(...) O estereótipo não é estático dentro do grupo social do qual faz parte, podendo ser renovado e ganhar novos contornos ou modificações, acompanhando a dinâmica da sociedade e suas novas demandas. É importante ressaltar que uma vez formados, os estereótipos tendem assim a resistir à mudança (...) (p. 111).

Para Bourdieu (2002), a virilidade pode ser classificada como o elemento que irá aproximá-los dos outros homens, sendo bastante visível não apenas na sexualidade, mas também na força desempenhada pelo homem, em batalhas, por exemplo. Desta forma, a falta desse elemento da masculinidade, como "o homem que não conseguiu vencer a luta", ou, então "aquele que não foi 'macho' suficientemente com sua mulher", o excluirá da aproximação com outros, sendo considerado frágil, por isso, é possível dizer que o ego do homem está associado a esse fator.

A virilidade, como é afirmado por Bourdieu (2002, p. 67), "(...) é uma noção eminentemente relacional, construída diante dos outros homens, para os outros homens e contra a feminilidade, por uma espécie de medo do feminino, e construída, primeiramente, dentro de si mesmo". A masculinidade não pode ser entendida apenas como característica relacionada aos homens, como é afirmado por Connell²⁷ (1995, p. 1888): "A masculinidade é uma configuração de prática em torno da posição dos homens na estrutura das relações de gêneros (...)", temos então uma relação de poder na qual, muitas vezes, o homem usará da força para reafirmar essa dominação, levando ao assédio sexual, ou, estupro, por exemplo.

Assim, temos a ideia de que apresentar sentimentos são traços femininos e devem ser negados, sendo apenas aceitável para o homem quando a mulher em questão apresenta padrões estipulados pelos meios de comunicação, como é assegurado por Câmara (2007, p. 51): "(...) existe, portanto, uma educação do olhar masculino, que menospreza explicitamente mulheres mais velhas, ou, mais gordas". Ou seja, o homem só deve gostar de uma mulher se ela for magra, de cabelos longos, rosto fino e não apresentar idade elevada. Tal fato é reforçado, inclusive, nas fotografias das revistas.

²⁷ Raewyn Connell é uma cientista social australiana, que, antes era conhecida por Robert Connell. Desta forma, em virtude da transição de gênero, podemos encontrar seus textos, dependendo do período em que foi escrito, com essas duas assinaturas.

Essa divisão, por outro lado, também acontece com os meninos. Na edição nº 1124, lançada em junho de 2011, em um especial de Dia dos Namorados que tem na capa o ator Chay Suede e a atriz Sophia Abrahão, *Capricho* faz uma seleção dos garotos. Com o título: "12 garotos e muitos segredos", a revista descreve o seguinte: "Eles são lindos e contaram para gente o que nem o melhor amigo dele sabe. Sim, estão todos solteiros. E você achando que não ia ganhar presente pelo Dia dos Namorados... vire a página já!" (NORONHA, 2011).

Nas 12 fotos em que aparecem esses garotos, apenas em uma delas temos um negro com cabelo crespo. Os garotos brancos, de cabelos lisos, por outro lado, são nove, enquanto dois apresentam cabelos ondulados e um, como dito anteriormente, com cabelo crespo. Além disso, na parte em que surge o título e a descrição da reportagem, aparece um modelo com o rosto tampado por esses textos. Apesar disso, é possível dizer que ele é branco, com cabelo liso e um topete. A masculinidade hegemônica se manifesta por algumas outras características, como o alto poder aquisitivo e a heterossexualidade. Como é afirmado por Connell e James Messerschmidt (2013, p. 245):

(...) A masculinidade hegemônica não se assumiu normal num sentido estatístico; apenas uma minoria dos homens talvez a adote. Mas certamente ela é normativa. Ela incorpora a forma mais honrada de ser um homem, ela exige que todos os outros homens se posicionem em relação a ela e legitima ideologicamente a subordinação global das mulheres aos homens.

A hegemonia²⁸, levando isso em consideração, acaba sendo muitas vezes sendo associada à violência, no entanto, ela se constitui como ascendência através da cultura e processos históricos, afinal de contas, a masculinidade hegemônica não é algo fixo, pois varia conforme o país e de acordo com os tempos. Por meio dela, temos a noção do ser homem como ser dominante, que não pode sentir dor, e a heterossexualidade como norma. Atributos que colocam esse homem como o mais "homem" entre os outros (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013).

A vaidade, por outro lado, algo bastante evidente sobretudo nos Colírios, nem sempre foi bem vista na sociedade, pois, esse papel, relacionado à beleza, era algo restrito ao feminino. Por meio dos movimentos feministas, o homem começa a ter mais liberdade com relação à sua aparência, algo que era restrito apenas ao feminino. Atualmente, esses homens são menos julgados, mas, ainda assim, aqueles que apresentam pensamentos tradicionais os enxergam de forma depreciativa. Freitas (2012, p. 111) enfatiza que "a mudança do estereótipo seria difícil, exigindo uma longa educação crítica, além de uma participação fundamental dos meios de comunicação".

28 A hegemonia aqui neste trabalho deve ser entendida como uma suposta "superioridade" dos homens em relação às mulheres, algo visto na constituição da masculinidade hegemônica, onde homem costuma usar da força, um dos elementos essenciais para "ser homem", para mostrar e estabelecer o seu poder.

Relacionamentos amorosos e sexuais na *Capricho*

Analisando os relacionamentos como categoria, podemos perceber que *Capricho* costuma abordar isso articulado ao “ser garota”, pois, nas quatro capas analisadas, encontramos pelo menos uma chamada em cada relacionada ao tema. No total foram seis chamadas: “Dudu, Caíque, Federico e Renan ajudam você a desvendar o que rola na cabeça dos meninos” e “Como dar um beijo inesquecível? (Edição nº 1114), “Você chegaria num garoto?” (Edição nº 1094), “Me sinto atraída por... uma garota” e “Renan Grassi – vencedor do Colírios *Capricho*, ele está solteiro – e à procura da garota perfeita” (Edição nº 1103), “Morri: tudo sobre garotos! Caio Castro – o ator não nega a fama de pegador, mas mostra seu lado romântico. Vem se apaixonar por ele, vem” (Edição nº 1143).

As edições de *Capricho* analisadas apresentam, majoritariamente, conteúdos relacionados ao consumismo e a relacionamentos. No entanto, mais do que isso, ocorre uma enorme desproporção em relação a pautas relacionadas à homossexualidade, já que, das seis chamadas, apenas uma é reservada para esse assunto. A heterossexualidade compulsória, assim como outras normas sociais, reforça o aspecto conservador da revista, como podemos observar por meio da chamada que envolve o ator Caio Castro. *Capricho* não vê nada de errado em o garoto ser “pegador”, já que, mesmo com essa característica, ele pode continuar sendo “romântico”. Porém, quando a situação se reverte para o lado da garota, a revista a aconselha sempre a buscar o equilíbrio, que não é muito bem especificado por *Capricho*.

Na reportagem “Afiml o que os garotos querem?”, disponível na edição nº 1114, no subtópico “paquera; como lidar?”, os Colírios da *Capricho*, falam o seguinte:

Renan: Eu adoro quando a menina toma a iniciativa! Pode ser sorrindo, dando uma piscadinha... Frederico: Eu também, mas não vale a pena forçar a barra. Chegar querendo mostrar que é da turma pega mal. Dudu: Nossa, total! E também é péssimo quando a menina quer zoar demais. Caíque: mas bom humor é ótimo! E eu curto mesmo trocar olhares e ir medindo o interesse dela. (FUSCO, 2011b, p. 38).

Embora *Capricho* não esteja comentando a respeito da garota “ficar” com vários garotos em uma mesma noite, é aconselhado que ela seja discreta em seus flertes, logo, também é possível afirmar que a garota deve ser mais comedida com relação a quem beijar, por exemplo. A ela, segundo eles, cabe o papel de mandar os sinais, porém, não é comentado de quem deve ser o ato final, o que dá a entender que é ele quem deve se aproximar da garota. Saffioti (2001, p. 37), sobre isso, afirma: “Quando se diz que ‘a mulher consegue tudo do marido se for habilidosa, se souber usar do jeitinho’, na verdade, está-se afirmando que a mulher deve sempre ficar na sombra (...)”. O comedimento, na verdade, seria uma forma de colocar o homem como protagonista, até porque a garota é quem deve mandar os sinais e apenas o ato final seria desempenhado pelo garoto.

Os garotos, em contrapartida, acabam sendo aconselhados a esperar os indícios de que ela está interessada, mas quando isso não acontece, é indicado que haja insistência, como na reportagem "Caio de amores", na qual o ator Caio Castro responde:

P – Você já levou fora?

R – Já levei, claro, mas é o que eu falei: quando eu quero faço de tudo. Você está lá, falando há um tempão com a menina e, na hora de beijar, ela diz não. Pô, você está me dando mole faz tempo, o que rolou? Não deixo quieto.

(CATANIA, 2012, p. 25).

Por meio dessa resposta, entende-se que o homem não deve aceitar a negativa por parte da mulher, pois ela estaria fazendo "joguinhos" a fim de ser conquistada. Desta forma, cabe ao homem insistir até que ela ceda. Consequentemente, chegamos à conclusão de que a mulher acaba não tendo direito de escolher aquilo que quer, afinal, caso ela aceite de primeira, será chamada de "fácil", mas, caso recuse por não querer algum contato com aquele homem, terá que lidar com a insistência e o assédio. O homem seria o caçador e a mulher a presa (SAFFIOTI, 2011). A "caça", de acordo com Capricho, também deve ser vaidosa, sendo a beleza considerada pela revista fundamental para construção ou manutenção de um relacionamento, como podemos observar por meio do "Acerte no visual" na seção "Dúvida de Garotas". No entanto, quando a ideia não é manter um relacionamento, a beleza, muitas vezes acaba sendo descartada, pois, como assegurado por Saffioti (2001, p. 18), "para o macho não importa que a mulher objeto de seu desejo não seja sujeito desejante. Basta que ela consinta em ser usada enquanto objeto".

Por meio dessa coluna da revista, o "Colírio" Federico Devito responde a três dúvidas sobre o assunto. O garoto comenta sobre a importância de elas se sentirem bem com o vestuário, contudo, no final, aconselha as leitoras a usarem roupas consideradas "femininas". Em consequência, Capricho acaba incentivando os garotos a valorizarem apenas as garotas vaidosas e cujo estilo se restringe a um padrão:

P: Que tipo de roupas e acessórios vocês curtem ver nas garotas?

R: Na real, a garota precisa se olhar no espelho. Está se sentindo bem? Gostou do que viu? Se a resposta for sim, as chances de acertar são gigantes! Mas o que todo menino adora são peças femininas, como brincos e pulseiras. Salto alto também é legal. Só que não rola ficar reclamando do pé depois! rs (PINHEIRO, 2010a, p. 78).

Nesse tópico, assim como no "Linda para eles", disponível na matéria "O que os garotos querem?", é possível observar a contradição na revista Capricho, afinal de contas, a revista estimula a autenticidade, mas aborda questões para agradar o menino por meio do seu visual:

P – Decidi mudar meu visual, mas os garotos ainda não chegam em mim! E agora?

R – Você provavelmente não está confortável com as mudanças. Tem certeza de que você não se sentiu pressionada a mudar de aparência? As transformações devem acontecer de maneira suave e natural para que você se adapte com tranquilidade a elas e, é claro, seja percebida pelos garotos também. Mas lembre-se: Conforto e bem-estar em primeiro lugar! (FUSCO, 2011a, p. 36)

Ao lado do subtítulo “Linda para eles”, Caíque aparece em uma fotografia acompanhado de uma garota. Ela, mais uma vez, aparece encostando nele, enquanto ele dá um olhar de aprovação para a câmera. Na legenda é descrito “A Liv já sacou: óculos escuros, só embaixo do sol! Parece que o Caíque aprovou, né?”. A revista faz alusão ao comentário dos garotos de não apreciarem quando as garotas usam óculos de sol em uma balada, ao mesmo tempo em que se nota uma aproximação com a consumidora, ao fazer uma pergunta. Nas duas perguntas, a revista parece dar prioridade ao bem-estar da sua leitora, de forma direta, entretanto, as fotografias e a enquete tendem a direcioná-la à ideia de agradar o garoto.

Eles, garotos brancos, sempre usam roupas e acessórios de marcas famosas, de forma a evidenciar o alto poder aquisitivo, enquanto falam sobre como a garota deve se comportar e agir, priorizando a estética e a vestimenta dela. Ou seja, as revistas, por meio de suas reportagens e fotografias, mencionam de que forma uma garota deve agir, assim como orientam ações dos garotos (LAGO; KAZAN; THAMANI, 2018).

Na pesquisa realizada por Capricho para a edição, por exemplo, feita com 310 garotos, são abordadas as seguintes questões: visual (45% deles acham que cabelo comprido é o que mais chama atenção na menina, 38% dos meninos ‘curtem meninas mais estilosas’, 32% adoram que elas usem vestidos florais e femininos, 29% prestam atenção em meninas que usam decotes e saias, 43% desistiram de ficar com uma menina se ela estivesse usando *gloss* e 25% deles não se interessariam em uma menina que sempre usasse calças largas e tênis), paquera (52% dos meninos acham que a baladinha é o melhor lugar para conhecer meninas, 25% deles acham que também é ótimo paquerar na escola, 64% só tomam iniciativa quando notam que a garota está afim, 10% deles partiria para a paquera mesmo se ela não mostrasse interesse, e 38% acham que mandar resposta fofa é a melhor forma de chamar atenção) e namoro (50% dos garotos acreditam que não existe prazo para a ficada virar namoro, 70% acham que o rolo só evolui quando a conversa flui bem, 50% pensam que ter o tempo para os amigos é o maior sinal de que o namoro vai bem, 42% odeiam que a garota sinta ciúme da turma, 80% pensam que a virgindade dela não muda na ficada)²⁹.

A pesquisa acaba sendo relevante para esta análise por mostrar que a revista Capricho dá prioridade aos posicionamentos masculinos. O último item é um ponto que nos chama atenção,

29 Trecho copiado da pesquisa feita pela revista Capricho nº 1114, lançado em 16 de janeiro de 2011. Páginas: 37, 39 e 41.

visto que, na maioria das vezes, a castidade acaba sendo considerada uma espécie de troféu para os garotos. Afinal, na adolescência os garotos acabam tendo pressa para praticar o ato sexual e deixar de serem virgens, enquanto a inexperiência das meninas é valorizada. A relação sexual se torna algo que os meninos veem como uma conquista. Ao desvirginarem uma garota, o ato sexual se transforma em um triunfo para os homens, tanto na prioridade quanto na exclusividade. "Perder a virgindade" para garotas é visto como uma "prova de amor" e, por isso, muitas vezes, o fato de uma garota não ser mais virgem para o futuro namorado, é algo reprovável. Já a cobrança de "perda da virgindade" por parte dos homens é vista como uma "prova de confiança" e "comprovação do amor", o que, muitas vezes, acaba levando as garotas a se sentirem pressionadas.

Figura 1 – Matéria "Afinal, o que querem os garotos?", Caíque e Liv conversando.

Handwritten notes in blue ink:
 - Above title: "eles são dicas de como a garota deve se vestir, gente tem uma tendência de 'fatos'"
 - Next to title: "LINDA PRA ELES de 'fatos'"
 - Next to sub-headline: "O que os garotos curtem no look de uma menina e o que fazer para aquele cara te notar"
 - Next to Caíque's quote: "caprichinho"
 - Next to Dudu's quote: "gênero"
 - Next to 'Eles adoram quando você:': "como são dicas, nem um monte fala que os meninos devem usar este vestido"
 - Next to 'Mas não curtem muito:': "mesmo, tempo que eles criticam e determinam o que são as roupas autênticas"
 - Next to 'ÓCULOS ESCURO DENTRO DA BALADA': "eles criticam e determinam o que são as roupas autênticas"

LINDA PRA ELES
de "fatos"

O que os garotos curtem no look de uma menina e o que fazer para aquele cara te notar

Caíque: o estilo da garota diz muito sobre ela. Eu, por exemplo, adoro meninas bem românticas, que curtem usar vestidos e tiaras. Tipo a Blair de *Gossip Girl*, sabe? **Federico:** já eu prefiro garotas mais rock e bem estilosas, que não têm medo de pirar! **Dudu:** para mim, o importante é a menina andar sempre na moda. E ah: eu adoro cabelo comprido e ondulado. **Renan:** eu também! E outra: reparo muito na maquiagem que ela está usando, principalmente no olho.

Eles adoram quando você:

USA O CABELO SOLTÓ
Caíque: "Praticamente todos os meninos curtem. Quando fica bem tratado, é lindo! E cabelos compridos nunca saem de moda".

ARRISCA UMA SOMBRA BEM COLORIDA
Renan: "Na balada, fica muito bonito! Dá um ar diferente. A menina fica com cara de que realmente se produziu para a festa e isso faz toda a diferença".

TEM SEU PRÓPRIO ESTILO
Federico: "Seja autêntica! Dá aflição ver um monte de meninas com o mesmo vestido, mesmo cabelo, mesma maquiagem... Sua personalidade, pelo menos à primeira vista, está nas roupas que você usa".

Mas não curtem muito:

ÓCULOS ESCURO DENTRO DA BALADA
Caíque: "Não faz nenhum sentido, gente! Você esconde seu rosto e ainda por cima mal enxerga as pessoas... É estranho!".

CHAPINHA DEMAIS
Dudu: "Não fica legal! As meninas continuam abusando disso porque foi moda por um tempo, mas não tem nada a ver".

ROUPAS MUITO LARGAS
Renan: "Esse parece ser um sinal de desleixo, ou pelo menos é essa a impressão que a garota passa vestida assim. Não dá vontade de conversar com ela. É mais legal quando ela mostra um pouco de vaidade!".

Pode perguntar!

Decidi mudar meu visual, mas os garotos ainda não chegaram em mim! E agora?
Lorani, 13 anos, é de Pinhal (SP)
Você provavelmente não está se sentindo confortável com as mudanças. Tem certeza de que você não se sentiu pressionada a mudar de aparência? As transformações devem acontecer de maneira suave e natural para que você se adapte com tranquilidade a elas e, é claro, seja percebida pelos garotos também. Mas lembre: conforto e bem-estar vêm em primeiro lugar!

Meninos, contem para a gente: como é que surgiu essa moda da franjinha?
Débora, 15 anos, é de Fortaleza (CE)
A resposta, o Dudu já tem na ponta da língua! "Quando eu era mais novo, tinha o cabelo bem tigelinha e reto. Mas você sabe como é o cabelo, né? Ele cresce! (risos) Então, para não ter que cortar o tempo todo, resolvi jogar tudo para o lado e usar junto com o boné. É óbvio que está na moda agora, mas na época que eu comecei a usar foi meio acidental. Sério!" Tá explicado?

A Liv já sacou: óculos escuros, só embaixo do sol! Parece que o Caíque aprovou, né?

Fonte: Reprodução da revista *Capricho* (jan. 2011).

Na matéria analisada, a homossexualidade não foi considerada pela revista, já que, na foto a seguir, todos os garotos aparecem juntos de garotas, como se esse fosse o único relacionamento possível. Nela, além disso, podemos observar a posição de cada garoto e garota e também

algumas similaridades e diferenças. Apenas uma delas pode ser considerada fenotipicamente parda. Os garotos, com exceção de Dudu, que está em uma boia, se encontram, de certa forma, “esparramados”, com as pernas abertas, enquanto as garotas, até mesmo aquela que aparece abraçando Caíque de forma despojada, limitam o espaço dos membros inferiores. As mulheres se encontram em posição de subordinação até mesmo em relação às posturas corporais que aprendem a adotar. Enquanto os homens devem abrir suas pernas, como uma forma de se “engradecer”, elas devem se “encolher”, a fim de ficarem pequenas e “inferiores” (BOURDIEU, 2002).

Figura 2 – Abertura da matéria “Afiml o que querem os garotos?”



Fonte: Reprodução de Revista *Capricho* (jan. 2011)

Em outra foto, Eduardo Surita aparece acompanhado de uma modelo, os dois olham para o refrigerante com o seguinte subtítulo: “Dudu e Yasmin conversaram tanto que o refri até esquentou”. Mais uma vez, a garota se senta em posição diferente da do garoto, enquanto ele abre as pernas, ela, como a sociedade diz, “se senta como uma moça”, com as pernas dobradas (BOURDIEU, 2002).

Figura 3 – Matéria "Afinal, o que querem os garotos?", Dudu e Yasmim conversando.

52%
dos meninos acham que baladinha é o melhor lugar para conhecer meninas

25%
deles acham que também é ótimo paquerar na escola

64%
só tomam a iniciativa quando notam que a garota está a fim

10%
deles (a minoria!) partiriam para a paquera mesmo que ela não tivesse mostrado interesse

38%
acham que mandar uma reply fofo é a melhor forma de chamar a atenção online

meninos
aderem temo q fora então menina est
Afinal, qual é a dele?
Ele dá mole, mas nada acontece! Pode ser timidez ou indecisão. Em geral, os meninos precisam se sentir muito seguros para arriscar a paquera porque odeiam levar foras. Então, faça a sua parte. Diga que vai a uma festa no fim de semana, por exemplo. Ah, é a vez de ele tomar alguma atitude – e aparecer por lá, né?

Já saímos juntos e não ficamos!
Será que você estava enxergando mais sinais do que deveria nas palavras dele? Se você tem certeza absoluta das intenções do garoto, vale conversar – com jeitinho, sempre! – com ele e entender o que rolou.

Ele tem namorada, mas dá várias indiretas.
Fuja! Esse garoto não valoriza a garota que está com ele e está colocando você em uma situação difícil. Pergunte-se se esse tipo de dor de cabeça vale a pena. Se sentir vontade, explique isso e deixe claro que nada vai rolar enquanto ele for comprometido.

Lo some garoto e distancia cia

Lo crime de paquero
Palavra de garoto
o sempre dão a palavra pro garoto
Não faça rodeios
"Não curto quando a garota faz joguinhos. Quando os dois mostram que estão interessados, a paquera flui! É legal fazer charme, mas com cuidado, pois pode confundir." Igor Braga, 16 anos, é de São Paulo (SP)

Mostre interesse
"Todo mundo gosta de ser ouvido. Na paquera, mostre que está atenta ao que ele fala, faça comentários, sorria!" Ronald Lopes, 17 anos, é de Belo Horizonte (MG)

Dudu e a Yasmim conversaram tanto que o refri até esquentou

CAPRICHO 39

Fonte: Reprodução da revista *Capricho* (jan. 2011).

No tópico "Palavra de Garoto", abaixo da foto, um garoto aconselha, após o chapéu "Mostre interesse", o seguinte: "Todo mundo gosta de ser ouvido. Na paquera, mostre que está atenta ao que ele fala, faça comentários, sorria!" (FUSCO, 2011a, p. 39). A revista menciona que é necessário que a menina satisfaça o ego dele, fazendo com que se sinta valorizado, conversando sobre assuntos que são do interesse do menino. Ou seja, *Capricho* aconselha a garota a deixar suas vontades e desejos em segundo plano, pensando no bem-estar do garoto. Isso acaba se tornando mais visível por meio da matéria "Renan chegou!", na seguinte pergunta:

P – Você namoraria uma fã?

R – Sempre me fazem essa pergunta ao Twitter e no Formspring. Claro que namoraria! Até acho que seria mais legal namorar uma fã, sabia? A garota ia se importar mais comigo. Sempre que brigava com minha ex, se eu não ligasse, elas não ligavam também. Se realmente a menina gostasse de mim, acho que isso não aconteceria. (ANJOS, 2010, p. 18).

O garoto dá a entender que é papel da garota ligar para ele após uma briga, e, através disso, é possível concluir realmente que ela gosta dele. O garoto deve ter o papel secundário na manutenção do relacionamento, enquanto a garota deve ceder seus desejos e ignorar suas emoções em virtude dele. Ele, em tese, não deve parecer se importar, pois, de certa forma, o ego acaba sendo algo valorizado, afinal "homem não deve correr atrás de mulher", já que isso leva em consideração que tal atitude acaba ferindo a sua masculinidade até mesmo a chance com outras garotas. Glauber Cruz (2019) afirma que "(...) a construção do masculino se dá numa narrativa de tensionamento e violência, na qual é inculcado no homem a constante necessidade de ser superior, de estar acima" (CRUZ, 2019, p. 19).

A foto de Renan Grassi (abaixo) também evidencia o homem como protagonista no relacionamento. Ele aparece sem camisa, em uma cadeira, enquanto dá um sorriso. As garotas, por outro lado, aparecem apenas do pescoço para baixo, as duas usam biquínis e shorts. Algo observado por Paula Miranda-Ribeiro e Ann Moore em análises da revista em 2001 (2003, p. 13) é que "A representação dos meninos enquanto rostos ou corpos inteiros reafirma o fato deles terem uma identidade, ao passo que as imagens das meninas são, muitas vezes, apresentadas de forma fragmentada".

Na legenda é mencionado o seguinte: "Agora que você já sabe tudo sobre o que eles pensam, vai ficar mais fácil arrancar esse sorriso do Renan...". Se os papéis fossem invertidos: uma menina sorrindo como "flerte" com dois garotos, provavelmente seria algo desaprovado socialmente. Características como ser hétero, branco e de classe alta são determinadas para o homem enquanto "pegador", pois, a ideia que a sociedade estabelece é que, diante de tantos privilégios, é impossível à mulher negar algo com ele, e mais uma vez a vontade da mulher é vista em segundo plano. Em suma, esse homem é o mais respeitado dentre os homens, já que, quanto mais experiências, melhor para ele.

Figura 4 – Matéria “Afinal, o querem os garotos?”, Renan sendo massageado.

50%
dos garotos acreditam que não existe prazo para uma ficada virar namoro

70%
acham que o rolo só evolui quando a conversa flui bem

50%
pensam que ter tempo para os amigos é o maior sinal de que o namoro vai bem

42%
odeiam que a garota sinta o clima da turma. O restante acha que o namoro estraga se houver muito grude e rotina

80%
pensam que a virgindade dela não muda a ficada

Afinal, qual é a dele?
o menino quem deve ter a atitude de namoro

O cara diz que quer namorar, mas não toma atitude!
Se vocês pensam no assunto, quer dizer que existe um avanço na relação. O que acontece é que os meninos são mais travados quando se trata de relacionamentos – por causa dos amigos solteiros, pela pressão familiar ou mesmo por questões culturais – e levam mais tempo que as meninas para amadurecer nesse sentido. Então, dá tempo a ele! Às vezes, o que está faltando é um pouquinho de coragem,

que será muito mais fácil de conquistar caso ele se sinta realmente seguro com você.

Ele sumiu depois da ficada!
Na cabeça dos meninos, não dar notícias é um claro sinal de que o assunto está encerrado – ou pelo menos é assim que pretendem resolvê-lo. Então, o jeito é desencanaar. Coloque sua melhor roupa e não perca aquela balada com a galera. Acredite: com uma ajudinha das amigas e do tempo, você esquece esse cara logo logo!

Palavra de garoto

Não pressione
“Já namorei e confesso que sou mais a favor de uma ficada legal do que um namoro forçado. Quanto menos pressão existir sobre o assunto, melhor!”
Pedro Lopes, 15 anos, é de São Paulo (SP)

Conheça-o melhor
“A gente não tem medo de compromisso. A questão é que, para namorar, é preciso ter intimidade... E isso leva tempo!”
Marcelo Caruso, 17 anos, é de São Paulo (SP)

Agora que você já sabe tudo sobre o que eles pensam, vai ser muito mais fácil arrancar esse sorriso do Renan...

Fonte: Revista *Capricho* (jan.2011)

Consequentemente, temos um cenário em que mulheres deixam de ser pessoas para se tornarem medalhas. Ao se gabar com seus amigos da quantidade de mulheres que ele “pegou”, se tem a ideia de que o relacionamento sério com ele se torne inviável, ainda assim, muitas vezes, é dito socialmente que, ao encontrar uma mulher que apresenta determinadas características femininas, como “fofa”, bonita, simpática, feminina e se fazendo de “difícil”, ela conseguiria “mudá-lo”, transferindo a responsabilidade de mudança para ela. Como podemos observar no “Ele é pegador!”, da Dúvida de Garotas (Edição nº 1142):

P- Estou apaixonado por um menino que pega todas. É possível ganhar o coração dele? Como?

R – Como esses garotos beijam várias sem esforço, costuma se interessar mais por quem é "difícil". O melhor jeito de conquista-lo é se aproximar aos poucos, mas sem se derreter por qualquer investida do cara. Ele vai fazer de tudo para segurar você! (CARON, 2012, p. 64).

A prioridade dada ao homem também é retratada no "Odeio os amigos dele!", da Dúvida de Garotas (edição nº1101):

P – O que a menina que odeia os amigos do namorado deve fazer?

R – Pelo bem do namorado, ela deve se esforçar o máximo para mudar esse conceito! Sair com eles, conversar e mostrar sempre quem ela realmente é! Quem sabe essa aproximação deixe as coisas menos tensas? Se os caras perceberem que a menina está fazendo bem para o amigo deles, farão de tudo para ser amigos dela também! (PINHEIRO, 2010b, p. 68).

Capricho acaba colocando como obrigação da garota tentar se dar bem com os amigos para que o relacionamento continue fluindo. Só que, enquanto a revista aconselha a menina a tentar, nada é dito sobre o menino. Fazer o relacionamento dar certo acaba sendo papel da garota e, para isso, é importante que apenas ela ceda. Ou, seja, a revista se assemelha de certa forma às revistas *Jornal da Moça* e *Claudia* em 1945-1964, que atribuíam à mulher o papel principal no quesito amoroso, porque seriam elas as mais sensíveis da relação (BASSANEZI, 1993).

Outro ponto observado na categoria relacionamentos é com relação ao diálogo, visto que Capricho pouco aborda a conversa como forma de resolver os problemas, principalmente quando a situação pode ferir a autoestima do garoto, como podemos observar, por meio da seguinte pergunta no "Melhor beijo" da Dúvida de Garotas:

P – Ele é fofo, é perfeito, mas nosso beijo não combina! Fico sem graça de dizer a ele e não quero terminar a ficada por isso. O que eu faço?

R- Você está certa: não rola dizer para o cara que ele não beija bem. Ninguém gosta de ouvir uma coisa dessas! Então, o melhor é ensiná-lo a beijar do seu jeito. Devagarzinho, vá mostrando do que você gosta e acredite: a prática sempre melhora tudo! (PINHEIRO, 2011a, p. 74).

A falta de comunicação também é estimulada em "Qual a dele?", na sessão Dúvida, onde ocorre a seguinte pergunta:

P- Meu rolo já durou quase um ano e, até agora, nada de virar namoro. Será que ele não quer assumir a relação?

R- Se vocês estão juntos há tanto tempo, com certeza rola sentimento. Ele não está com você por acaso! Tenha um pouquinho mais de calma e entenda o lado dele: namorar é sério! Para agilizar o processo, comente sobre suas amigas que namoram e toque mais no assunto. Ele vai se ligar! (PINHEIRO, 2011b, p. 60).

Capricho atribui o relacionamento sério para ele como algo complicado, visto que, socialmente, o homem deve se divertir, ir atrás de experiências para compartilhar com seus amigos. Sendo assim, a revista acredita que o namoro se constitui em algo intenso para ele, já que, por meio disso, deixará de fazer muitas coisas as quais ele deve fazer, como beijar várias mulheres. A mulher, em contrapartida, acaba sendo entendida por Capricho como dentro de uma situação mais simples, visto que, socialmente, ela deve buscar um relacionamento sério, porque ela não deve adquirir experiências, principalmente sendo solteira. As mulheres, de acordo com as normas sociais, devem ser compreensíveis com os homens, assim como entender os seus sinais, como podemos observar na reportagem "Afiml, o que querem os garotos?", no tópicu "A língua secreta dos garotos".

QUANDO ELE DISSER:

"Acho que não estou pronto para o compromisso."

ENTENDA:

Ele não quer levar a ficada adiante e não vai mudar de ideia. Ou seja, ele não sabe seu valor! Hora de procurar um garoto mais esperto. (FUSCO, 2011b, p. 38, grifos da revista).

Embora Capricho não comente de forma direta que as mulheres são as responsáveis pela manutenção do relacionamento, ela acaba dando informações de como ela deve agir em função disso: entendendo os sinais, se mantendo bonita e colocando os seus interesses em segundo plano. Mesmo assim, são os garotos que recebem as atribuições como "fofo" quando acabam revertendo, em parte, as normas sociais e dando importância ao relacionamento.

Capricho dá destaque a certas atitudes dos garotos, quando desviadas de alguns dos estereótipos sociais. Em um olho da reportagem "Renan chegou", o Colírio comenta: "Eu sou o tipo de namorado idiota, que deixa de sair com os amigos, deixa de ir para balada, só para ficar com a menina". O uso da palavra "idiota" ligada ao contexto evidencia papéis esperados das normas sociais, afinal de contas, o foco nos sentimentos, assim como atitudes como deixar de sair para ficar em casa, acompanhada do parceiro, é algo esperado socialmente de uma mulher. Mas, quando ocorre a inversão dos papéis de estereótipos com a ligação de sentimentos, Capricho acaba transformando-o em um "garoto ideal".

“Amiga da Onça” para garotos e garotas

Ao analisar os relacionamentos em *Capricho*, chegamos à conclusão de que, embora seja uma revista voltada para o público feminino, ela acaba dando destaque aos posicionamentos masculinos, seja por meio de enquetes, ou por meio da seção *Dúvida de Garotas*. Mas, com relação aos guias de *Capricho* ligados a relacionamentos, apresenta um posicionamento conservador, que, muitas vezes, ignora a presença de outros tipos de casais que não sejam o homem e a mulher heterossexuais e típicos da cisgeneridade. À mulher, de forma indireta, *Capricho* atribui a responsabilidade pelo relacionamento, e por isso é mencionado de que forma a garota deve se vestir e agir para conquistar o rapaz. Ele, por outro lado, quando assume características consideradas românticas, algo associado às “coisas de mulher”, se transforma para *Capricho* como o garoto ideal e “sonho de consumo”. O homem, além disso, apesar de algumas vezes mostrar “fragilidade”, não tem esses aspectos evidenciados por *Capricho*.

O garoto pode ser romântico ao mesmo tempo que é “pegador”, enquanto a garota deve ser reservada. Estas características relacionadas ao gênero se tornam prejudiciais principalmente para a garota, pois, por meio desses estereótipos, temos a ideia de que o homem não deve demonstrar seus sentimentos, porque isso é função da mulher. Consequentemente, quando o garoto rompe essa barreira, por meio de “atos românticos”, ele acaba sendo classificado como “fofo”, e, caso a garota não queira mais namorar com ele, por exemplo, receberá o título de vilã. *Capricho*, de forma sutil, “romantiza ações” que, muitas vezes, podem estar contribuindo para vários tipos de violências, como também é observado quando a revista incentiva o garoto “chegar” em uma garota, mesmo quando o flerte não foi correspondido, pois ela estaria “se fazendo de difícil”.

Capricho, portanto, se transforma em “amiga da onça”, ao incentivar que a garota deixe de usar aquilo que gosta para agradar ao homem, e compartilha uma visão de que a masculinidade hegemônica é sinônimo de “garoto dos sonhos” para as garotas. Observamos que a marca evidencia garotos brancos, hétero e de alto poder aquisitivo, além do enaltecimento de elementos da cultura estadunidense. A masculinidade hegemônica se constitui pelo capital financeiro, atravessando inclusive atitudes “românticas”. Existem parcelas de leitores não retratadas, quanto à orientação sexual, classe social, ou pela questão racial.

Capricho, dessa forma, se torna vilã para outros tipos de masculinidades, já que compartilha uma visão de que a masculinidade é sinônimo de um “garoto dos sonhos” que exclui negros e jovens de baixo poder aquisitivo. Ela dita apenas uma forma de ser, exclui aquelas que não se encontram no padrão estabelecido (o que inclui a região em que leitoras vivem em território nacional), em vez de estimular a autenticidade, tão enfatizada em sua marca.

Referências

- ANJOS, Bárbara dos. Renan chegou. **Revista Capricho**, São Paulo, ano 59, n.15, p. 16-19, 15 ago. 2010.
- BASSANEZI, Carla. Revistas femininas e o ideal de felicidade conjugal (1945-1964). **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 1, p. 112-148, 2005. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1682>. Acesso em: 21 fev. 2021.
- BENETTI, Marcia. Revista e jornalismo: conceitos e particularidades. In: TAVARES, Frederico; SCHWAAB, Reges(org.). **A revista e seu jornalismo**. Porto Alegre: Penso, 2013, p. 44-57.
- BERTASSO, Daiane; ROSA, Amanda Regina. Os sentidos sobre as mulheres no discurso da revista Claudia ao longo de uma década (2009-2019). **Revista Fronteiras: estudos midiáticos**, São Leopoldo, v. 23, n. 1. p. 123 – 125, 2021. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/20735>. Acesso em: 01 jul. 2021.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 2 ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2002.
- BUITONI, Dulcilia. Revistas femininas: ainda somos as mesmas, como nossas mães. **Revista Comunicare: Dossiê Feminismo**, Bela Vista, v.14, n.1, p. 37 – 44, 2014. Disponível em: <https://casperlibero.edu.br/comunicare-4-1-dossie-feminismo/>. Acesso em: 24 jun. 2021.
- CÂMARA, Adriane Peixoto. **Gênero e sexualidade na revista Sexy**: Um roteiro para masculinidade heterossexual. Dissertação (Mestrado em Educação, Sexualidade e Relações de Gênero) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007. 136 f. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/13271?locale-attribute=pt_BR Acesso em: 03 jul. 2021.
- CARON, Camila. Ele é pegador. **Revista Capricho**, São Paulo, ano 64, p. 64, 12 fev. 2022.
- CASTRO, Taís de. **Heteronormatividade e outros marcadores sociais no Jornalismo**: Uma análise da revista Cláudia e TPM. 2014. Monografia (Graduação em Comunicação Social – Habilitação Jornalismo) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2014. 103 f. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/111793> Acesso: 25 jul.2021
- CATANIA, Fernanda. Caio de amores. **Revista Capricho**, São Paulo, ano 64, n.3, p. 22 – 25, 26. fev.2012.
- CONNELL, Robert W. MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Revista Estudos Feministas**, v.21, n.1, p. 241-282.
- CONNELL, Robert W. Políticas da masculinidade. **Educação e realidade**, v.20, n.2, p. 185-206,1995.
- CRUZ, Glauber Saraiva. **"Sou sujeito – homem!"**: a representação das masculinidades negras no filme "Cidade de Deus". 2019. Monografia (Graduação em Jornalismo) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. Porto Alegre, 2019. 121f.
- FREITAS, Simone. Príncipe ou sapo? Os estereótipos masculinos em spots brasileiros e portugueses. **Comunicação e sociedade**, Braga, v.21, p. 109 – 122, 2012. Disponível em: <https://revistacomsoc.pt/index.php/revistacomsoc/issue/view/83> Acesso em: 14 jul. 2021.
- FUSCO, Cláudia. 5 garotas, 5 destinos. **Revista Capricho**, São Paulo, ano 60, n.3, p. 70-75, 13 fev. 2011a.
- FUSCO, Cláudia. Afinal, o que querem os garotos? **Revista Capricho**, São Paulo, ano 60, n.1, p. 34-41, 16. jan.2011b.

GHILARDI-LUCENA, Maria Inês. POSSATI, Janaína Fernandes. O gênero masculino na publicidade de cosméticos e vestuário. **Nonada**, n.1,v.14, p. 11-24, 2010. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5124/512451676002.pdf> Acesso em: 14 maio de 2021.

GROSSI, Miriam Pillar. Masculinidades: Uma Revisão Teórica. **Revista Antropologia em primeira mão**, Florianópolis, v.7, N.1, p. 21-24: 2004. Disponível em: <https://miriamgrossi.paginas.ufsc.br/files/2012/03/Visualizar3.pdf> Acesso em: 31 maio. 2021.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: PUC – Rio, 2016.

LAGO, Cláudia; KARZAN, Evelyn; THAMANI, Manuela. Jornalismo e Estudos de Gênero: e a interseccionalidade, onde está? In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO (INTERCOM), 41., 2018, Joinville. **Anais...** Joinville, 2018, p. 1-16. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2018/resumos/R13-1779-1.pdf> Acesso em: 22 jul. 2021.

MALCHER, Leonardo Fabiano Souza. Mulheres querem amor, homens querem sexo? Amor e masculinidades entre jovens de camadas médias urbanas de Belém. **Gênero**, Niterói, v.3, n.1, p. 63-81, 2002. Disponível em: <https://www.ieg.ufsc.br/cedoc/revistas/0/volumes-eletronicos/0/998> Acesso em: 06 jun. 2021.

MIRANDA-RIBEIRO, Paula; MOORE, Ann. **Papéis de gênero e gênero no papel**: Uma análise de conteúdo da revista Capricho, 2001 – 2002. Minas Gerais: Belo Horizonte, 2003. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/6520007.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2021.

NORONHA, Isabela. 12 garotos e muitos segredos, **Revista Capricho**. São Paulo, ano 60, n. 11, p. 55-61, 5 jun. 2011.

PEREIRA, Pedro Augusto Elias Cardoso. **Armários e muros**: escrita de si, subjetivação e liberdade dos youtubers Samuel Gomes e Murilo Araújo. 2020. Monografia (Graduação em Comunicação Social, habilitação em Jornalismo) – Faculdade em Comunicação Social, habilitação em Jornalismo da Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2020, 81-f.

PINHEIRO, Karolina. Acerte no visual. **Revista Capricho**, São Paulo, ano 59, n.15, p. 78, 15 ago. 2010a.

PINHEIRO, Karolina. Odeio os amigos dele. **Revista Capricho**, São Paulo, 59, n.15, p. 70, 18.jul.2010b.

PINHEIRO, Karolina. O melhor beijo. **Revista Capricho**, São Paulo, ano 60, n.1, p. 74-74, 16. jan.2011a.

PINHEIRO, Karolina. Qual é a dele? **Revista Capricho**, São Paulo, ano 60, n.3, p. 60-60, 14.fev.2011b.

SAFFIOTI, Heleieth Lara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. 2 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011, p. 11 – 68.

SAFFIOTI, Heleieth Lara Bongiovani. **O poder do macho**. 11 ed. São Paulo: Moderna LTDA, 2001, p. 08-40.

SANTOS, Daniela Barsotti. SILVA, Rosalina Carvalho da. Sexualidade e Normas de Gênero em Revistas para Adolescentes Brasileiros. **Saúde e sociedade**, São Paulo, v.17, n.2, p. 22-34, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/sausoc/2008.v17n2/22-34/>. Acesso em: 05 de jul. 2021.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n.2, jul./dez. 1995, p. 71-99.



PARTE II

REPRESENTAÇÕES E DIÁLOGOS INTERSECCIONAIS



Nudes e mídia: algumas considerações

Nealla Valentim Machado

Em 2011, a palavra Sexting³⁰ foi incluída enquanto verbete no Oxford English Dictionary. Essa palavra descrevia a ação de enviar mensagens de texto, via celular, com contexto erótico/sexual. Na época, esse era descrito enquanto um comportamento realizado principalmente por jovens (Machado, 2016), que dominavam as tecnologias do início dos anos de 2010. O comportamento ganhou destaque da mídia porque incidia sobre a vigiada sexualidade dos jovens e promoveu publicamente a preocupação dos pais sobre “os perigos do sexo”, além de iniciar a tendência de coberturas midiáticas direcionadas para os “vazamentos de imagens íntimas” e os perigos desse tipo de comportamento, principalmente para as mulheres. Essa foi uma das primeiras “nomeações” do que, anos mais tarde, ficou conhecido enquanto nudes.

As nudes, ademais de uma simples produção sem fins lucrativos de imagens de conteúdo sexual entre pessoas que se relacionam, são também um comportamento social, que se torna mais disseminado e difundido com o passar o tempo e com o evoluir das tecnologias; o que já foi nomeado e renomeado pela mídia³¹ por diversas vezes, entre Sexting, Exposição Pornográfica Não Consentida, Pornografia de Vingança, em seu nome em inglês: **Revenge Porn**. O que todos esses termos designam são pessoas registrando por meio de ferramentas audiovisuais seus próprios corpos, ou corpos de outros, em contexto de intimidade afetiva/sexual/erótica, e disseminando esse conteúdo audiovisual pela internet.

Para além de reflexões de caráter moralizante ou regulador acerca desse comportamento, os nudes já são uma realidade social que se estabelece a partir do barateamento e da disseminação dos aparelhos eletrônicos que possibilitam a criação de conteúdos audiovisuais (fotos, vídeos, gifs, boomerangs, entre outros) em contextos de privacidade e sexualidade. Por isso, essas imagens precisam ser analisadas por teorias que compreendam as complexidades estabelecidas, como também os conceitos de vigilância na internet, socialidades, sexualidade, gênero e mídias.

30 Link: <https://www.tecmundo.com.br/internet/12595-nova-edicao-do-oxford-concise-inclui-termos-retweet-e-sexting.htm>. Acesso em: 18 jun 2022.

31 Ver em Machado (2016).

Para esse capítulo, compreendemos enquanto nudes todas as trocas imagéticas que se realizam via dispositivos eletrônicos que transmitem conteúdos sexuais e que são produzidas em contexto de intimidade/privacidade. O contexto de produção é fundamental para diferenciar-mos as nudes de outras imagens sexuais, pois é esse contexto de produção que vai possibilitar a criação de gatilhos de desejo erótico através do rompimento da norma, da criação do perigo (GREGORI, 2016, p. 22), "zona fronteira onde habitam norma e transgressão, consentimento e abuso, prazer e dor".

Embora aludem à nudez, estas imagens podem comportar um grande elástico de revelação corporal, englobando desde corpos parcialmente ou totalmente nus, a registros explícitos de performances sexuais, ou de mesmos poses, expressões faciais, vestimentas e situações consideradas sensualmente sugestivas. (LINS, 2021, p. 50).

Outro ponto relevante é que não são consideradas nudes apenas imagens que "viralizaram" na internet, ou seja, situações em que pessoas, sobretudo mulheres, foram expostas ao julgamento social por terem gravações de suas condutas sexuais/eróticas. Todas as trocas de imagens sexuais, que foram realizadas via dispositivos eletrônicos e que foram produzidas em contexto de intimidade/privacidade, são nudes. Ou seja, nem todas as nudes "vazam". Isso significa dizer que nem todos os vazamentos de nudes são noticiados. Mais ainda, que a maioria das nudes não ocupa os links e páginas do jornalismo diário.

Criar imagens em contextos privados em relacionamentos íntimos já é um comportamento comum e difundido através das redes. Logo, destaca-se que, através das trocas de nudes, são evidenciadas negociações e torções de diversos arranjos sociais e que o gênero e a sexualidade, como também outros fatores interseccionais, aparecem como fundamentais tanto para a criação de desejo erótico quanto para as consequências sociais desse tipo de comportamento.

Entretanto, é o vazamento das nudes que causa o interesse da cobertura midiática (MACHADO, 2016). Essa transgressão do vazamento também se apresenta enquanto um "valor notícia" apreciado no jornalismo diário, tanto é que foi através dessas coberturas que, no Brasil, foram pensadas e criadas leis de proteção a quem teve fotos íntimas espalhadas na internet. Ou seja, a partir da hierarquização de comportamentos sexuais, através da moralidade midiática, que foram estabelecidas as legislações acerca das trocas de imagens íntimas.

Uma das primeiras legislações sobre a questão foi pensada após um caso de grande repercussão midiática. Em 2012, a atriz Carolina Dieckmann³² teve seu celular invadido e fotos íntimas (sozinha e com seu marido) foram espalhadas na rede. O caso repercutiu em todo o Brasil e, por conseguinte, criou-se a Lei n.º 12.737/2012, no intuito de punir pessoas que quebrem a ex-

32 Link: <https://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2012/05/carolina-dieckmann-fala-pela-1-vez-sobre-roubo-de-fotos-intimas.html> Acesso em: 18 jun 2022

pectativa de privacidade em relação à circulação dessas imagens. De acordo com a lei, é crime passível de pena de detenção de três meses a um ano e multa:

invadir dispositivo informático alheio, conectado ou não à rede de computadores, mediante violação indevida de mecanismo de segurança e com o fim de obter, adulterar ou destruir dados ou informações sem autorização expressa ou tácita do titular do dispositivo ou instalar vulnerabilidades para obter vantagem ilícita. (BRASIL, 2012)

Além disso, ameaçar divulgar imagens íntimas de outra pessoa já se configura enquanto uma tipificação penal.

Ao longo da década de 2010, pudemos perceber um aumento da cobertura de casos de vazamento de nudes por parte da mídia tradicional (MACHADO, 2016) e, perante esse aumento do número de casos, foi sancionada, em 24 de setembro de 2018, uma Lei que penaliza quem divulgar materiais íntimos, sejam fotos ou vídeos, sem o consentimento da pessoa registrada.

Antes, com a Lei Carolina Dieckmann, a criminalização consistia em invadir o dispositivo eletrônico para ter acesso a essas imagens para depois ocorrer a divulgação não autorizada. Agora, porém, é a ação da gravação não autorizada que é criminalizada.

De acordo com a letra da Lei, tirar fotos ou fazer vídeos sem o consentimento da outra pessoa também é crime. O conteúdo não precisa ter sido compartilhado com outras pessoas, só o fato de o registro ter sido feito sem a pessoa consentir é uma violação de direito. Ademais, aquele que realizar montagem em fotografia, vídeo, áudio ou qualquer outro registro com o fim de incluir pessoa em cena de nudez, ou ato sexual, ou libertino de caráter íntimo, também poderá responder pelo mesmo crime.

Salienta-se que a divulgação não consentida também é criminalizada, ou seja, a pessoa que divulgou o conteúdo não precisa necessariamente ter feito o registro, mas só o fato de compartilhar cometerá o delito. Para esse tipo de crime, a pena pode ser de reclusão de 1 a 5 anos. Aumenta-se a pena em um terço a dois terços caso o crime seja praticado por quem tem ou já tenha mantido relação íntima de afeto com a vítima, ou até mesmo com o fim de vingança ou humilhação.

É interessante perceber como o próprio sistema judiciário compreende as desigualdades de gênero presentes nas trocas de nudes, isto porque a divulgação não consentida pode também configurar-se enquanto uma ação de violência doméstica (LINS, 2021) e as vítimas podem recorrer à Lei Maria da Penha, podendo, assim, serem solicitadas, inclusive, indenizações dos autores. Além disso, ameaçar divulgar imagens íntimas de outra pessoa já se configura um crime.

Todas as leis acima mencionadas, tentam, de alguma forma, proteger as mulheres da exposição pública de suas intimidades e sexualidades, o que indica para nós que a vergonha e o estigma são questões direcionadas especificamente para as mulheres.

A realidade social, segundo Berger e Luckmann (2017), é uma construção e não deve ser dada como natural. A realidade é, em grande parte, um produto humano, pois foi tecida por toda a humanidade ao longo da história. O jornalismo, nesse processo de construção da realidade, é ele mesmo uma prática humana e social, que resulta de processos diversos de institucionalização, e que a história mostra sua dinamicidade, mudanças e complexificações. Eduardo Meditsch (1992) nos fala que o jornalismo pode ser entendido enquanto uma forma de conhecimento, um modo de representações, de apresentação, de reconhecimento e de estabelecimento de diferentes realidades.

É fundamental perceber um certo recorte da realidade social que pode ser analisado, mesmo que parcialmente, através do que é escolhido como importante para ser noticiado. O jornalismo não se preocupa em informar o que é o "mais importante" necessariamente, mas sim o que parte do singular, do que é característico, ímpar, para uma situação mais geral. Ou seja, o que é noticiado é medido através de critérios de noticiabilidade: veracidade, atualidade, abrangência, profundidade, e interesse público (MEDITSCH, 1992). A mídia, na figura no jornalismo, oferece, através das escolhas sensacionalistas dos critérios de noticiabilidade (sobre o que noticiar em relação ao vazamento de imagens, e sobre quem noticiar, principalmente relacionadas à sexualidade feminina), uma "pedagogia da crueldade", por meio da qual a mídia ensina à sociedade a não ter empatia com as vítimas (SEGATO, 2006).

No entanto, não podemos nos esquecer que a mídia, e o jornalismo, hoje mais do que nunca, também usam as redes sociais para se propagar, a mesma lógica das nudes. Esses meios midiáticos são culturais e, por isso, são "pedagógicos" (FISCHER, 2002), tanto no sentido de transmitirem valores para a sociedade como também de constituírem subjetividades. Compreender essas propagações também adentram outras fronteiras que se aproximam, ao mesmo tempo que se afastam; intimidade/privacidade e transações monetárias se entrelaçam em comunidades sociais digitais.

Propagabilidade e nudes

Byung-Chul Han (2018) observa nossos arranjos de sociedades pós-modernas com ceticismo e certa desconfiança acerca dos "efeitos" das redes tecnológicas comunicacionais. Segundo Han, as mídias digitais, ao contrário das mídias de massa, são mídias que exigem uma espécie de "presencialidade", no sentido que elas exigem o tempo imediato do agora, do instante, para poderem se estabelecer enquanto relevantes.

Essa comunicação digital é caracterizada pelo fato de que as informações são produzidas, enviadas e recebidas por meio de intermediários não profissionais, amadores experts na utilização das redes e na produção e distribuição de informações na rede. Todas essas informações são "digeridas" e "filtradas" por esses amadores profissionais não profissionais da internet.

De acordo com Jenkins, Green e Ford (2014), quando falamos acerca da produção, propagação e circulação de conteúdos produzidos em meio a esse grande rizoma do ciberespaço, afirma-se que “se algo é propagado não está morto”, para nos explicar sobre o conceito de “propagabilidade” que, de acordo com os autores, é a ideia de a “eficiência” e o “impacto” das mensagens serem aumentados e expandidos por sua movimentação entre as mais diversas pessoas e comunidades. Podemos argumentar que “o público” – nós, os usuários – tem papéis ativos na propagação de conteúdo (sejam eles quais forem), em vez de somente servirmos como portadores passivos da ação de mídias virais. Dessa forma, esses conteúdos são propagados em função dos interesses dos participantes (JENKINS, GREEN, FORD, 2014). Quando estamos falando de conteúdo propagável, estamos nos referindo a absolutamente tudo que é feito e registrado em código binário, como transações bancárias, blogs, redes sociais, sites, lojas, músicas, textos e vídeos.

Absolutamente tudo o que é produzido por seres humanos, e algumas máquinas, é conteúdo, informação, passível de circulação e acumulação, principalmente análise no capitalismo informacional. Suas contas, fotos, comidas, dados bancários, sua localização, suas viagens, seus dados médicos, como os passos dados, tempo de sono, batimentos cardíacos, nível de glicose no sangue e, é claro, suas fotos e vídeos nus: tudo são dados propagáveis.

O objeto de reflexão de Jenkins, Green e Ford (2014) é a emergência de um modelo híbrido de circulação de toda essa infinidade de material midiático/cultural na internet. Para os autores, esses materiais atualmente são compartilhados de maneira muito mais participativa e desorganizada do que eram na modernidade. Podemos acrescentar também a reflexão de que esses materiais são produzidos em quantidade gigantesca, o que também nos faz pensar a questão do armazenamento desses dados e da sua segurança. Os autores afirmam que essa mudança – da distribuição de *mass media* para circulação aberta Espaço/Tempo – sinaliza um movimento na direção de um modelo mais participativo dos usuários, ao que já é conhecido da cultura ocidental. A grande discussão que acontece entre os mais diversos autores é se esse movimento para práticas mais participativas é voltado somente para práticas de consumo no capitalismo tardio, ou se também pode funcionar para o rearranjo de organizações voltadas para a construção e inclusão de populações em práticas sociais mais cidadãs e democráticas, ou talvez ambos.

Segundo Jenkins, Green e Ford, (2014), uma variedade de grupos, as pessoas que já tiveram acesso à internet algum dia de suas vidas, são responsáveis diretos na produção e na distribuição de informações que visam atender a interesses pessoais e coletivos, mesmo conscientes desse fato, ou não. Para que seja possível que a produção de informações seja realizada de maneira simples e que essa produção seja uma coisa desejável para os usuários a que são criadas, quase que diariamente, uma ampla variedade de ferramentas de comunicação online para facilitar o compartilhamento informal e instantâneo do que quer que seja produzido em matéria de informações, por quem queira compartilhar esses dados. Para os autores,

é através dessa lógica social que as práticas culturais favorecem e popularizam as novas plataformas telemáticas, as novas formas de produção e a circulação de informações. Seria exatamente essa mesma lógica que explicaria o porquê do “compartilhar” se tornar uma atividade tão comum em nossas vidas cotidianas.

Já o espectador interativo contemporâneo, que pressiona botões, teclas e links, que sempre está disposto a responder e a participar com sua própria iniciativa, mesmo nas mais banais das propostas artísticas ou midiáticas, esse, sim, se considera que é ativo. Sem desconhecer as especificidades contidas nesse vastíssimo campo em crescimento, trata-se daquele espectador-colaborador convocado em manifestações tão diversas, como os noticiários do tipo Eu repórter e as peças artísticas afiliadas à “estética relacional”, o que também inclui os usuários de sites como o Youtube e das redes sociais em geral, os consumidores das narrativas transmidiáticas, dos realityshows, como o Big Brother, do cinema interativo etc. (SIBILIA, 2011, p. 648).

As plataformas facilitariam o compartilhamento instantâneo das conexões sociais de cada pessoa no planeta, para cada pessoa no planeta, sendo possível fazer isso para mais de uma pessoa também. A informação é compartilhada, trafega rápido e alcança mais pessoas porque pode trafegar tão depressa e tão longe quanto quiser e quanto as ferramentas de telecomunicação tornarem possível.

Cultura da participação, vigilância e nudes

A noção de cultura participativa (JENKINS, GREEN, FORD, 2014) é crucial para compreender o surgimento de novos tipos de produção e consumo cultural no início do século XXI. Essas mudanças também são evidentes na produção e no compartilhamento de “matérias sexuais” online. Agora é possível criar, distribuir e acessar um conjunto muito mais diversos de representações sexuais do que antes. Participação e consumo são as novas dinâmicas da “cultura sexual” contemporânea (ATTWOOD, 2007): conteúdos gerados pelos usuários na Web, mobilizando, enquanto estética e dispositivo, o espectro do que antes poderia ser genericamente denominado enquanto “pornô amador” ou mesmo “pornografia de revanche”. Dessa forma, é exigido dos sujeitos um “empenho” para tornar a experiência de quem consome as imagens eróticas/pornográficas a mais “real”, crível, excitante e “amadora” possível. Podemos dizer que são criadas “comunidades de troca” (ATTWOOD, 2007) em que os participantes são/estão simultaneamente vendendo e consumindo não somente as imagens eróticas/pornográficas, mas também a ideia da “intimidade”.

Essas mudanças também são evidentes no desenvolvimento de representações on-line de relações sexualmente explícitas. Até recentemente, a maioria das discussões sobre pornografia online via simplesmente em termos de aumentar e estender a distribuição da pornografia comercial existente, mas novas oportunidades de produção e consumo sexual estão se tornando

mais claras. Agora é possível criar, distribuir e acessar um conjunto muito mais diversificado de representações sexuais do que antes (ATTWOOD, 2007, p. 442).

Essa produção de sentidos, através das redes sociais e da internet, só se estabelece porque transgredimos as barreiras de público/privado, previamente estabelecidas na modernidade, como será melhor aprofundado mais adiante. Com as tecnologias da informação e comunicação, as questões a respeito da intimidade e privacidade dos sujeitos nas redes se modificam ou desaparecem, fazendo acender preocupações acerca da vigilância (BRUNO, 2013; 2018) dos sujeitos e corpos, além das performatividades (BUTLER, 2014) e das imagens produzidas (BRUNO, 2018) e "estilos de vida" que circulam na internet. A produção de sentidos, através da possibilidade ou da iminência da violência, é uma constante nas relações sexuais/afetivas, sejam elas hétero ou homossexuais; é essa mesma possibilidade de anulação que pode vir a estabelecer o desejo erótico através do rompimento (BATAILLE, 2017; GREGORI, 2017). Resta-nos questionar que espécie de rompimento pode vir a ser esse. Se ele se dá somente no campo da produção de desejo erótico, ou também nas relações sociais de gênero.

Com as facilidades de transmissão e compartilhamento, agora, todo o encontro sexual pode ser transmitido ao vivo, ou gravado e colocado na rede, sendo disponibilizado para download e ficando lá para o prazer das comunidades virtuais e dos nômades da rede, o que abre a possibilidade de criação de comunidades entre esses sujeitos, através da socialização das práticas eróticas, assim como a possibilidade da "pornificação de si" (BALTAR; BARRETO, 2014), como discutiremos mais adiante.

O erotismo, visto enquanto produto da cultura da mídia (BALTAR; BARRETO, 2014), estabelece novas construções discursivas que conformam identidades, performances de si e práticas de consumo ligadas às sexualidades (GREGORI, 2016), como indica Feona Atwood (2006) ao analisar o que é definido como "cultura do sexo". Para criar tanto a conexão com os outros quanto o encontro com esse "eu" do sujeito, "a ação decisiva aqui é o desnudamento. A nudez se opõe ao estado fechado, ou seja, a existência descontínua" (BATAILLE, 2017, p. 41). No caso específico das nudes é por meio da quebra, através da nudez – e da exposição dessa nudez pela internet – e das redes sociais, que o prazer é buscado; logo, os limites entre prazer e perigo se tornam mais complexos, e a vulnerabilidade (GREGORI, 2016) se apresenta enquanto questão.

Maria Filomena Gregori (2016), quando comenta Bataille (2017), faz uma relação sobre o conceito de vulnerabilidade relacionada ao conceito do erotismo; a autora afirma que a vulnerabilidade se apresenta enquanto uma questão fundamental para pensarmos os mecanismos de composição e de criação de desejo erótico entre os sujeitos que se envolvem. Segundo Gregori, na atualidade, as expressões eróticas devem ser traduzidas em práticas e retóricas que operam na identificação de situações claras que indiquem consentimento entre as pessoas envolvidas.

O erotismo, dessa forma, está associado diretamente aos conceitos de consentimento e de vulnerabilidade e as relações de poder são estabelecidas através das práticas sexuais.

A vulnerabilidade, nas práticas eróticas voltadas para as trocas de nudes, pende principalmente para as mulheres. São elas que podem perder reputações, carreiras, casas e até a própria vida. Essa vulnerabilidade se estende a partir da soma de outros marcadores interseccionais, como raça, classe social e idade. Uma mulher mais velha³³, branca e com uma profissão estabelecida sofre pressões sociais e psicológicas, mas permanece atuante socialmente enquanto agente perante os sofrimentos causados pela exibição de suas imagens íntimas na internet. Uma jovem, menor de idade³⁴, na mesma situação, se apresenta muito mais vulnerável e pode tirar a própria vida.

Vemos crescer o impulso participativo e colaborativo (JENKINS; GREEN; FORD, 2014) não apenas na produção de conteúdo na internet, mas também nas práticas de vigilância que vêm sendo associadas à autodescoberta, ao reconhecimento. Blogueiros, influencers e usuários comuns mostram suas vidas editadas nas redes sociais e associam aos processos de formação do self (BRUNO, 2013). Analisadas segundo essa convergência, essas "identidades", que são expostas nas redes sociais, seriam o produto das operações de subjetivação baseadas na interatividade e na simulação digitais que geram transformações em si, mesmo segundo os cânones performativos. O caráter mutante e ao mesmo tempo decisivo para a atribuição da identidade do processo de vigilância, através da exibição da vida cotidiana e, principalmente da "vida íntima" dos sujeitos, agora se estabelece formando uma espécie de "vida pública" mediatizada (BRUNO, 2013; SIBILIA, 2016).

Bruno (2013) argumenta que esse regime de eficiência informacional, especialmente vigente nas redes digitais de comunicação distribuída e serviços a elas associados (sistemas de monitoramento e classificação de informações de seus usuários e seus próprios parâmetros de eficiência), está intimamente misturado aos nossos hábitos informacionais e comunicacionais. Assim, a vigilância digital se alimenta dessa legitimação.

De acordo com a autora, o impulso participativo, que hoje caracteriza boa parte dos ambientes e serviços na internet, vem sendo um contexto privilegiado de monitoramento e vigilância. De acordo com Lyon (2018), o imaginário de vigilância é construído, principalmente, pelo envolvimento cotidiano que nós possuímos com vigilância, através das câmeras de segurança, dos aparelhos celulares e outras coisas, mas também a mídia participa dessa construção, por reportagens, como através do cinema e da internet. A consciência crescente de que a vida moderna é vivida sob vigilância afeta nossas relações sociais de diversas formas.

33 Link: <https://oglobo.globo.com/brasil/jornalista-que-teve-fotos-intimas-vazadas-na-web-cria-ong-para-apoiar-vitimas-do-problema-14722916>. Acesso em 19 jun 2022.

34 Link: <https://oglobo.globo.com/politica/jovem-comete-suicidio-depois-de-ter-fotos-intimas-vazadas-na-internet-10831415>. Acesso em 19 jun 2022.

Violências e a busca por prazeres nas redes

Uma das principais pressuposições da chamada "segunda onda" feminista é uma que fala que o "pessoal é político" (PISCITELLI, 2009). Uma das possíveis intenções dessa bandeira de luta era chamar a atenção da sociedade para situações que aconteciam em ambiente íntimo, privado, familiar, como a violência doméstica e o abuso sexual.

A partir dessa proposição, os movimentos feministas ocidentais passaram a perceber os relacionamentos enquanto situações também políticas, pois todas as relações passam a envolver formas de poder, independentemente de estarem ou não relacionadas à esfera pública. Uma observação similar pode ser notada na obra de Virginia Woolf, "Um teto todo seu", em que a autora, a partir do questionamento: "Se Shakespeare tivesse uma irmã de igual talento, teriam os dois as mesmas potencialidades de trabalharem os seus potenciais criativos?", vem interpelar não somente pelas diferenças que os papéis sociais estabelecem através de preceitos arbitrários baseados em gênero (PISCITELLI, 2009; SCOTT, 1995), mas também questionar a intimidade, ou a falta de intimidade feminina enquanto problemática.

Essa pergunta pode parecer deslocada quando estamos falando de relações nas e através das redes, entretanto, a internet borra de maneira irreversível essas fronteiras. Obviamente que a rede oferece um "uso confessional" da internet, nos quais podemos fazer o uso tríplice (SIBILIA, 2013) ao mesmo tempo autor, narrador e personagem. Podemos fazer isso de espaços antes considerados privados. A casa como um local de testemunho da própria vida:

Se a experiência tradicional do narrador era um acontecimento coletivo por definição, tanto a leitura como a escrita da era burguesa convocam um indivíduo solitário. De preferência um sujeito trancado na privacidade de seu lar, pois não poderia existir ambiente mais adequado do que a própria casa para praticar esses complexos prazeres daquela época: interiorizar o que se lia e exteriorizar o que se escrevia. Já os meios de comunicação audiovisuais baseados no esquema broadcasting do século XX, por sua vez, reforçam esse movimento tendente ao gradativo encerramento no âmbito privado, embora sem solicitar aquele monólogo tão típico da leitura em silêncio, evocado tanto por Adorno como por Umberto Eco. Agora, com os novos tipos de mídias que não são apenas eletrônicas, mas também digitais e interativas – e que abandonam o clássico esquema de um emissor para muitos receptores –, essa dupla tendência parece se aprofundar: cada vez mais privatização individual, embora cada vez menos refúgio na própria interioridade (SIBILIA, 2016, p. 77).

Devemos aqui trazer esses questionamentos para nossa realidade contemporânea. Hoje, parte considerável da população possui aparelhos com acesso à internet, mas quantas pessoas possuem real possibilidade de privacidade? Que tipos de arquiteturas de casas configuram possibilidade de privacidade? Para além do quarto, possuímos as "janelas da internet", mas para quem elas se

abrem? Quem possui "subjetividade e relevância" o suficiente para se sobressair nesse ambiente público mercadológico?

Segundo Bruno (2013), é necessário o "mínimo da realidade para o máximo da aparência", ou seja, os processos de interiorização precisam ser completos para que os processos contemporâneos de vigilância funcionem a visibilidade nas redes sociais. No caso das mulheres, todo esse processo também precisa se somar a "doses de sofrimento" (GREGORI, 2016) para que causem uma espécie de "reforma" dos comportamentos e corpos, da própria "alma" das sujeitas (BRUNO, 2013). Entretanto, podemos perceber que esse sofrimento vai escalonando em relação à identidade de gênero e à orientação sexual dos sujeitos. A violência a qual esses sujeitos são expostos vai se tornando cada vez maior e mais letal. O sofrimento está diretamente relacionado à vulnerabilidade (GREGORI, 2016) das sujeitas e essa é assinalada pelos marcadores sociais de diferença (ou pelos marcadores interseccionais). Ou seja, quanto mais excluídas das normatividades vigentes, mais essas sujeitas precisam sofrer para talvez conseguirem relevância e atenção nesses processos de "exibição de si" nas redes sociais.

Quem antes era espectador agora é convidado a participar ativamente nessas novas modalidades de exposição de si. O "eu" se constitui na imagem e como imagem, é preciso que ele tome para si seus atributos contemporâneos, ampliando a margem de interatividade. Os modos de inscrição sociocultural revelam sua natureza violenta e opressora. Os critérios de normalidade tornam o padrão do que é apresentado nas redes. Assim, "o homem masculino" e a "mulher feminina" continuam se mantendo enquanto a norma cuja vida social e comportamento sexual entram nessa "representação do real" e devem ser seguidos. As questões relacionadas à padronização do corpo magro, branco e jovem também continuam se mantendo.

É através das redes sociais que a reiteração e a previsibilidade de corpos "magros, brancos, jovens, sem deficiência", com determinadas aparências e formas físicas (ou magra ou 'sarada'), resultado de um procedimento de inclusão, mas que também deixa entrever exclusões e interdições daqueles que não se enquadram nesses modelos. Contudo, se compreendermos que os sujeitos usam as redes sociais no sentido de angariar mais atenção para si próprios, nessa relação de "show do eu" (SIBILIA, 2016), a exposição passa também pelo cuidado do que é exposto. Tudo relacionado ao eu, ao sujeito, deve ser cultuado, cultivado e exposto da forma mais atraente possível, para convocar os olhares desejantes e conquistar todos os aplausos e "likes" possíveis. Todo sujeito, nesse momento histórico, pode se constituir em um negócio, em um gerador de renda e de likes, nessa "gestão de si" (SIBILIA, 2016) que se destaca através das redes sociais.

Deve-se estabelecer que as relações de gênero não se modificam somente porque se apresentam em ambientes digitais. O exemplo das nudes usadas enquanto pornografia de revanche (MACHADO, 2016), ou pornografia não consentida (LINS, 2021), esses são exemplos claros de

como as violências somente se atualizam, mas o seu potencial violento e destrutivo continua a atingir alvos baseando-se no gênero e na sexualidade. Não podemos desconsiderar o potencial violento da rede principalmente para as mulheres, para o "feminino". Devemos compreender que, para fazer parte dessas redes de visibilidade, muitas vezes é preciso somar doses de sofrimento para a reforma dos comportamentos e corpos, da própria alma (BRUNO, 2013).

Segundo Carrera (2020), os espaços midiáticos, assim como os ambientes interacionais e de conversação, são lugares emblemáticos para o debate sobre matrizes de opressão. Segundo a autora, esses espaços estão dominados pelas mesmas estruturas simbólicas e materiais que subjagam indivíduos marginalizados e perpetuam de forma violenta suas impossibilidades sociais. É por meio desses espaços que são postas em circulação imagens e são construídos, por conseguinte, imaginários. Segundo a autora, a ideia de interseccionalidade, de fato, propõe um olhar para além da diferença, mas para o que fundamenta, a partir da diferença, a opressão. Assim, de acordo com Carrera, a interseccionalidade é uma perspectiva conceitual em prol da marcação e da compreensão das desigualdades diversas e, dentro dessa estrutura, também dos privilégios.

Ainda de acordo com Carrera (2020), a interseccionalidade em estudos de comunicação serve, principalmente como um aparato para expor injustiças representacionais e discursivas, propondo ferramentas de equidade. É preciso dar completude às análises comunicacionais.

Segundo Oksala (2019), nas últimas décadas, aconteceu uma série de mudanças em relação à constituição das "sujeitas" paralelamente à ascensão de uma nova sujeita feminina neoliberal. Segundo a autora, as mulheres se tornaram, em alguma medida, também sujeitos presumidos pelo liberalismo econômico, "indivíduos perseguindo seus próprios interesses e respondendo primariamente a perdas e ganhos econômicos" (OKSALA, 2019, p. 128). O discurso feminista liberal, da "escolha" individual quer garantir que as mulheres são livres para perseguirem seus próprios interesses, sendo irrelevante como as mulheres falam, se vestem ou expressam sua sexualidade.

Nesse ponto, podemos analisar as discussões relacionadas ao nominado "feminismo liberal", em que teoricamente as mulheres seriam "livres" para realizar suas escolhas independentemente de fatores externos. Uma mulher poderia ser feminista, consumir pornografia e se casar na igreja, ou mesmo escolher ser prostituta ou atriz pornográfica (OKSALA, 2019), ou ser **Cam Girl**. Entretanto, Machado (2016) e Lins (2021), entre outros autores, nos mostram que essas possibilidades vêm sempre acompanhadas de violências simbólicas, psicológicas e físicas, muito presentes e com ações que influenciam diretamente na vida das "sujeitas". E essas violências (simbólicas ou materiais) estão diretamente relacionadas aos fatores interseccionais que atravessam essas sujeitas, por mais que elas se entendam enquanto pertencentes e essa nova sujeita feminina neoliberal que estaria usufruindo das liberdades prometidas por esse modelo econômico/social.

Considerações finais

A troca de nudes se insere dentro da lógica liberal dos relacionamentos contemporâneos. A individualização dos estilos de vida, a intensificação dos projetos emocionais de vida e a economia das relações sociais se juntam à difusão de modelos econômicos que são utilizados para moldar o eu dos sujeitos e suas próprias emoções.

A mídia, através das notícias e outros processos comunicacionais, constrói e retroalimenta uma realidade social específica, nomeando-a e associando uma série de significados à prática. Essa construção e retroalimentação está repleta de estereótipos de gênero, sexualidade, raça, classe e outros que continuam a ser retransmitidos. O jornalismo, através das escolhas dos critérios de noticiabilidade, ensina ao público uma "pedagogia da crueldade" (SEGATO, 2006), por meio da qual a sociedade não tem empatia com as vítimas, mas também não apresenta empatia consigo mesma, para se inserir nas lógicas neoliberais das redes.

Esses embates acontecem em uma sociedade marcada por lógicas de vigilância, nas quais os sujeitos não só querem ser vistos por outros, como também se autovigiam, e esse processo faz parte da constituição de subjetividades. Essa existência do "eu" online é cuidadosamente editada, pois sua função primordial é ser exibida. Uma "economia da visibilidade", em que a vigilância se exerce tanto através das câmeras de segurança como através dos likes. É esse próprio aspecto da vigilância, como afirma Bruno (2013), que implementa o componente erótico, do voyeurismo, do se deixar ser visto e gostar de "provocar".

As relações de poder que estão presentes na recepção e decodificação dessas imagens dizem muito a respeito da produção da identidade dos sujeitos e de como essas construções e reconstruções são percebidas socialmente nas lógicas liberais contemporâneas.

A mídia destina às sujeitas mulheres a narrativa do "sofrimento" (GREGORI, 2016), através da qual elas compartilham os sentimentos de "vergonha" e de "humilhação". A divulgação das imagens íntimas são situações de violência praticadas contra corpos específicos, e o peso que essas imagens vão ter na vivência dessas mulheres vai variar conforme os marcadores interseccionais (CARRERA, 2020) que irão entrecruzar essas pessoas.

Para as mulheres, enviar nudes continua sendo muito desvantajoso para negociar termos nas relações sexuais e amorosas e suas visibilidades. No caso das mulheres, todo esse processo de negociação de visibilidades e de socialidades através das nudes também precisa se somar a "doses de sofrimento" (GREGORI, 2016) para que causem uma espécie de "reforma" dos comportamentos e corpos, da própria "alma" das sujeitas (BRUNO, 2013), definindo-as enquanto sujeitas neoliberais.

As nudes são uma "moeda de troca" estimulante nas seduções digitais. O consentimento e principalmente a vulnerabilidade são partes fundamentais dessas interações através das redes

sociais, pois o vazamento das imagens causa desordens e transtornos de ordem prática na vida e na subjetividade dessas sujeitas. Ao mesmo tempo, esses mesmos vazamentos são utilizados pela mídia para trazer reflexões e ensinamentos acerca da “moral” sexual.

As nudes podem ser, simultaneamente, perturbações às zonas eróticas, como também confirmações das morais sexuais vigentes. Essas modificações nos possibilitam fazer uma análise das repercussões desses “novos modelos” de socialidade para os integrantes das redes, no que tange aos novos modos de expressão de si e à redefinição das fronteiras entre o público e o privado e à própria experiência da individualidade através das redes. Tudo isso mediado através das mídias e das redes.

Referências

- ATTWOOD, Feona. No Money Shot? Commerce, Pornography and New Sex Taste Cultures. **Sexualities**, v. 10, n. 4, p. 441–456, 2007.
- BALTAR, Mariana; BARRETO, Nayara. As pornificações de si em Diário da putaria. **Crítica Cultural**, v. 9, n. 2, p. 265-278, jul./dez. 2014.
- BATAILLE, George. **O Erotismo**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.
- BEIGUELMAN, Gisele. **Políticas da imagem: Vigilância e resistência na dadosfera**. São Paulo: Ubu Editora, 2021.
- BERGER, Peter L; LUCKMANN, Thomas. **A Construção Social da Realidade: Tratado de sociologia do conhecimento**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2017.
- BRUNO, Fernanda et al. (orgs.). **Tecnopolíticas da Vigilância: Perspectivas da margem**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BRUNO, Fernanda. **Máquinas de ver, modos de ser: vigilância, tecnologia e subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2013.
- BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade**. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- CARRERA, Fernanda. Roleta interseccional: Proposta metodológica para análises em Comunicação. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação**, v. 24, p. 1-22, jan./dez. 2020.
- FISCHER, Rosa Maria Bueno. O dispositivo pedagógico da mídia: modos de educar na (e pela) TV. **Educação e pesquisa**, v. 28, p. 151-162, 2002.
- FOUCAULT, Michel. **A História da Sexualidade 1. A vontade de saber**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020.
- FOUCAULT, Michel. **A História da Sexualidade 2. O Uso dos Prazeres**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: Nascimento da prisão**. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

- FOUCAULT, Michel. **The birth of biopolitics**: Lectures at the Collège de France, 1978-79. Basingstoke, UK: Palgrave MacMillan, 2008.
- GIDDENS, Anthony. **A Transformação da Intimidade**: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: Editora da Universidade Paulista, 1993.
- GREGORI, Maria Filomena. **Prazeres Perigosos**: erotismo, gênero e limites da sexualidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- HAN, Byung-Chul. **No Enxame**: perspectivas do digital. Petrópolis: Vozes, 2018.
- JENKINS, Henry; GREEN, Joshua; FORD, Sam. **Cultura da Conexão**: criando valor e significado por meio da mídia propagável. São Paulo: Aleph, 2014.
- LEMONS, André. **Cibercultura**: tecnologia e vida social na cultura contemporânea. 6. ed. Porto Alegre: Sulina, 2013.
- LINS, Beatriz Accioly. **Caiu na Net**: nudes e exposição de mulheres na internet. Rio de Janeiro: Telha, 2021.
- LYON, David. Cultura da Vigilância: envolvimento, exposição e ética na modernidade digital. In: BRUNO, Fernanda et al. (orgs.). **Tecnopolíticas da Vigilância**: perspectivas da margem. São Paulo: Boitempo, 2018.
- MACHADO, Nealla Valentim. **"Manda nudes?"**: imagens íntimas e as representações de gênero na mídia brasileira. 2016. Dissertação (Mestrado em 2016) – Pós-graduação em Estudos de Cultura Contemporânea, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2016.
- MEDITSCH, Eduardo. **O Conhecimento do Jornalismo**. Florianópolis: Editora da UFSC. 1992.
- OKSALA, Johanna. O sujeito neoliberal do feminismo. In: RAGO, Margareth; PELEGRINI, Mauricio (orgs.). **Neoliberalismo, Feminismos e Contracondutas**: perspectivas foucaultianas. São Paulo: Intermeios, 2019. p. 115-138.
- PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, Heloisa Buarque; SZWAKO, José (orgs.). **Diferenças, igualdade**. São Paulo: Berlendis Editores, 2009.
- SEGATO, Rita Laura. ¿Qué es un feminicidio? Notas para un debate emergente. **Série Antropologia**. nº 401, UNB, Brasília, 2006.
- SIBILIA, Paula. **O show do Eu**: a intimidade como espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.
- SIBILIA, Paula. Você é o que o Google diz que você é: a vida editável, entre o controle e espetáculo. In: BRUNO, Fernanda et al. (orgs.). **Tecnopolíticas da Vigilância**: Perspectivas da margem. São Paulo: Boitempo, 2018.

Sair de casa, sair do armário e a vivência de territorialidades múltiplas nos processos de subjetivação bicha³⁵

Pedro Augusto Pereira

Este capítulo tem como objetivo analisar dois vídeos publicados no canal Guardei no Armário, no YouTube – criado e administrado por Samuel Gomes e em atividade desde 2015. O projeto Guardei no Armário – termo usado pelo autor – se inicia com o livro autobiográfico escrito por Samuel no qual narra seu próprio processo de aceitação e saída do armário³⁶ como homem gay, a partir do qual o autor decide criar um canal no YouTube com o objetivo de entrevistar outras pessoas sobre o tema, além de divulgar o lançamento do livro, até então de forma independente. Em 2020, o livro Guardei no Armário (GOMES, 2020) ganhou uma nova edição – desta vez pelo selo Paralela – expandida, atualizada e que dialoga com o canal no YouTube de forma mais profunda, trazendo alguns relatos anteriormente publicados em vídeo transcritos ao final do livro, após os capítulos autobiográficos escritos por Samuel, além de entrevistas inéditas.

Os vídeos analisados aqui são duas entrevistas realizadas por Samuel com outros dois youtubers, Murilo Araújo e Spartakus Santiago, a respeito do processo de aceitação e saída do armário de ambos. Observamos essas narrativas em vídeo como uma forma de escrita coletiva, nascida do encontro em processos de entrevista registrados em vídeo que dão origem aos testemunhos publicados no canal. A partir dessa observação identificamos nas narrativas de Murilo e Spartakus – individuais, porém coletivas – marcas de territorialidades que as atravessam de forma semelhante, observando o papel da desterritorialização e da multiterritorialidade no processo de saída do armário dos dois.

35 Este trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

36 A expressão "sair do armário" é, em geral, sinônimo de "assumir-se" ou "revelar-se" lésbica/gay/bissexual/trans, dizer abertamente que não se enquadra na norma cis-heterossexual.

Os vídeos-entrevista têm foco na fala dos entrevistados, ficando de fora da edição final as perguntas feitas por Samuel a Murilo e Spartakus. No caso do depoimento de Murilo (ARAÚJO; GOMES, 2017)³⁷, alguns momentos de sua fala estão em *off*³⁸, apenas com o áudio da entrevista, enquanto são exibidas imagens gravadas por Samuel de outros momentos com Murilo, durante a Parada do Orgulho LGBT de 2017 em São Paulo (SP), que aparentemente ocorreu no mesmo dia da entrevista, esta gravada, provavelmente, em um parque da capital paulista, com mais pessoas presentes além de Murilo e Samuel, sentados em roda, no chão, aparecendo em alguns momentos, mas nunca interferindo, ao menos no vídeo publicado.

Já o depoimento de Spartakus (SANTIAGO; GOMES, 2018)³⁹ parece ter sido gravado em um corredor ou ambiente semelhante, com uma porta ao fundo pela qual em certos momentos passam outras pessoas e, talvez para minimizar interferências ao fundo, o enquadramento feito seja mais fechado no rosto de Spartakus no que no de Murilo; também neste vídeo apenas sabemos da presença de Samuel e de Spartakus, tampouco havendo qualquer mudança de enquadramento ou apresentação de imagens externas à entrevista, ainda que o recurso do *off* seja utilizado, mas mesmo as imagens que cobrem esses momentos mantêm o mesmo enquadramento fixo, apenas mostrando Spartakus em um momento diferente daquele no qual falou o que ouvimos.

Ainda que, durante as análises, não pretenda me aprofundar sobre questões referentes à construção visual dos vídeos, considere importante esse movimento de descrição preliminar de alguns aspectos visuais deles, buscando também fazer eco a uma preocupação mais recente de Samuel na produção do *Guardi no Armário* em trazer audiodescrições – das vinhetas, dos cenários, de si mesmo e de outras pessoas – bem como a tradução para LIBRAS. Considero, ainda, que a compreensão das condições nas quais ocorrem as entrevistas e como são compartilhadas no YouTube se articulam aos pressupostos metodológicos adotados para as análises, sobre os quais trato a seguir. Assistir aos vídeos marca de maneira mais direta os lugares de fala (RIBEIRO, 2019) daqueles que neles aparecem. Elementos como a cor da pele, o sotaque e as gestualidades compõem a abordagem interseccional proposta, tornando o olhar para os vídeos fundamental, ainda que, neste momento, sem aprofundamento sobre imagem e estética.

Opto por observar especificamente esses dois relatos por serem os únicos concedidos ao *Guardi no Armário* que integram tanto o canal no YouTube quanto a nova edição do livro de mesmo nome (GOMES, 2020), no qual foram transcritos, em forma de texto corrido, por Samuel. Respeitando a essa transcrição feita pelo autor, opto por citar os trechos dos relatos de acordo com o texto do livro, em lugar de transcrever os trechos diretamente dos vídeos, entendendo

37 Considerando que os vídeos, embora registrem trechos de entrevistas, não são publicados em formato de entrevista (pergunta/resposta), opto por referenciá-los utilizando o sistema autor/data aplicado ao YouTube. Opto ainda por considerar os vídeos como trabalhos de coautoria de entrevistado e entrevistador/dono do canal, listando primeiro o nome do entrevistado.

38 Registro de áudio que faz parte da cena, mas que não aparece no enquadramento no momento que o público escuta.

39 Volto a referenciar utilizando o sistema autor/data aplicado ao YouTube.

que seja uma estratégia mais adequada à proposta teórico-metodológica estabelecida para este trabalho, que apresento a seguir.

Orientando o olhar sobre as narrativas

Partindo da compreensão da prática no YouTube como um processo de escrita audiovisual, frequentemente permeada de elementos autobiográficos, proponho um olhar para os vídeos referenciados aqui – e para o *Guardei no Armário* como um todo – como uma forma de escrita que traz elementos das práticas de cuidado de si descritas por Foucault, marcadamente da escrita de si (RAGO, 2013). A escrita de si é estabelecida pela autora Margareth Rago (2013) como uma prática de subjetivação através da qual um indivíduo elabora sobre si, abrindo-se ao devir e reelaborando verdades éticas próprias. É importante compreender, a partir da autora, que a escrita de si se configura como uma prática de subjetivação, de liberdade, diferenciando-se de práticas de sujeição, como a confissão⁴⁰ (RAGO, 2013).

Essa oposição em relação às narrativas confessionais é especialmente importante enquanto orientador do olhar sobre esses vídeos que é proposto neste trabalho. Ser gay, bicha – e, claro, bi, lésbica, trans, travesti ou qualquer identidade dissidente da norma cis-heterossexual – é, ainda, frequentemente compreendido como uma falha, ou falta, a ser confessada, seja com objetivo de “cura” ou não, que não se limita à compreensão religiosa, mas também permeou o pensamento científico desde o século XVIII (TREVISAN, 2018). Os testemunhos analisados apontam o próprio processo de “saída do armário” como processo de subjetivação, de elaboração de uma verdade ética própria, e não de um processo de sujeição confessional.

Assumir-se é um ato de fala, uma enunciação que rompe com fluxos de silenciamento que historicamente impõem aos corpos ditos “desviantes”, nesse caso as LGBT, um lugar de marginalidade. Grada Kilomba (2019) estabelece a escrita como uma necessidade de enfrentamento desse silenciamento colonial, como ato potencial de descolonização, de tornar-se sujeito. A partir de Kilomba (2019), esse processo de saída do armário, que organiza a narrativa dos vídeos, passar a ser visto como próximo ao processo de “descolonização do eu” descrito na parte final do livro *Memórias da Plantação*.

Murilo, Spartakus e Samuel têm lugares de fala (RIBEIRO, 2019) semelhantes, sendo gays negros, bichas pretas⁴¹, um lugar marcado por múltiplas opressões (GONZALEZ, 1984). Busco inspiração em perspectivas interseccionais para melhor orientar meu olhar para as narrativas expostas no *Guardei no Armário*, especialmente nos escritos de bell hooks (2019) e Lélia Gonzalez (1984). É a partir desse pensamento interseccional que começo a compreender a escrita

40 Segundo Margareth Rago, a escrita autobiográfica é frequentemente imbuída desse caráter confessional, implicando uma hierarquia entre quem enuncia e um outro que escuta e estabelece julgamento morais. A escrita de si, ainda que autobiográfica – mas não somente – se estabelece como oposição a essas narrativas confessionais mais tradicionais (RAGO, 2013).

41 Também Murilo e Spartakus são nordestinos, nascidos em cidades do interior da Bahia, que migraram para o Sudeste do país.

audiovisual desses sujeitos como uma escrita coletiva, compartilhada, em maior ou menor grau, em certos elementos por sujeitos que estejam em lugares sociais semelhantes – de raça, classe, gênero, sexualidade, localização geográfica⁴². Em trabalhos anteriores, foi feita a delimitação dessa escrita de si que é também coletiva como uma “escrita da gente” (PEREIRA; COELHO, 2020).

Aqui, proponho um aprofundamento dessa escrita da gente para compreender o Guardar no Armário. Desde o início, boa parte do conteúdo do canal é composto por entrevistas – como os dois vídeos em evidência neste trabalho – que constroem um diálogo com o livro autobiográfico escrito por Samuel Gomes (2020). Esse entrecruzamento entre a narrativa de Samuel com aquelas dos sujeitos a quem ele entrevista, inevitavelmente afeta o “produto” desde a elaboração e condução da entrevista, passando pela captação e seguindo até a pós-produção. Samuel pode ser considerado o autor dos vídeos, no entanto, sendo vídeos frutos de entrevistas, não haveria narrativa sem o encontro, a conversa e o processo comunicativo.

Proponho, então, que essa escrita “da gente” (em formato audiovisual) que utilizo como princípio orientador nasce no encontro e ecoa esse encontro a todo momento. Se Murilo ou Spartakus estivessem diante de outro entrevistador, ainda que o tema fosse o mesmo, sua fala, a construção de sua narrativa, se daria, em algum aspecto, de outra forma. O vínculo que origina o processo comunicativo (BORGES, 2020) entre Samuel e Murilo e Samuel e Spartakus começa nos seus lugares de fala (RIBEIRO, 2019) semelhantes, de bicha para bicha.

Territorialidade e as bichas

Territorialidade, como definida por Robert David Sack (2013), é a tentativa de influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relações ao delimitar e assegurar controle sobre uma certa área geográfica, chamada de território. A noção de território será, aqui, compreendida em uma perspectiva mais ampla, como proposto por Felix Guattari e Suely Rolnik (1996), de modo a abarcar tanto territórios físicos quanto simbólicos e seus atravessamentos.

O território pode ser relativo tanto a um espaço vivido, quanto a um sistema percebido no seio do qual um sujeito se sente “em casa”. O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma. Ele é o conjunto dos projetos e das representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos. (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 323).

42. Aqui fazendo referência à vivência de ambos como “nordestinos no Sudeste”. Embora Murilo e Spartakus venham de cidades e regiões diferentes do estado da Bahia, suas vivências no contexto sudestino do eixo Rio/São Paulo se aproximam enquanto “nordestinos”. A própria tendência de homogeneização de uma identidade nordestina que ocorre nos estados fora do Nordeste – em especial no Sul e no Sudeste – demonstra preconceitos e violências que marcam esse lugar social.

A partir disso, compreendo os fluxos interseccionais de opressão dos quais tratei na sessão anterior como claras marcas de territorialidade que estabelecem quem tem acesso ao direito à existência plena, ao lugar de sujeito, e quem não tem, pessoas subalternas (SPIVAK, 2014). Aqui falo especificamente de sujeitos bichas, homens gays. A negação do direito à voz (KILOMBA, 2019; RIBEIRO, 2019; SPIVAK, 2014) a pessoas subalternizadas demonstra a tentativa de controle e influência sobre as ações dessas pessoas, segundo uma lógica colonizadora que favorece determinados corpos (masculinos, brancos, cisgêneros, heterossexuais e com privilégio de classe).

O padrão de corpo-subjetividade desejado para a "nação brasileira" foi, desde a colonização, fundado em um ideal de branquitude euro-americana e de heterossexualidade viril (LUCAS LIMA, 2017, p. 170), desse modo, a lógica das territorialidades atuando sobre os corpos não apenas favorece os corpos que se aproximem deste ideal e exclui – ou busca destruir – aqueles que se distanciem dele, como é o caso de Murilo, Spartakus e Samuel. Seus testemunhos se aproximam ao relatar essa atuação da territorialidade, das tentativas de controle sobre seus corpos e subjetividades, e de seu processo de ruptura com essas lógicas durante a saída do armário.

O próprio armário pode ser entendido como uma espécie de território simbólico de exclusão e silenciamento ao qual os corpos LGBT são relegados pela organização colonial dos territórios simbólicos que estabelece a heterossexualidade e a cisgeneridade como "natural" e qualquer rompimento com essa norma como errado, não desejável, que deve ser controlado, seja pelo discurso religioso, médico, "científico" ou legal (TREVISAN, 2018). Partindo do pressuposto de que "a masculinidade é uma configuração de prática em torno da posição dos homens na estrutura das relações de gênero" e que envolve relações de poder, admite-se a existência de **masculinidades** – com ênfase no plural – conforme Connell (1995, p. 188), mas o armário é, além do que já foi apontado, uma tentativa de controle de uma concepção plural e multifacetada dessas possibilidades de ser masculino.

Para melhor compreender essa relação entre normatização da sexualidade e territorialidade, recorro novamente a Sack (2013, p. 60-61) que enumera três efeitos lógicos da territorialidade: (a) definição ou classificação por área; (b) comunicação pelo uso de um limite; (c) imposição de controle sobre o acesso à área. A classificação por área se apresenta ao se definir a heterossexualidade como norma, padrão, natural, que automaticamente define como anormal e/ou errada qualquer "desvio" dessa norma sem que seja necessário citar cada uma das infinitas possibilidades das subjetividades para além deste padrão normativo. Nenhum sujeito deve ultrapassar os limites colocados desse território da cis-heteronormatividade – homem tem um pênis e se relaciona (sexualmente) apenas com mulher, que tem uma vagina – sendo qualquer transgressão passível de punição, ostracismo e/ou uma suposta correção/cura por diversos meios (TREVISAN, 2018).

Retomando a citação a Guattari e Rolnik (1996) no início desta sessão, parece-me justo afirmar que o "sentir-se em casa" de que falam os autores tem mais relação com familiaridade e

reconhecimento de que com uma relação de conforto ou acolhimento. É claro que mesmo os ambientes familiares mais acolhedores acabam por construir relações de territorialidade (SACK, 2013) – de pais e mães sobre filhos pequenos, por exemplo – ainda que mais ou menos harmônicas, mas, ao se tratar de vivências LGBT, é necessário estabelecer aqui esse distanciamento entre casa/família e conforto/acolhimento.

[Spartakus]: Eu sabia que minha família não ia lidar muito bem com isso, eu tinha na cabeça que "o maior medo de todo gay é ser expulso de casa", por isso me dei conta de que só ia contar para a minha família quando eu estivesse pagando minhas contas. Eu ia esperar até ter um emprego e conseguir me bancar para sair do armário. Só quando eu tivesse segurança financeira e entendesse que eles não iam brigar comigo e me punir por ser quem eu sou, ia dividir isso com eles. (SANTIAGO; GOMES, 2018)⁴³.

O medo de ser expulso de casa e a violência sofrida dentro de casa, da casa dos pais/cuidadores, é regra entre pessoas LGBT e, ainda que haja exceções, é fundamental para a compreensão das territorialidades que envolvem a saída do armário. A casa, o "lar" da infância/adolescência em geral se torna o extremo oposto de um espaço seguro ou confortável, seja pela violência concretizada ou por sua ameaça constante, como dito por Spartakus, mesmo que subentendida.

Múltiplas territorialidades

É claro que, mesmo com as violências e a insegurança que permeiam essas relações, há um vínculo e algum pertencimento estabelecido pelos sujeitos com os territórios "de onde vieram" – a família, a cidade natal. Tanto Murilo quanto Spartakus nasceram e cresceram no interior do estado da Bahia, respectivamente em Ipiaú e Itabuna, migraram de suas cidades para o Sudeste do país para cursar a faculdade e vivem no Sudeste – Murilo no Rio de Janeiro (RJ) e Spartakus em São Paulo (SP) – atualmente. Essa desterritorialização e subsequente reterritorialização (FRAGOSO; REBS; BARTH, 2011) sobrepõe diversos territórios e territorialidades que atravessam os sujeitos, gerando uma multiterritorialidade.

A multiterritorialidade se caracteriza-se pela superconexão de territórios e pela maior fluidez dos trânsitos espaciais, facilitando o acesso (tanto virtual quanto materialmente) aos diferentes lugares em que se ancora o "espaço de fluxos" (Castells, 1999). Nesse cenário, a ideia de desterritorialização não decorre de uma efetiva extinção dos territórios, mas da dificuldade de reconhecer (ou de definir) os territórios múltiplos e descontínuos da atualidade, que impede o reconhecimento do caráter imanente da (multi)territorialização na vida dos indivíduos e dos grupos sociais. (FRAGOSO; REBS; BARTH, 2011, p. 213-214).

43 (GOMES, 2020, p. 183)

Compreendo aqui essa multiterritorialidade como inerente à maioria dos processos de migração. Ainda que a desterritorialização coloque os sujeitos diante de outras relações territoriais, não familiares, as relações anteriormente estabelecidas com outro território não desaparecem. A compreensão de multiterritorialidade pode ser pensada, então, também como interseccional, havendo afetações múltiplas entre diferentes relações de modo que se tornam indissociáveis para os sujeitos atravessados por elas.

Assim, “mais do que a desterritorialização desenraizadora, manifesta-se um processo de reterritorialização espacialmente descontínuo e extremamente complexo” (Haesbaert, 1994: 214), em que o enfraquecimento de alguns modos de controle espacial vem acompanhado do remodelamento, reforço ou criação de outras relações de poder que permanecem inscritas na espacialidade da vida social (FRAGOSO; REBS; BARTH, 2011, p. 214).

Esse remodelamento de relações pode, ainda, se configurar em uma oportunidade de reelaboração subjetiva de si, que dão origem a novas verdades éticas próprias dos sujeitos (RAGO, 2013) como demonstrado a seguir:

[Murilo]: Fui me descobrir no começo de 2009, logo que fiz dezoito anos, levou um tempinho. Eu tinha saído de casa havia [um] ano, e acho que isso foi um pontapé importante em relação à minha sexualidade, foi quando me vi confrontado com outras visões de mundo, só que com um pouco mais de espaço e de coragem para poder assumir essas outras perspectivas. Quando cheguei à faculdade, estava me defrontando com milhões de possibilidades de ser assim, de experimentar a vida, a sexualidade, a identidade, a militância, a política, tudo isso. Eu estava morando em outro estado, não mais perto da casa dos meus pais, e isso me dava muita liberdade para poder viver minha vida dessa maneira (ARAÚJO; GOMES, 2017)⁴⁴.

A “territorialidade na família”, além de reguladora, limitadora da liberdade de ser, para pessoas LGBT, também é compreendida em íntima conexão com a cidade natal, em relação a um território mais amplo. Isso marca uma aproximação mais típica de cidades menores, menos populosas, nas quais a maioria dos moradores – e, por vezes, todos – se conhece e se relaciona entre si de maneira próxima, quase como uma “família expandida”. Desse modo, migrar para cidades muito maiores – Viçosa (MG) para Murilo e Rio de Janeiro (RJ) para Spartakus – tanto os distancia da relação diária, mais próxima, com o ambiente familiar, como também os reterritorializa em uma outra concepção e vivência mais ampla do espaço cidade: “Eu saí da minha cidade, vim pro Rio de Janeiro estudar publicidade. [...] No Rio de Janeiro, foi totalmente diferente, eu estava longe da minha família, a mentalidade da cidade é diferente, é um lugar mais livre.” (SANTIAGO; GOMES, 2018)⁴⁵.

44 (GOMES, 2020, p. 161)

45 (GOMES, 2020, p. 182)

É importante pontuar que essa mudança não ocorre de uma hora para outra. Embora tanto Murilo quanto Spartakus destaquem a entrada na faculdade, a chegada à maioridade e a migração das pequenas cidades natais para centros urbanos muito maiores como uma espécie de estopim para uma maior liberdade de exploração de suas subjetividades, que os levou à aceitação de sua sexualidade e ao processo de saída do armário, isso se dá marcadamente atravessado pela multi-territorialidade – entre território do antigo lar/família e do novo lar/vida distante da cidade natal.

O relato de Murilo Araújo demonstra um processo longo de compreensão de sua sexualidade, permeado pela relação com uma tia que, “desconfiando” da homossexualidade do sobrinho, lhe disse “eu quero que você saiba que quando todo mundo fechar a porta e virar a cara pra você, até as pessoas mais próximas, seu pai, sua mãe, as pessoas que mais dizem que te amam, quando todo mundo virar a cara pra você, eu vou estar aqui” (ARAÚJO; GOMES, 2017); por uma conversa com um padre – durante um retorno à Bahia para um curso de teologia, quando Murilo já morava em Viçosa – que lhe diz “acho que você é uma pessoa muito livre, mas tem muitos medos e acho que você devia pensar sobre isso. Não precisa conversar comigo, pode ser alguém da sua confiança, mas acho que devia pensar um pouquinho sobre isso, seus medos” (ARAÚJO; GOMES, 2017); e com a melhor amiga – em uma conversa, segundo Murilo, repleta de “indiretas”, sem jamais usar a palavra “gay”, ainda que ambos soubessem exatamente de que era disso que se tratava – apontando para essa coletividade que se apresenta integrada aos processos de subjetivação.

[Murilo]: E aí depois da conversa com esse padre, depois da conversa com essa amiga e muito marcado por essa conversa com a minha ti, comecei a lidar aos poucos com a ideia de que minha sexualidade podia ser muito mais aberta do que aquela que eu estava acostumado a experimentar. [...]

Até que veio uma bela manhã ensolarada de sábado, no fim de fevereiro de 2009. Eu tinha acabado de chegar a Viçosa de volta das férias e fui passear pelo campus da universidade, que é lindo; estava um dia muito bonito. Passou por mim um rapaz que eu achei uma gracinha; pensei: “Cara, que bom poder achar um cara uma gracinha sem sentir que é um problema”. Foi então que pensei e cheguei à conclusão: “É isso, então, eu sou gay. É esse o nome, é isso. Ai, que legal, que bacana”. (ARAÚJO; GOMES, 2017)⁴⁶.

O processo de saída do armário está em dar nome a algo que compõe sua identidade, assumir e elaborar essa verdade (RAGO, 2013), bem como no reposicionamento (KILOMBA, 2019) diante dos estereótipos impostos aos corpos desviantes, LGBT, bichas, pela norma cis-heterossexual (LUCAS LIMA, 2017; TREVISAN, 2018), sendo esse reposicionamento diante das violências, segundo Grada Kilomba (2019), um primeiro passo no processo de descolonização do eu.

46 (GOMES, 2020, p. 163-164)

[Spartakus]: No segundo ou terceiro ano [do ensino médio], eu já via pornô gay, mas, como morava em uma cidade pequena, Itabuna, era o tipo de coisa sobre a qual eu pensava: "Posso ver, posso ter vontade, mas nunca vou fazer isso na minha vida. Eu vou morrer com vontade de fazer e sem fazer". Só que quando eu fui pra faculdade comecei a me conhecer. (SANTIAGO; GOMES, 2018)⁴⁷.

Embora a compreensão do desejo por outros homens já viesse desde a adolescência, fica explícito o papel da territorialidade para proibir o acesso a essa área do desejo, estabelecendo sinalizações dos limites dentro dos quais se é permitido vivenciar a sexualidade, limites estritamente heterossexuais. O território físico geográfico da cidade pequena também aparece de modo a intensificar esse controle, dadas as relações mais próximas estabelecidas entre os sujeitos, facilitando as tentativas de controle.

[Spartakus]: Quando acabou o primeiro ano da faculdade, estávamos eu e os meus amigos, e um deles lançou a pergunta: "A gente já viveu 25% da faculdade; vocês já fizeram 25% do que vocês queriam fazer?"; fiquei com aquilo na cabeça. Nesse mesmo dia, a gente foi a uma festa. Cheguei em uma garota e ela não quis ficar comigo – cansei. Eu estava meio bêbado e falei: "Não aguento mais, não tenho sucesso com as garotas, tento ficar com elas porque é a forma como eu acho que tenho que existir no mundo, mas não funciona, não dá certo, tá doendo, tá horrível". Eu tinha um amigo gay e falei para ele: "Arranja um cara pra eu pegar hoje". Aí ele disse: "Como assim"; e eu falei: "É, quero tentar". Então ele falou com um cara que tinha uns quarenta anos, eu tinha dezoito – e eu peguei o cara. Eu estava desesperado, falei: "Me leva para a sua casa agora". Enfim, fui para a casa dele, só que, quando falei que era virgem, o cara não quis fazer nada comigo, porque tirar a virgindade de alguém é sempre muito complicado. E essa foi a minha primeira experiência; depois comecei a me abrir para esse mundo. Eu me descobri, descobri que podia ser feliz. (SANTIAGO; GOMES, 2018)⁴⁸.

Destaco que o que causa o sofrimento relatado por Spartakus não é sua "falta de sucesso" com garotas, tampouco é por não conseguir esse "sucesso" que ele busca ficar com outro homem. Ao contrário, é a norma social que Spartakus vê imposta sobre si que o leva a buscar se relacionar sexualmente com garotas, como ele próprio deixa claro em sua fala – "é a forma como eu acho que tenho que existir no mundo, mas não funciona, não dá certo". O modelo de masculinidade viril vigente em nossa sociedade (BOURDIEU, 2012; GROSSI, 2004) se encontra baseado em uma construção predatória do modelo de masculinidade, que claramente garante aos homens poder e privilégios no sistema sexista (hooks, 2020), no entanto se torna também um fardo, já que a virilidade deve ser defendida a todo tempo (BOURDIEU, 2012).

47 (GOMES, 2020, p. 181).

48 (GOMES, 2020, p. 182).

Essa imposição de um modelo único de masculinidade, baseado em violência, pressiona especialmente os homens negros (CUSTÓDIO, 2017; FANON, 2008) que, como Spartakus, têm impostos a si estereótipos animalizantes e infantilizantes (GONZALEZ, 1984) que buscam aprisioná-los a uma subjetividade baseada apenas em uma virilidade exacerbada limitada à (hetero) sexualidade. A busca de Spartakus pelo "sucesso com as garotas", como demonstrado, não vem de um desejo seu, mas de uma crença imposta a ele de que essa é a única forma de existência possível, a única possibilidade de "sucesso" para ele – homem negro.

Também os relatos de Murilo e Spartakus se aproximam na compreensão mais ampla do território da universidade e das relações construídas a partir dele, e isso não se limita ao processo de compreensão de si e de saída do armário. Murilo vai ao campus da universidade que estudou em Viçosa para passear, mesmo durante as férias, bem como destaca que foi na universidade que teve contato com outras possibilidades de vida. O relato de Spartakus associa a faculdade a uma vivência profunda, com relevância para além do curso superior em si – "A gente já viveu 25% da faculdade, vocês já fizeram 25% do que queriam fazer?". Essas associações demonstram um território faculdade que é território vivido, não apenas físico/geográfico, que ultrapassa relações profissionais, sendo composto também de afetos e desejos.

De volta para casa

Apesar da oposição estabelecida entre o silenciamento e as violências no território do lar da infância/adolescência e as possibilidades de liberdade permitidas no território da faculdade e do novo lar pós migração, o processo de saída do armário de Murilo, Spartakus, como de muitas pessoas LGBT, passa pelo "retorno" ao lar familiar e da enunciação aos pais/cuidadores/familiares da verdade, do ser LGBT – no caso dos dois, gay.

Como dito anteriormente, esse processo passa pelo enfrentamento tanto no romper com o silêncio imposto, quanto do confronto dos medos criados por essas violências – da rejeição das pessoas amadas, por exemplo. Frequentemente, inclusive, essa saída do armário é precedida por confrontos estabelecidos na territorialidade do lar que são anteriores até mesmo à compreensão dos sujeitos LGBT de que são pessoas LGBT.

[Spartakus]: Eu sempre aprendi que viado era algo ruim. Meu pai me abordou um dia pra perguntar se o filho dele era viado. Um dia nesse ano, em que eu estava tentando ser amigo desses garotos [héteros que fazem bullying homofóbico], a gente estava no colégio e quando foi tirar uma foto, um garoto [hétero] botou a língua na minha orelha; eu postei essa foto no Orkut. Meu pai não me criou, sempre foi muito ausente. Só que ele viu a foto no meu Orkut. Ele morava a duas quadras da minha casa, então saiu da casa dele e veio até a minha, porque naquele momento ele entendeu que tinha que ser pai. Aí ele veio me criticar. Falou: "Quer dizer que você virou viado?"

Eu vi uma foto no Orkut, o garoto botando a língua na sua orelha". (SANTIAGO; GOMES, 2018)⁴⁹.

Ainda que o pai de Spartakus não tenha sido presente em sua criação, é ele que se apresenta como guardião da masculinidade (BOURDIEU, 2012), defendendo a virilidade, cobrando-a do filho. Há uma delimitação estabelecida da heterossexualidade do comportamento do macho viril que se reveste de outros elementos, além de se relacionar sexualmente exclusivamente com mulheres. O contato físico, lido como sexual, com outro garoto, ainda que heterossexual, é interpretado como "virar viado", uma traição à virilidade masculina. O pai, então, se apresenta para comunicar esses limites territoriais (SACK, 2013) ao filho adolescente.

[Murilo]: Já com a minha mãe foi um pouco ruim no começo, porque não fui eu que contei pra ela. Eu tinha conversado com um primo, porque era uma pessoa ali da família com quem eu achava que podia compartilhar, eu confiava muito nele, porque a gente tinha crescido junto; só que ele deu uma surtada, acho, e a história da nossa amizade de infância não deu em muita coisa nessa hora [...]. Então ele falou com um tio meu sobre aquilo, e esse tio, muito preocupado com a reação que meu pai teria, foi conversar com a minha mãe em vez de vir falar comigo. Aí foi uma *bad*, porque minha mãe nunca soube por mim e ficou muito magoada (ARAÚJO; GOMES, 2017)⁵⁰.

Novamente, vemos duas figuras masculinas que se apresentam como uma espécie de guardiões da masculinidade (BOURDIEU, 2012). O primo e o tio de Murilo agem pelas suas costas – no caso do primo, em uma quebra de confiança – por "preocupação" pelo fato de Murilo ser gay. Não uma preocupação com sua segurança devido à violência homofóbica comum no Brasil – e só recentemente criminalizada – desde a colonização (TREVISAN, 2018), mas uma preocupação com esse território da masculinidade viril heterossexual (e cisgênera) que precisa ser defendida. Essa defesa territorial da parte desses familiares homens, inclusive, é um dos elementos que dificulta, ainda mais, a receptividade da mãe de Murilo à sexualidade do filho. Além disso, a ação do primo e do tio impediu Murilo de conversar com sua mãe, romper o silêncio, falar pela primeira vez de sua sexualidade – quase recém "descoberta" – em seus próprios termos e a partir de sua iniciativa.

Spartakus, por sua vez, teve sua chance de conversar com sua referência materna:

[Spartakus]: Minha tia me criou – minha tia é como se fosse minha mãe, porque minha mãe não me criou [...] –, e minha tia sempre foi a pessoa que me deu amor no mundo, essa pessoa maravilhosa que eu amo. Era Natal, e a gente tinha preparado

49 (GOMES, 2020, p. 181).

50 (GOMES, 2020, p. 164).

uma ceia. Fui levar a minha tia embora, a casa dela era perto da minha. [...] Eu senti que minha tia me amava, então quando chegamos ao portão da casa dele, eu falei: "Tia, quero te contar uma coisa, não sei como você vai lidar com isso, mas queria te falar – eu sou gay". [...]

Ela lidou super bem com isso, pelo menos foi a impressão que me passou, e isso é o mais importante. (SANTIAGO; GOMES, 2018)⁵¹.

Nesse caso, a saída do armário em relação à mãe é relatada como relativamente tranquila, em uma conversa que fortaleceu um laço de amor e confiança de Spartakus com a tia/mãe, que inclusive rompe com suas expectativas sobre esse momento desde o início da vida, sobre o medo de ser rejeitado ou expulso de casa.

Ao avançar em seu relato, Murilo descreve a melhora no relacionamento com a mãe e, em seguida, conta sobre sua relação com o pai – de quem o tio dizia temer a reação:

Mas hoje a relação com ela é muito tranquila, muito gostosa [...]. Com meu pai tem sido um processo constante de crescimento, que, inclusive, está andando muito mais rápido do que eu imaginava. Ele continua sem querer saber muito da minha vida, mas a gente vem conseguindo ter conversas cada vez mais abertas, e é um constante exercício de calma e de paciência para poder provocar uma coisa ali, falar outra aqui etc. (ARAÚJO; GOMES, 2018)⁵².

A indicação de Murilo sobre o "processo constante" com o pai, reflete algo frequentemente dito pelo movimento social LGBT em relação às famílias de que quando o filho sai do armário, a família entra. Há um esforço de Murilo e de seu pai nesse processo de saída do armário, que aqui se mostra de maneira marcadamente coletiva. Se Murilo teve seu próprio processo de "descoberta" e aceitação de sua identidade, seu pai demonstra um movimento similar, porém em terceira pessoa. Também a demonstração de surpresa de Murilo ao dizer que "está andando mais rápido do que ele imaginava", indica que talvez ele também temesse muito a reação do pai e se surpreende positivamente com ele. A indicação de que o pai de Murilo "continua sem querer saber muito" da vida dele não demonstra um descaso ou ausência do pai – como no caso do relato de Spartakus –, representando mais uma evidência do silenciamento imposto aos corpos LGBT e suas vivências, entendidas como proibidas e motivo de segredo (TREVISAN, 2018), ficando trancadas no armário.

51 (GOMES, 2020, p. 183).

52 (GOMES, 2020, p. 165).

Considerações finais

Os depoimentos de Murilo e Spartakus ao *Guardei no Armário* permitem observar diferentes territorialidades que atravessam as vivências de corpos bichas (LUCAS LIMA, 2017), subalternizados, em suas vivências atravessadas e limitadas por violências – sejam diretas ou estruturais. Sistemáticamente silenciados desde o lar da infância e adolescência, tendo seu acesso negado a essa área (SACK, 2013) da sexualidade, do afeto, para além de uma norma heterossexual e cisgênera fechada que não os contempla, como a tantos outros corpos possíveis.

Para esses dois sujeitos, a multiterritorialidade tornou-se uma possibilidade de permitir-se, de se abrir ao devir (RAGO, 2013) a partir do distanciamento do território familiar da infância e da adolescência e do contato com outras existências possíveis que os afetam, nas quais se reconhecem (BORGES, 2020). Nesse encontro de múltiplas territorialidades e de múltiplas subjetividades, Murilo e Spartakus encontram um caminho de tornar-se sujeito, sujeito desejante, de descolonização do desejo e de si (KILOMBA, 2019).

Esse processo de subjetivação não se dá sem ser atravessado por riscos e enfrentamento a violências, potencializados ao sair do armário publicamente e expor processos tão íntimos no espaço da internet, no YouTube. No entanto, é ao serem enunciadas publicamente que essas narrativas ganham potencial político, permitindo que outros sujeitos se identifiquem com elas, sejam afetados por elas.

Se Butler ressalta que “O chamado ‘mulher’, ‘judia’, ‘queer’, ‘preta’ ou ‘chicana’ pode ser ouvido ou interpelado como afirmação ou insulto, dependendo do contexto em que ocorre” (2017, p. 103), pode-se inferir que “bicha” – e aqui, mais marcadamente bicha preta – é um termo passível de resignificação a partir dessas narrativas de saída do armário analisadas, deixa de ser um insulto⁵³ baseado em uma concepção reducionista de masculinidade para ser motivo de orgulho, cuja interpelação pode gerar uma potencial reconfiguração pelo imaginário. A exposição do medo, da ansiedade, das inseguranças diante do processo de libertação do armário visibiliza não apenas os riscos, mas também desafia a masculinidade hegemônica, na construção coletiva de masculinidades em que também cabem vulnerabilidades, demonstrações de afeto e coragem de ir na contramão da heteronormatividade.

Sair do armário dá conta de um processo subjetivo que é coletivo, que ultrapassa a ideia de individualidade. As narrativas aqui observadas nascem no encontro intersubjetivo, bem como a subjetivação da qual falam não se dá apenas “em si”. No *Guardei no Armário*, as narrativas se apresentam multiterritoriais, interseccionais e, sobretudo, coletivas.

53 É claro que o termo ainda pode ser utilizado, como frequentemente é, com a intenção de ofender, ferir, marcar como inferior. A resignificação está, aqui, ligada a um reposicionamento do sujeito em relação ao termo, que faz parte da “descolonização do eu” descrita por Grada Kilomba (2019).

Referências

- ARAÚJO, Murilo; GOMES, Samuel. Como saí do armário? Com Murilo Araújo | Muro Pequeno – EP02 da 2ª temporada. [S. l., s. n.], 29 jun. 2017. 1 vídeo (13min 23s). Publicado pelo canal Guardei no Armário. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=O5EEKa9B_p8. Acesso em: 21 jun. 2021.
- BORGES, Rosane. Traduções – Ep. 9: Rosane Borges. [S. l., s. n.], 4 ago. 2020. 1 vídeo (1h 13min 55s). Publicado pelo canal jornalismo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vUTsB6cVZWQ>. Acesso em: 20 jun. 2021.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- BUTLER, Judith. **A Vida psíquica do poder**: teorias da sujeição. Trad. Rogério Bettoni. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. Selo Negro, 2011.
- CONNELL, Robert. Políticas da masculinidade. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, p. 185-206, 1995.
- CUSTÓDIO, Tulio. Opinião: Ser homem e negro é um rascunho inconcluso e constante. In: **HuffPost Brasil**. [S. l.], 27 jan. 2017. Disponível em: https://www.huffpostbrasil.com/tulio-custodio/ser-homem-e-negro-e-um-rascunho-inconcluso-e-constante_b_9829946.html?guccounter=1. Acesso em: 20 jun. 2021.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: SciELO-EDUFBA, 2008.
- FRAGOSO, Suely; REBS, Rebeca R.; BARTH, Daiani L. Territorialidades virtuais Identidade, posse e pertencimento em ambientes multiusuário online. **Revista MATRIZes**, ano 5, n. 1 jul./dez. São Paulo, 2011.
- GOMES, Samuel. **Guardei no armário**: trajetórias, vivências e a luta por respeito à diversidade racial, social, sexual e de gênero. São Paulo: Paralela, 2020.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje – Anuário de Antropologia, Política e Sociologia**. 1984.
- GROSSI, Miriam Pillar. Masculinidades: uma revisão teórica. **Antropologia em Primeira Mão**, 75, 1-37, 2004. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1265/masculinidades.pdf?sequence=1>. Acesso em: 1º mar. 2020.
- GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica**: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1996.
- hooks, bell. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.
- hooks, bell. **Olhares negros**: raça e representação. São Paulo: Elefante, 2019.
- KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- LUCAS LIMA, Carlos Henrique. **Linguagens Pajubeyras**: Re(ex)istência cultural e subversão da heteronormatividade. Salvador. Editora Devires, 2017.
- PEREIRA, Pedro Augusto; COÊLHO, Tamires Ferreira. Escrita coletiva, subjetivação e esperança em narrativas bichas no YouTube. **Revista Linguagem em (Re)vista**, vol. 15, n.30 ago./dez. Niterói, 2020.
- RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2013.
- RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo: Sueli Carneiro. Pólen, 2019.

SACK, Robert David. O significado de territorialidade. In: DIAS, Leila Cristina; FERRARI, Maristela (org.). **Territorialidades humanas e redes sociais**. Florianópolis: Insular, 2013. p. 63-89.

SANTIAGO, Spartakus; GOMES, Samuel. #YoutubeNegro2018: "O que eu fiz pra parecer 'viado'?" – Spartakus. [S. l.; s. n.], 17 nov. 2018. 1 vídeo (18min 32s). Publicado pelo canal Guardei no Armário. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qGtmJJGAokk>. Acesso em: 21 jun. 2021.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

CAPÍTULO 7

Gênero e eleições: análise dos planos de governo dos candidatos à prefeitura de Cuiabá nas eleições de 2020

Giordano de Arruda Tomaselli

Vitória Fernanda de Sousa Tumelero

Tamires Ferreira Coêlho

Nealla Valentim Machado

Planos de governo são um conjunto de propostas e ideias que cada candidatura reúne para apresentar formalmente à sociedade como pretende governar caso seja eleita. De acordo com o Art. 11º da Lei nº 9.504 de 1997 (BRASIL, 1997), cada coligação é obrigada a apresentar, junto à Justiça Eleitoral, sua plataforma ou plano de governo, juntamente com o seu requerimento de registro de candidatura em uma via impressa e outra digitalizada, para que assim possam disputar o pleito.

O plano de governo pode ser considerado um produto comunicacional importante nos processos eleitorais, uma vez que é fruto de debates nas convenções dos partidos, tendo como público um eleitorado a ser convencido, que, junto à imprensa, coloca o plano em xeque durante debates no período de campanha. Conforme Castro (2010), podemos considerar também o plano de governo como pontapé inicial de políticas públicas, uma vez que, após eleitos, candidatos se comprometem e muitas vezes seguem o que foi proposto nesses documentos durante as campanhas. Se partirmos de Bucci (2002), para quem políticas públicas são "metas coletivas conscientes", podemos perceber que a falta de sensibilidade às desigualdades de gênero nos planos de governo e, portanto, nas políticas públicas desde sua origem, são um problema para a transformação social e para a desconstrução de estruturas enraizadas no patriarcado e na misoginia.

Analisar os planos de governo é importante não só para o público conhecer melhor as propostas dos candidatos para os cargos concorridos, e assim definirem a escolha de voto, mas para nós, como pesquisadores, compreendermos quais são as pautas consideradas prioritárias de cada

candidatura, e como essa escolha se apresenta enquanto reflexo das ideologias de respectivos grupos políticos. Delimitamos nossa pesquisa para os planos dos quatro primeiros colocados nas principais pesquisas de opinião antes do primeiro turno das eleições municipais da cidade de Cuiabá de 2020, vistos abaixo (Quadro 1) em ordem alfabética.

Tabela 2 – Quatro primeiros colocados à prefeitura de Cuiabá, por ordem alfabética.

Nome na urna	Nº	Situação	Sigla	Coligação
ABÍLIO	19	Deferido	PODE	CUIABÁ PARA PESSOAS
EMANUEL PINHEIRO	15	Deferido	MDB	A MUDANÇA MERECE CONTINUAR
GISELA SIMONA	90	Deferido c/ recurso	PROS	MÃOS LIMPAS E UNIDAS POR CUIABÁ
ROBERTO FRANÇA	51	Deferido	PATRIOTA	TODOS POR CUIABÁ

Fonte: TSE

Assim, analisaremos os planos de governo, pautados pelas teorias de gênero trazidas por Carla Akotirene (2019), Luis Felipe Miguel e Flávia Biroli (2014) e Donna Haraway (2004), sobre como as proposições relacionadas às mulheres são abordadas em cada plano, se estas são propostas efetivamente buscando igualdade/equidade de gênero ou se são apenas voltadas para medidas que venham a reforçar papéis sociais que se esperam das mulheres em uma sociedade machista e patriarcal.

Desigualdades de gênero

O conceito de gênero ainda é amplamente discutido pois não existe um em específico e sim definições que variam entre os autores, embora segundo Haraway (2004), todos os significados modernos de gênero se enraízam na observação de Simone de Beauvoir de que “não se nasce mulher” e nas condições sociais do pós-guerra que possibilitaram a construção das mulheres como um coletivo histórico, sujeito em processo.

Já Biroli (2014) traz que gênero é a organização social da diferença sexual, é o conhecimento que estabelece sentidos para as diferenças físicas. Por esse olhar, “gênero não é uma identidade”, mas uma “posição social e atributo das estruturas sociais” (2014, p. 49). Além disso, a conceituação de gênero se separou da conceituação de sexo, com o primeiro termo se referindo à construção social e o segundo, ao fenômeno biológico (MIGUEL, 2014, p. 80). A distinção entre esses dois termos se mostra importante para salientar que os fatores biológicos não colocam em desvantagem ou determinam o destino social de mulheres, pois essa desvantagem ou determinação é cultural, e não biológica (CAMPOS, 2017, p. 40).

Ao termos ciência destas linhas de pensamento, podemos perceber, segundo Soares (2004 apud CAMPOS, 2017), o modo como “a sociedade designa a homens e mulheres diferentes papéis, direitos e oportunidades de acordo com seu sexo biológico” e isso ocorre por meio de “pressões, constrangimentos e expectativas sociais, os tornando sujeitos a valores histórico e

socialmente construídos em relações de hierarquia e antagonismo" (apud CAMPOS, 2017, p. 40). Ainda segundo Campos (2017), estabelecer essa distinção foi um avanço no sentido de destacar as possibilidades de mudança social, pois, algo socialmente construído pode ser desconstruído e transformado.

A consciência sobre essas estruturas e paradigmas que recaem sobre o gênero feminino, que causam uma profunda e enraizada desigualdade de gênero que se alonga há séculos na sociedade, leva, ao longo do século XX, ao surgimento de movimentos sociais pelos direitos das mulheres, denominados como movimentos feministas. Com o passar do tempo, esse movimento não buscava mais apenas o ideal de emancipação política para uma igualdade social como os primeiros grupos, "mas, enfatizava, sobretudo, a busca por transformações culturais e o reconhecimento das especificidades do ser mulher em uma sociedade que privilegia atitudes e práticas masculinas" (CAMPOS, 2017, p. 44).

O fortalecimento desses movimentos e a percepção de que existe uma profunda e complexa desigualdade de gêneros em nosso modelo de sociedade foi essencial para que as questões envolvendo gênero e as mulheres fossem trazidas a público, fazendo do tema questão importante no debate público e fator decisivo que pode ser levado em conta por muitas pessoas na hora do voto.

Metodologia

Para realizarmos uma análise em que consigamos chegar ao nosso objetivo central, que é o de perceber como os candidatos enxergam as questões de gênero, através de seus planos de governo, contemplando (ou não) um eleitorado feminino com quem é preciso dialogar, e como estas questões diferem de um plano para outro, adotamos como método a análise de conteúdo (AC), segundo Bardin (2011). Elaboramos e classificamos categorias de análise, inspirados no trabalho de Carlomagno e Rocha (2016), que fossem as mais coerentes possíveis quanto ao nosso objetivo. Usamos aqui como base o artigo elaborado por Duarte (2019) onde ele, fazendo uma análise dos planos de governo dos presidencialistas quanto à reforma agrária, elaborou categorias de análise e uma pontuação metodológica para cada uma delas.

Trabalharemos com características e com a qualidade dos conteúdos, de modo a focar numericamente em termos, construções e referências nos textos. Segundo Kaplan e Goldsen (1982 apud CARLOMAGNO; ROCHA, 2016, p. 177), "uma característica que distingue a análise de conteúdo das outras técnicas descritivas das comunicações é o seu aspecto quantitativo".

As categorias aqui propostas foram elaboradas pelos autores e têm como objetivo ajudar em uma análise mais concisa dos planos de governo pesquisados, observando o desempenho de cada um em cada tópico específico de forma menos parcial e mais coerente possível.

Quanto à pontuação das categorias de análise, disposta abaixo no Quadro 2, também foi estipulada pelos autores, tendo em vista o peso e importância de cada tema para o objetivo central do capítulo e para que, ao final, se possa comparar os planos de governo e verificar se as mulheres são contempladas pelos projetos, se fatores como raça e classe social influenciaram de alguma forma na construção destes e se vulnerabilidades sociais são contempladas.

Tabela 3 – Categorias de análise e pontuação

O plano dispõe de algum eixo direcionado à mulher?	0,5
Há algum recorte interseccional citando especificamente que a proposta é voltada para mulheres mais desfavorecidas economicamente ou mulheres negras?	1,5
Há propostas diretas voltadas à promoção da igualdade de gênero?	1,0
Há alguma proposta direcionada ao combate da violência contra a mulher ou ao amparo da mulher transexual?	1,0
Existem propostas que fomentem a independência financeira das mulheres?	0,5
O plano carrega consigo a reprodução de algum tipo de estereótipo de gênero?	-1,0
Ausência de propostas em cada uma das categorias citadas	-0,5

Fonte: Elaborado pelos autores.

Além de ter a maioria do eleitorado feminino, a cidade de Cuiabá, segundo mostrou o último censo do IBGE (2010), tem também as mulheres como a maioria da população total. Tendo em mente esses dados e as questões impostas pelas opressões de gênero, delimitamos como primeira categoria encontrar ou não, um eixo nos planos direcionado especificamente às mulheres.

Nos planos dos candidatos Emanuel Pinheiro e Roberto França esse eixo não foi encontrado. Já no plano do candidato Abílio, há um tópico intitulado "Igualdade de Gênero" situado no eixo 6, que se chama "Direitos humanos, criança, redução das desigualdades e comunidades", que, como o nome já deixa evidente, abrange também esses outros temas. Portanto, não sendo um eixo específico direcionado às mulheres, ele não será considerado aqui. A candidata Gisela Simona foi a única que atendeu a esta categoria.

Gisela, a princípio, propõe em seu plano de governo seis pilares de sustentação para sua gestão, em que o quarto é denominado "Política de Valorização da Mulher e Combate à Violência contra as Mulheres e de Inclusão no Mercado de Trabalho" e possui oito propostas com foco total nas mulheres, que, no Brasil, segundo Biroli e Miguel (2014, p. 10), possuem rendimento médio mensal quase 50% menor do rendimento dos homens e sofrem com a violência doméstica e sexual ainda alta, mesmo com os avanços na legislação para punição aos agressores.

Propostas para mulheres economicamente desfavorecidas ou negras

Ainda segundo o censo demográfico do IBGE (2010), dentre as mulheres cuiabanas, a maioria se identifica como negra, de cor preta ou parda, somando 65%. Além de já sofrerem opressões pelo gênero, recaem sobre essas mulheres também as opressões de raça e, na maioria das vezes, também as de classe. Para termos uma ideia da dimensão dos efeitos de como essa interseccionalidade age, é preciso termos em mente que, para a mulher negra, sempre foi mais difícil a inserção no mercado de trabalho. A professora Viviane Gonçalves Freitas, parafraseando Lélia Gonzalez em uma live no YouTube (PPGCOM-UFMT, 2020), pontua que, para a mulher negra, sempre foram destinadas profissões em que ela estivesse “escondida”, sendo a cozinheira, faxineira e demais atividades sem contato público, e que, quando conseguia algum emprego em que havia esse contato, só conseguia aquela mulher negra que podia “se passar por branca”, com o cabelo alisado. Reduzidas então a empregos domésticos, geralmente com salários desvalorizados, as mulheres negras acabam sendo posicionadas na base da cadeia produtiva.

Entendendo então a importância da questão da interseccionalidade na nossa sociedade, onde segundo Akotirene (2019, p. 14), “mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais”, procuramos a existência de menção de propostas diretamente voltadas a mulheres negras e em situação de dificuldades econômicas. No plano do candidato Abílio há pelo menos duas citações diretas para essa problemática. No eixo “erradicação da pobreza” ele traz a “redução, de pelo menos à metade, da proporção de homens, mulheres e crianças de todas as idades que vivem na pobreza”. É importante aqui citarmos que, embora ele mencione essa questão, ela é abrangente e não foi pensada para atender especificamente as mulheres, além de não haver explicação de como isso será resolvido. Depois, no eixo “Saneamento”, ele traz “Alcançar o acesso ao saneamento e à higiene, adequados e equitativos para todos, com especial atenção para as necessidades das mulheres, meninas e daqueles em situação de vulnerabilidade”. Tendo em mente que, quando assunto é cobertura dos serviços de saneamento básico no Brasil, quem mais sofre diretamente com esse problema é quem está em situação de pobreza (SAIANI; TONETO JUNIOR; DOURADO, 2013), decidimos incluí-la nesta categoria.

Nos planos dos candidatos Emanuel Pinheiro e Roberto França, nenhuma proposta no sentido de diminuir a desigualdade econômica e racial levando em conta as questões de gênero foi encontrada. Em um dos pontos trazidos por França, o político apenas cita que pretende “fortalecer a área de ação social com recursos financeiros e humanos para atender a população mais carente”, nisso, inclui cidadãos em situação de rua, mulheres, idosos e jovens.

Já Gisela Simona trata sobre as duas vertentes, pois, possui um projeto sobre a implantação de um programa de microcrédito de até R\$ 5.000,00, com menor taxa de juros do mercado ao ano, para mulheres chefes de família, desempregadas e autônomas. Ademais, a candidata também garante apoio aos trabalhos desenvolvidos pelo Fórum de Mulheres Negras de Mato Grosso e o Instituto de Mulheres Negras, coletivos que mobilizam mulheres negras e discutem, articulam e propõem políticas públicas de enfrentamento ao preconceito racial. Ressalta-se que a ausência de articulação entre raça, classe e gênero no movimento feminista já contribuiu para a invisibilidade do cenário de violência contra as mulheres negras, uma vez que tratavam a mulher de forma universal e, por conta disso, o Estado formulava suas políticas públicas a partir destas concepções (AKOTIRENE, 2019).

Propostas diretas voltadas à promoção da igualdade de gênero

Como já introduzido anteriormente, todo o sistema patriarcal da nossa sociedade e os paradigmas preexistentes agem simultaneamente sobre a força de trabalho feminina (BIROLI, 2014). Pontuamos que, apesar dos muitos avanços na construção e no debate sobre igualdade de gênero nos últimos anos, em que a inserção da mulher no mercado de trabalho buscou essa igualdade, não foram levados em conta outros aspectos como a redivisão das tarefas domésticas, que agora causam à mulher uma dupla ou até tripla jornada de trabalho. Biroli, ao referenciar a obra de Nancy Folbre, *"Who pays for the kids"*, explica que

[...] a divisão sexual do trabalho e a invisibilização do trabalho não remunerado realizado pelas mulheres na esfera doméstica e familiar obscurecem "uma dimensão importante da desigualdade de gênero" e enfraquecem "o poder de barganha das mulheres individualmente". As muitas transformações ocorridas nas últimas décadas, com a maior profissionalização e a entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho em diversos ramos de atividade, não seriam de fato acompanhadas pela redivisão das tarefas domésticas. (2014, p. 59).

Além disso, em uma sociedade dominada pelos homens, onde as mulheres precisam lutar diariamente contra as formas de opressão patriarcal, Miguel (2014, p. 102) destaca ainda que:

[...] a posição das mulheres não é apenas "diferente" da dos homens. É uma posição social marcada pela subalternidade. Mulheres possuem menos acesso às posições de poder e de controle dos bens materiais. Estão mais sujeitas à violência e à humilhação. O feminino transita na sociedade como inferior, frágil, pouco racional; é o "outro" do universal masculino, como a reflexão feminista aponta desde Simone de Beauvoir. A ruptura com esse estatuto subalterno exige a revisão dos privilégios masculinos. Ainda que muitos homens sejam solidários às demandas feministas – e ainda mais mulheres ocupem a posição de guardiãs da dominação masculina –, há um conflito entre a emancipação delas e a manutenção do papel social privilegiado deles.

Percebendo a complexidade dos caminhos para reduzir essa desigualdade, o nosso olhar se dá então sobre as propostas diretamente voltadas à promoção da igualdade de gênero nos planos de governo dos candidatos à prefeitura em Cuiabá, evidenciando uma discrepância nas abordagens. No plano do atual prefeito e candidato à reeleição, Emanuel Pinheiro, a única proposta citada é o apoio à equidade de gênero em empreendimentos rurais, situadas no eixo sobre “Pequeno produtor”.

No plano de Abílio, há um tópico exclusivamente destinado a medidas de igualdade de gênero, situado no eixo sobre “Direitos humanos, criança, redução das desigualdades e comunidades”, além de, na apresentação, trazer o tópico “Justiça e equidade”, onde cita que “não pode haver desenvolvimento sustentável sem igualdade de gênero”. No tópico sobre igualdade de gênero, onde discorre um pouco mais sobre o assunto, as medidas que ele apresenta para promover essa igualdade são: adotar medidas para mitigar a discriminação pelo gênero, criação de uma política para reduzir todas as formas de violência de gênero na esfera pública, “promover a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política e pública” e implantar políticas sólidas e uma legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e empoderamento de meninas e mulheres em todos os níveis.

Gisela Simona, em seu plano de governo, não possui um tópico específico para tratar sobre propostas voltadas diretamente à promoção da igualdade de gênero, no entanto, no eixo “Educação Tecnológica e Humanizada”, a candidata propõe a criação de um programa escolar com intuito de desconstruir preconceitos em relações étnico-raciais, relações de gênero e machismo, cultura e história regional. Além disso, no eixo direcionado à “Assistência Social”, Gisela cita, de forma vaga, a criação de políticas de combate à violência racial, de gênero, orientação sexual e intolerância religiosa em Cuiabá.

O candidato Roberto França, por sua vez, não dedica nenhuma proposta em seu plano de governo ao combate à desigualdade de gênero, constatando-se que não há preocupação do político em amenizar situações como o machismo e a desigualdade salarial sofrida por mulheres na capital.

Combate à violência contra a mulher e amparo à mulher transexual

Segundo um estudo divulgado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública em 2020 e trazido pelo G1⁵⁴, o número de casos de feminicídio em Mato Grosso aumentou 150% nos meses de março e abril, em comparação com o mesmo período de 2019. O mesmo estudo mostra também que houve uma diminuição das denúncias de violência doméstica nesses mesmos meses em relação a março e abril de 2019, um número, porém, não confiável pois, devido ao isolamento social, muitas ficaram confinadas com seus agressores, o que pode ter gerado dificuldades em registrar denúncias.

54 Feminicídio aumenta em 150% em MT durante pandemia da Covid-19. Disponível em: <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2020/06/02/feminicidio-aumenta-em-150percent-em-mt-durante-pandemia-da-covid-19.ghtml>. Acesso em: 05 dez. 2020.

A candidata Gisela Simona mostra em seu plano de governo a importância de proteger e, muito além disso, amparar mulheres que foram vítimas de violência doméstica. A primeira proposta aparece no eixo “Saúde Pública de Verdade”, especificamente no tópico “Atenção Terciária”, onde a chapa propõe transformar o antigo Pronto-Socorro de Cuiabá em um Hospital da Mulher, especializado no atendimento da saúde da mulher, materno-infantil e Centro de Referência para Atendimento de Violência contra a Mulher. Já no quarto eixo, destinado especificamente ao combate à violência doméstica, Gisela traz a ideia de implantar uma rede de enfrentamento em cooperação com Barra do Garças (na divisa com Goiás), pelo fato de o município ser referência no assunto e ter registrado apenas um caso de feminicídio nos últimos cinco anos⁵⁵.

A candidata também traz em seu plano a construção de um programa de qualificação de mulheres para o mercado de trabalho, com foco nas mulheres vítimas de violência; a ampliação da Casa de Amparo de mulheres vítimas de violência, com maior segurança; além de um projeto de combate à violência doméstica, com capacitação profissional de mulheres residentes nas áreas de maior incidência de criminalidade, para mediação e resolução de conflitos em bairros com maior vulnerabilidade. Por último, no eixo “Habitação de Interesse Social”, Simona discorre sobre uma parceria com o governo federal para a construção de 5.000 (cinco mil) unidades residenciais em quatro anos, com o objetivo de atender preferencialmente mulheres vítimas de violência e chefes de família.

Entretanto, mesmo com os números alarmantes citados no início da categoria, o combate à violência doméstica parece ter passado batido nos planos de governo dos outros candidatos. O plano do candidato Emanuel Pinheiro traz uma única menção à violência doméstica, porém se trata de uma ação já realizada na área de Assistência Social. Outro plano onde é feita somente uma menção a essa problemática é o de Abílio, onde há um trecho em que propõe criar uma política que reduza todas as formas de violência contra todas as “mulheres e meninas” na esfera pública, mas não menciona que política seria essa. O plano de Roberto França não faz nenhuma menção ao tema, em nenhum dos eixos propostos pelo candidato.

É importante ressaltar que em nenhum dos planos de governo analisados o termo feminicídio foi citado. Quando observamos a situação de mulheres transexuais, não há qualquer menção em nenhum deles. Segundo dados divulgados pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (2019), no ano de 2019, Mato Grosso foi o segundo estado com maior taxa de assassinatos de pessoas transexuais e travestis⁵⁶. Isso significa que 7,52 pessoas trans foram mortas a cada 100 mil habitantes no estado. O fato de nenhum dos planos analisados destinar propostas para as

55 Dado trazido na matéria “Em 5 anos um caso de feminicídio é registrado em Barra do Garças (MT) e queda é atribuída a programa de proteção e combate à violência”. Disponível em: <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2019/06/07/em-5-anos-um-caso-de-feminicidio-e-registrado-em-barra-do-garcas-mt-e-queda-e-atribuida-a-programa-de-protecao-e-combate-a-violencia.ghtml>. Acesso em: 05 dez. 2020.

56 Dado apontado na matéria “Mato Grosso é o 2º estado com mais mortes de pessoas trans”. Disponível em: <https://www.gazetadigital.com.br/editorias/policia/mato-grosso-o-2-estado-com-mais-mortes-de-pessoas-trans/605774>. Acesso em: 05 dez. 2020.

mulheres transexuais e travestis reforça desigualdades políticas, sociais e econômicas entre os gêneros, principalmente em espaços públicos de poder. Visto que o plano de nenhum dos candidatos atendeu inteiramente essas questões, ninguém pontuou nesta categoria.

Independência financeira das mulheres

A dependência financeira da mulher em relação ao marido e, antes dele, ao pai, pode expor mulheres a situações de vulnerabilidade e submissão. Segundo Biroli (2014), existe uma série de desvantagens sociais que se associam ao fato de as mulheres assumirem as responsabilidades nas esferas familiar e doméstica, nos arranjos convencionais. Com essas responsabilidades, passam a procurar empregos com menor carga horária, menos remunerados, tornando a situação dessas mulheres de maior vulnerabilidade, pois "há, assim, risco crescente de exposição à pobreza e às formas de vulnerabilidade que decorrem da dependência dos recursos materiais provenientes do trabalho remunerado do marido e/ou de outros homens" (BIROLI, 2014, p. 58). Desta forma, observa-se que a independência financeira das mulheres está diretamente ligada ao combate à violência doméstica, de modo que a autonomia econômica proporciona maiores oportunidades para que as mulheres que necessitam financeiramente de seus companheiros sejam capazes de se livrar de abusos psicológicos e físicos devido à dependência. Apesar dessa situação de submissão e vulnerabilidade ainda ser a realidade de muitas mulheres, nos planos de Abilio, Emanuel Pinheiro e Roberto França não há nenhuma proposta ou menção que vise fomentar a independência financeira delas.

No eixo do plano de Gisela Simona destinado às mulheres há um projeto de implantação de microcrédito, como citado anteriormente, juntamente com a proposta de construção de um programa de qualificação de mulheres para o mercado de trabalho. Posteriormente, no eixo "Agricultura Familiar, Feiras Livres e Geração de Emprego", a candidata trata sobre uma ideia que visa "oferecer cursos pela prefeitura de geração de emprego e renda para a mulher trabalhadora, na produção de artesanatos e doces". Segundo Biroli (2014), a inserção na esfera pública através da inserção no mundo do trabalho além do doméstico é considerado por muitas um bem, porém, como traz hooks, "para as mulheres da classe trabalhadora que ganham muitas vezes menos do que o salário mínimo e recebem poucos benefícios, quando os recebem, [a inserção no mercado de trabalho] significa a continuidade da exploração de classe" (2000, p. 61 apud BIROLI, 2014, p. 38).

Reprodução de estereótipos de gênero

A ideia de criar uma categoria para tratar sobre os estereótipos de gênero parte do pressuposto de que as propostas para mulheres são relacionadas, muitas vezes, somente à maternidade, a questões reprodutivas, de controle da sexualidade e reprodução da divisão sexual do trabalho, reforçando papéis atribuídos a elas e limitando sua autonomia (BIROLI, 2014).

Ao contrário das demais categorias, nesta, os candidatos que cumprem o requisito determinado são negativados, devido ao fato de a reprodução de estereótipos de gênero não ser algo positivo. Analisando então os planos, o do candidato Abílio não traz, em nenhuma das propostas e discussões, estereótipos de gênero evidentes nas medidas citadas no documento.

Já uma das propostas trazidas no plano do candidato Emanuel Pinheiro apresenta um estereótipo de gênero sutil e bastante comum. No eixo Educação, uma das propostas é que o número de unidades de creches e escolas que funcionam em horário estendido seja ampliado caso ele vença. Porém, logo no início da proposta, o texto começa com "A fim de atender a mulher que trabalha fora de casa". Sabemos que isso pode refletir uma realidade de milhares de famílias brasileiras em que a mulher está sozinha na tarefa de cuidar dos filhos e, muitas vezes, fica impedida de assumir uma vaga de emprego por não poder deixar os filhos sozinhos, pois não recebem do Estado uma creche ou uma escola com período integral, por exemplo. No entanto, é problemático que um plano de governo naturalize essa situação.

Miguel (2014) afirma que, apesar de parte do feminismo rejeitar a relação determinista entre a mulher e a opressão biológica, que envolve gravidez, parto e amamentação, essas questões não devem ser anuladas, principalmente sobre as creches, "já que, nas nossas sociedades, as mulheres são as principais responsáveis pelo cuidado com os filhos e a ausência desse tipo de serviço é um obstáculo, por vezes intransponível, para a participação política, a escolarização ou o ingresso no mercado de trabalho" (MIGUEL, 2014, p. 66). Entretanto, afirmar que essa proposta irá atender somente a mulher, é reforçar o estereótipo de que apenas ela tem a função de cuidar dos filhos e não cabe ao homem se responsabilizar por essa função. Logo em seguida, quando fala sobre o horário das creches, cita especificamente as mães como únicas afetadas e mais uma vez deixa de utilizar o termo "pais". Isso tudo contribui para reforçar papéis sociais que se esperam das mulheres na nossa sociedade, que ainda é machista e patriarcal, a quem sempre é designado o trabalho do cuidado⁵⁷.

Já no plano de Gisela, as propostas relacionadas à construção e à extensão do horário de creches são descritas como um benefício "para mães trabalhadoras", onde essa limitação também reforça estereótipos de gênero. Apesar de os projetos estarem situados no eixo "Educação Tecnológica Humanizada", a candidata ainda assim estabelece as creches e o cuidado dos filhos como uma função apenas da mulher.

No plano do candidato Roberto França não houve reprodução de estereótipos. No eixo "Desenvolvimento Libertador" há uma proposta que trata sobre a ampliação de vagas das creches,

57 Quando falamos de trabalho do cuidado, falamos do "trabalho não qualificado, mal pago, não reconhecido e que as mulheres normalmente não têm a opção de escolher fazê-lo ou não" (KERGOAT, 2016, p. 19). Geralmente doméstico, gera a elas duplas ou triplas jornadas de trabalho pela divisão sexual do trabalho existente. Algumas profissões, como a enfermagem por exemplo, são diretamente relacionadas com o trabalho de cuidar, fazendo com que sejam vistas como profissões femininas. Segundo a ONU Mulheres (2015), essa visão "influencia o valor nos salários entre os homens e as mulheres, desvalorizando profissões e carreiras ligadas ao cuidado".

no entanto, em nenhum momento as mulheres ou mães são citadas como único público-alvo do projeto.

Ausência das temáticas categorizadas

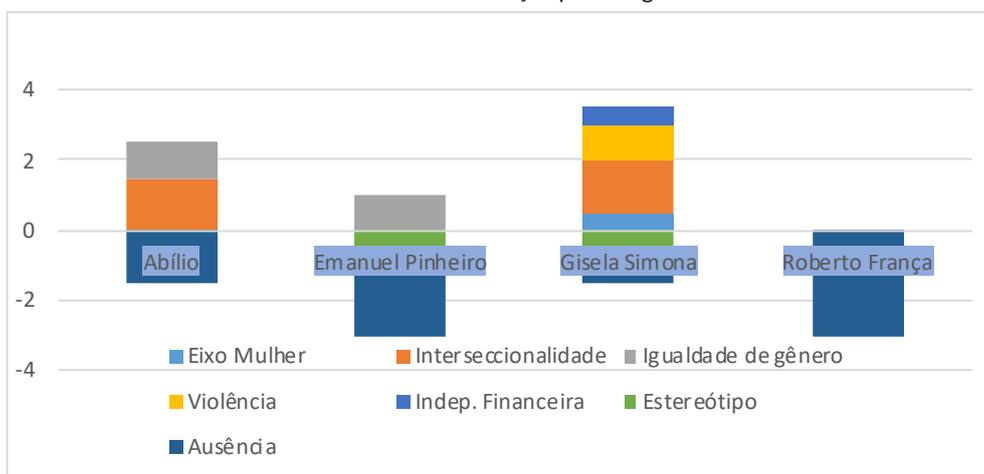
Ao elaborarmos as categorias de análise, decidimos que, além de não pontuar na determinada categoria em que não atender ao requisito proposto, o candidato também perderá -0,5 ponto em cada categoria de análise na qual se fizer ausente. A única exceção neste caso é a da categoria dos estereótipos de gênero, pois ela já possui uma pontuação negativa. Sendo assim, neste momento levaremos em conta somente as 5 primeiras categorias/perguntas de análise.

Conforme o estudo, o plano de governo do candidato Roberto França deixou de apresentar propostas em todas as questões de análise, resultando em uma perda total de 2,5 pontos. O candidato Emanuel Pinheiro pontuou em apenas uma categoria e teve pontuação negativa nas outras quatro, perdendo assim 2 pontos. Já Abílio foi negativado em três categorias, perdendo 1,5 nesta categoria. Por fim, Gisela Simona deixou de apresentar propostas em apenas uma categoria de análise e, portanto, foi a candidata que menos perdeu nesta categoria, com redução de 0,5.

Classificação dos planos de governo

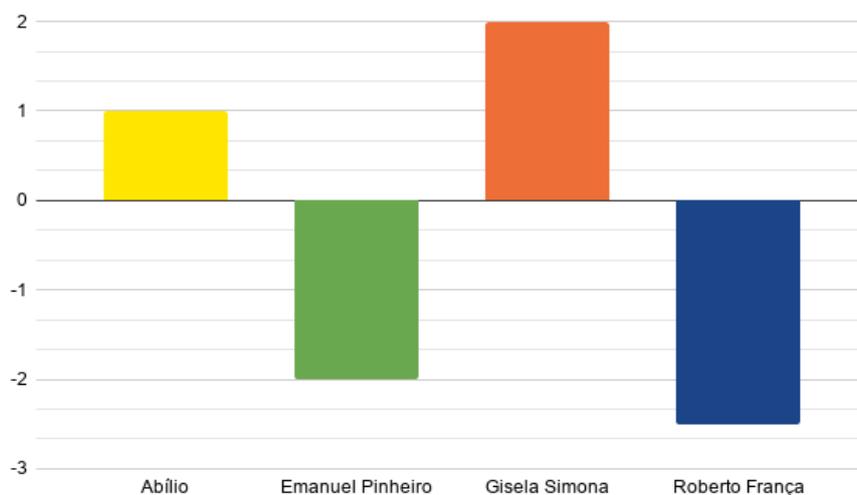
Gisela Simona pode ser considerada a candidata mais preocupada com as políticas públicas voltadas para as mulheres na análise, pois deixou de apresentar propostas em apenas uma categoria de análise e pontuou em outras cinco, sendo uma dessas negativa, resultando no total de 2 pontos. Ela e Abílio, com 1 ponto positivo, foram os únicos candidatos que não finalizaram com pontuação negativa na pesquisa, como mostra o resultado total no Gráfico 11 (a seguir). Emanuel Pinheiro e Roberto França, pelas diversas ausências nas categorias de análise, detalhadas no Gráfico 10 (a seguir) e, no caso de Emanuel, somadas à pontuação negativa por reproduzir estereótipo de gênero, fez com que ambos tivessem sua pontuação total negativa. Roberto França esteve ausente em todas as questões de análise, pontuando somente na categoria de ausência.

Gráfico 10 – Pontuação por categoria



Fonte: elaboração própria.

Gráfico 11 – Pontuação Total



Fonte: elaboração própria.

Considerações Finais

A partir da análise realizada neste capítulo, é possível concluir que, apesar das urgências evidentes que as mulheres de Cuiabá enfrentam — tanto pela falta de representantes mulheres na política, quanto pelas desigualdades e violências de gênero — nenhum dos candidatos à prefeitura parece enxergar ou compreender a necessidade de instituir políticas públicas voltadas para a população feminina. Por meio dos gráficos 1 e 2, percebe-se a precariedade de propostas nos planos de governo, pelo fato de os candidatos Emanuel Pinheiro e Roberto França terem sido negativados na tabela de pontuação, enquanto Abílio e Gisela Simona, embora tenham

conquistado pontuações positivas, também não tenham concedido espaço suficiente às mulheres em meio a seus projetos para o Poder Público, uma vez que pontuaram, respectivamente, um e dois pontos totais cada um.

Visto que, nos planos de Pinheiro e França, as mulheres são brevemente mencionadas e, no de Abílio, surgem basicamente por conveniência, em contrapartida, o de Gisela oferece efetivamente maior visibilidade à população feminina. Desse modo, vale ressaltar que mencionar mulheres em seu plano de governo não significa que o candidato deseje realmente avançar para deter desigualdades ou, ao menos, combater as violências de gênero. Por outro lado, esse produto comunicacional eleitoral materializa um compromisso de política pública, sujeito a cobranças após o pleito.

Assim, confirma-se que, muito além de incluir propostas feministas no plano de governo de forma vaga e subjetiva, é preciso enxergar de fato as vulnerabilidades sociais que as mulheres sofrem, o que não ocorre de fato, e também as diversas formas de opressão considerando as interseccionalidades, desconstruindo visões privilegiadas — no caso dos candidatos homens —, e enfrentando a dominação masculina na política — no caso da única candidata mulher. Ao terem ignorado essas questões, os candidatos analisados aceitaram, mesmo que inconscientemente, a estrutura desigual e excludente que a administração pública tem mantido por anos.

Referências

- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro, Pólen, 2019).
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BIROLI, Flávia. Justiça e Família. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 47-62.
- BIROLI, Flávia. O público e o privado. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 31-46.
- BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. Introdução. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 7-16.
- BUCCI, Maria Paula Dallari. **Direito administrativo e políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2002.
- BRASIL. **Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997**. Estabelece normas para as eleições. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9504.htm. Acesso em: 27 nov. 2020.
- CAMPOS, Mariana de Lima. Feminismo e movimentos de mulheres no contexto brasileiro: a constituição de identidades coletivas e a busca de incidência nas políticas públicas. **Revista Sociais & Humanas**, v. 30, ed. 2, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/27310>. Acesso em: 16 mai. 2021.
- CARLOMAGNO, Márcio; ROCHA, Leonardo Caetano da. Como criar e classificar categorias para fazer análise de conteúdo: uma questão metodológica. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, [S.l.], v. 7,

n. 1, julho 2016. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/politica/article/view/45771/28756>>. Acesso em: 01 dez. 2020. doi:<http://dx.doi.org/10.5380/recp.v7i1.45771>.

CASTRO, Maria Helena Guimarães. Políticas Públicas: conceitos e conexões com a realidade brasileira. In: **Políticas Públicas sociais e os desafios para o jornalismo**. ANDI, p. 66-80, 2010.

Censo Demográfico 2010. Estatísticas de Gênero. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=510340&cat=-1,4,-3,128&ind=4709> >. Acesso em: 03 Dez. 2020.

COELHO, Tamires; SARMENTO, Rayza; FREITAS, Viviane Gonçalves. **CICLO DE DEBATES**: Mídia, Política e Movimentos Feministas. [S. l.: s. n.], 15 set. 2020. 1 vídeo (1 h 53 min 32 s). Publicado pelo canal PPGCOM-UFMT. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=COM5hNxlg8&ab_channel=PPGCOM-UFMT. Acesso em: 03 dez. 2020.

DUARTE, João Paulo Pereira. Planos de governo dos presidencialistas: uma análise sobre a abordagem da reforma agrária para a gestão 2019-2022. In: **Espaço e Economia** [Online], n.16, 2019. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/espacoeconomia/8676>>. Acesso em: 05 dez 2020. DOI: <https://doi.org/10.4000/espacoeconomia.8676>.

HARAWAY, Donna. "Gênero" para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 22, p. 201-246, jun. 2004.

KERGOAT, Danièle. O cuidado e a imbricação das relações sociais. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (Org). **Gênero e Trabalho no Brasil e na França**: perspectivas interseccionais. São Paulo: Ed. Boitempo, 2016.

MAIORIA, do eleitorado de Cuiabá é mulher com nível superior, diz TRE-MT. In: **G1-MT**. [Cuiabá] 27 nov. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/eleicoes/2020/noticia/2020/11/27/maioria-do-eleitorado-de-cuiaba-e-de-mulheres-com-nivel-superior-diz-tre-mt.ghtml>. Acesso em: 30 nov. 2020.

MIGUEL, Luis Felipe. A igualdade e a diferença. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política**: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 63-78.

MIGUEL, Luis Felipe. A identidade e a diferença. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política**: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 79-92.

MIGUEL, Luis Felipe. Gênero e Representação Política. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política**: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 93-108.

ONU MULHERES (ONU). **Plano de aula 5 – Estereótipos de gênero, carreiras e profissões**: diferenças e desigualdades. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/07/valente_aula5_genero_profissoes.pdf. Acesso em: 5 dez. 2020.

SAIANI, Carlos César Santejo; TONETO JUNIOR, Rudinei; DOURADO, Juscelino. Desigualdade de acesso a serviços de saneamento ambiental nos municípios brasileiros: evidências de uma Curva de Kuznets e de uma Seletividade Hierárquica das Políticas?. **Nova econ.**, Belo Horizonte, v. 23, n. 3, p. 657-692, dez. 2013.

TSE. **Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais**. 2020. Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/municipios/2020/2030402020/90670/candidatos>. Acesso em: 27 nov. 2020.

CAPÍTULO 8

Raça acentuada, gênero esvaziado: um olhar interseccional sobre a campanha “Salve uma Mulher”⁵⁸

Isabella Szabor Machado Mustafé
Tamires Ferreira Coêlho

Em outubro de 2019, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) lançou, por meio da Secretaria Nacional de Políticas para a Mulheres (SNPM), o projeto “Salve Uma Mulher”, com o objetivo de oferecer informações e mobilizar a sociedade para o enfrentamento à violência contra as mulheres. Este texto analisa a mensagem publicitária da campanha, tendo como objeto o vídeo⁵⁹ divulgado no evento de lançamento.

Para compreensão dos sentidos, fazemos uma articulação metodológica entre o conceito de contrato de Verón (1985; 2004) e a perspectiva interseccional (COLLINS; BILGE, 2021), que denominamos “contrato comunicativo interseccional” (MUSTAFÉ; COÊLHO, 2021). A ideia articula a análise de “projeções e sentidos pretendidos pelo governo federal, através da publicidade de um Ministério que envolve tantas questões sensíveis” à constituição de um público projetado, mas também destacar como essas projeções e sentidos são constituídos por vestígios de elementos como “gênero, raça, sexualidade e classe”, entre outros possíveis, percebendo nas “estratégias discursivas, a relação que o Estado e/ou governo estabelece com o seu público, além de prover características de quem seria o público” (MUSTAFÉ; COÊLHO, 2021, p. 9).

O programa governamental “Salve Uma Mulher” tem como objetivo a difusão de informações sobre violência doméstica, como a identificação de sinais de agressão, os direitos e as leis de proteção (a exemplo da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, Lei Maria da Penha⁶⁰), os canais de denúncia, possíveis encaminhamentos e os locais de acolhimento. A proposta tem como

58 Este trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

59 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EIJCDgQtVcE&t=50s>. Acesso em: abr. de 2022.

60 A Lei Maria da Penha é o principal instrumento na prevenção e assistência às vítimas de violência doméstica contra as mulheres no Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm. Acesso em: fev. de 2022.

eixo de atuação a sensibilização, por meio de campanhas, e, também, a formação de agentes públicos, privados e da sociedade civil. Para isso, a iniciativa foi planejada e dividida em três fases: capacitação de servidores públicos e funcionários de empresas privadas parceiras, capacitação de voluntários e criação de grupos de apoio.

A fase inicial — oferta de oficinas para servidores públicos e funcionários de empresas privadas, por meio de uma plataforma EAD⁶¹ — foca nos agentes internos, sobretudo do Ministério da Saúde, conselhos tutelares e da Defensoria Pública da União, e nos profissionais de empresas parceiras, como dos Correios. Segundo reportagem sobre o programa, a ampliação do projeto tinha expectativa de abranger "profissionais de beleza e de academias esportivas e líderes religiosos" (BOND, 2019). É importante ressaltar que não são mencionados os agentes públicos que prestam atendimento e lidam diretamente com as vítimas, com objetivo que estes não reproduzam machismos e outras violências diante de uma pessoa fragilizada. O funcionamento das fases seguintes não foi detalhado por parte do ministério.

Deste modo, a proposta do MMFDH de enfrentamento à violência doméstica contra as mulheres visa criar uma rede de instituições parceiras — como o acordo com os Correios, e a capacitação para formar multiplicadores na rede privada, pública e sociedade civil —, para que possam identificar sinais físicos de agressões ou situações abusivas, e assim, auxiliar as vítimas.

Este breve preâmbulo auxilia a compreender o contexto e os objetivos do projeto. Observam-se os discursos do evento de lançamento da campanha, para analisar como o MMFDH estabelece o vínculo com o seu destinatário por meio da constituição do contrato comunicativo interseccional, assim como a mensagem que se pretende transmitir. Tanto no escopo do projeto, como na mensagem da campanha, nota-se o deslocamento da responsabilidade do Governo em implementar políticas públicas para as vítimas, bem como, o esvaziamento das ações voltadas para o combate à violência. A noção de "salvamento" mobiliza, sobretudo, categorias de gênero e de raça, por propagar uma visão romantizada da família patriarcal que naturaliza a violência, enquanto perpetua imagens estereotipadas de quem são as vítimas e os agressores. Há um acenramento da branquitude, por ser classificada como "salvadora" enquanto mulheres não-brancas são representadas como possíveis vítimas.

O lançamento da campanha

O lançamento do projeto contou com um evento na Esplanada dos Ministérios, em que reuniu representantes da pasta, do legislativo, e de empresas privadas. O evento foi transmitido⁶² pelo canal oficial do MMFDH no Youtube. De acordo com Roberta Monzini, idealizadora do

61 Com carga horária de 30h, o curso "Salve Uma Mulher" está dividido em 4 módulos e disponível na plataforma Escola Virtual.Gov (EV.G), da Escola Nacional de Administração Pública (Enap). Disponível em: <https://www.escolavirtual.gov.br/curso/621>. Cabe ressaltar que o MMFDH é o conteudista deste curso e outros 25 cursos na plataforma. Acesso em: fev. de 2022.

62 Disponível em: <https://bit.ly/3AKqjPy>. Acesso em: 14 fev. 2022.

projeto, em seu discurso na ocasião, o objetivo da SNPM é “trabalhar a mulher como um todo, desenvolver a autonomia econômica, o resgate da sua autoestima, a sua dignidade, a sua saúde, o respeito que ela tem”. Mozini, que é diretora do departamento de Políticas das Mulheres e Relações Sociais da SNPM, ressaltou o intuito de abranger os homens com o projeto, “para que ele mude a mentalidade de agressor e se torne um ajudador (sic) nesta campanha que tem como objetivo tocar todo o Brasil”. Ela enfatiza a necessidade do engajamento civil diante do problema: “Nós chamamos e clamamos todos vocês, para que se envolvam, porque a mulher que tá (sic) do seu lado pode ser vítima de violência, linda, maquiada, maravilhosa, e você não sabe. Nosso pedido é salve uma mulher, nos ajude, divulgue o 180” (MMFDH, 2019, online). Por esta fala, nota-se a visão que a equipe do MMFDH tem das mulheres que sofrem violência doméstica, bem como é mencionado o canal de denúncias, que não havia sido citado antes no plano de ação.

Outro material que faz parte do projeto, mas também não consta no escopo de atuação divulgado, somente no release e no vídeo, é um selo, para identificar as instituições como parceiras no enfrentamento à violência contra a mulher. Trata-se de uma sinalização de comprometimento com a causa, um reconhecimento da adoção de práticas de responsabilidade social, e divulgação do projeto para quem costuma frequentar os espaços dessas instituições.

O projeto conta com uma embaixadora, para apoiar, divulgar e representar o projeto: a atriz e modelo Luiza Brunet, vítima de violência doméstica, em 2016, pelo seu ex-companheiro de cinco anos de relacionamento, enquanto morava em Nova York. Sobre a escolha de ter uma embaixadora do projeto, Damares Alves, então ministra do MMFDH, fala:

Por que Luiza? Vamo (sic) falar a verdade? Quem da minha idade não quis ser linda como a Luiza? [...] Luiza, que quando engravidou, teve a coragem de tirar uma foto com o barrigão num país cristão conservador [...] e foi um barulho no Brasil e ela tava dizendo ai “a mulher grávida é linda e poderosa”. [...] Vocês lembram quando Luiza ousadamente botou o peito pra fora, amamentou um menino e protagonizou a mais linda campanha da amamentação do Brasil? Ela sempre esteve engajada com as causas da mulher. Só que eu não imaginava que ela tivesse (sic) hoje, aqui, contando uma coisa triste da sua vida. Mas, outra vez Luiza ousa, em romper o silêncio. **Ou vocês acham que mulheres lindas da alta sociedade também não apanham?** Ela teve a coragem de romper esse tabu (sic). Ela se expôs. (MMFDH, 2019, grifos nossos).

A ministra exalta a coragem de Luiza em expor e seguir com a denúncia, e demonstra, apesar de verbalizar de forma problemática, que a violência doméstica contra a mulher atinge todos os perfis socioeconômicos e étnico-raciais. No trecho “*Ou vocês acham que mulheres lindas da alta sociedade **também** não apanham?*”, é possível inferir uma naturalização no imaginário de quem Damares supõe serem as vítimas de violência doméstica, bem como os agressores. Por esta fala,

espera-se que mulheres feias e/ou de classe baixa sejam agredidas? A mulher com aparência mais próxima do padrão — cis, hétero, branca — e de classe alta não é percebida como vítima em potencial, sobretudo quando se considera que homens empobrecidos (em sua maioria negros) sejam o estereótipo do agressor, e o homem branco e de classe abastada não é visto como potencial agressor.

Mesmo sendo uma figura pública e com recursos, a condenação do agressor demorou 4 anos. Luiza frisa que, além da agressão, a vítima sofre com a revitimização da sociedade, quando é propagada a imagem da mulher agredida e questionamentos culpabilizando a vítima ou desqualificando a denúncia. Damares ressalta que já esteve com Luiza em eventos internacionais fazendo trabalhos com mulheres brasileiras imigrantes, e chama atenção para violência doméstica no caso destas mulheres, em que a situação — de estrangeira ainda não regularizada — é um agravante na decisão de denunciar.

Empatia e solidariedade são elementos importantes no projeto, segundo Cristiane Britto, titular da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres. A empatia, como aponta, é pela necessidade de sentir a dor das mulheres brasileiras, que a construção de políticas públicas demanda envolvimento, e a solidariedade como matéria-prima que será transformada em "um grande movimento de mudança", tendo o 'Salve Uma Mulher' como ferramenta. A secretária ressalta que não buscam "prometer soluções mágicas" e sim trabalhar "arduamente para políticas efetivas que envolvem toda a sociedade", com "um olhar atento e [com] cuidado para as questões como enfrentamento à violência, saúde, maternidade, inserção das mulheres na política, nos espaços de decisão e no mercado de trabalho", demonstrando os eixos de atuação e prioridades do Ministério.

Na ocasião, a ministra Damares Alves explicitou que se trata de um projeto contra violência doméstica "*e familiar como um todo*", citando um caso hipotético de violência patrimonial para exemplificar a atuação dos agentes dos Correios: um carteiro, ao entregar uma carta para uma pessoa idosa que está dentro de casa, em situação de privação por seu filho ter posse do seu cartão de benefício, saberá identificar a situação, após o treinamento do projeto, e auxiliar a idosa. Cabe observar que o carteiro, a princípio, não faz parte do círculo de convivência ou tem laços com a pessoa, nem mesmo se sabe se há possibilidade de ter um tempo para conversar (pelo exercício da sua profissão que requer um número de entregas diário e que sofre de muita precarização) ao ponto de a idosa comentar sobre sua rotina, para que ele note a situação.

Em seu discurso, a ministra também menciona o intuito de abranger mulheres mães de crianças com deficiência, como autismo, e mães de pessoas com doenças raras. O direcionamento às mães denota que a proteção à mulher perpassa pelo papel social da mãe, e quando a assistência é acessada pela maternidade, há naturalização da responsabilidade de cuidado para as mães, não para os responsáveis pelas crianças (pais, avós, tutores etc.).

Além da violência contra idosas e contra as mulheres, Damares enfatiza em sua fala no evento que outro foco é violência contra crianças, a "violência contra a menina". Para isso, a ministra cita dados importantes, de que o Brasil é um dos piores lugares da América Latina para se nascer menina⁶³ e que 1 em cada 3 meninas no Brasil poderá ser abusada até chegar aos 18 anos de idade. Ela reforça o compromisso no enfrentamento à violência sexual contra as crianças, apesar de ser uma campanha voltada para mulheres adultas ou idosas; que requerem abordagens diferentes de acordo com o público, por isso, infere-se que aproveita a fala para tratar dos valores do governo, mesmo que não seja o tema.

O contexto social é um fator importante. A ministra declara que as oficinas de capacitação serão adequadas à realidade do estado, visto que nem todas as regiões têm Delegacia da Mulher ou uma Defensoria Pública. Mais ainda, Damares retoma a abrangência territorial ao enfatizar que o objetivo do projeto é "alcançar todas as mulheres em sofrimento do Brasil. Vai alcançar a mulher lá da região ribeirinha, a mulher que política pública nunca chegou para ela. [...] A mulher ribeirinha, a caiçara, a quebradeira de coco, a catadora de siri", como indício de quais mulheres supõem que sejam vítimas de violência, mas sem mencionar dados que fundamentam a fala, que podem demonstrar a reprodução de estereótipos e estigmas.

Seguindo essa linha, a ministra declara que quer alcançar a mulher indígena e faz uma associação equivocada⁶⁴ de um ritual chamado "*puxirum*", termo referente a trabalhos coletivos em determinadas aldeias indígenas, mas descrito por ela como um ritual de violência sexual contra mulheres, que seria "comum" na cultura indígena. Mais do que um equívoco, nota-se um intuito de criminalizar práticas e configurações familiares que diferem do modelo idealizado pelo Ministério. Sob o pretexto de implementar políticas públicas voltadas para proteção da mulher, há um discurso de ódio direcionado a determinados grupos, como a população indígena neste caso, e a marginalização e criminalização de outros modos de vida, de organização social e familiar que não correspondem ao público do governo federal. Esta retórica é uma operação enunciativa da extrema-direita, o "exemplo saliente", identificado por Fiorin (2019, p. 9), em que um evento isolado, um caso raro, negativo, e específico, é generalizado para representar um grupo social e associá-lo à imoralidade e justificar ações de combatê-lo. Há ainda vestígios do discurso ocidental catequizador, no qual a associação é feita de forma tão radical a ponto de criminalizar, para que a cultura indígena seja vista como absurda na medida que as pessoas integrantes precisam ser salvas.

É importante destacar que a produção fílmica que compõe o *corpus* deste capítulo é a mesma apresentada no evento, contudo, outro vídeo da campanha havia sido lançado anteriormente, em março do mesmo ano, no Dia Internacional da Mulher. Com 8 minutos de duração, o vídeo

63 "O Brasil é um dos piores lugares do mundo para se nascer menina". Disponível em: <http://themis.org.br/o-brasil-e-um-dos-piores-lugares-do-mundo-para-se-nascer-menina/>. Acesso em: fev. de 2022.

64 Disponível em: <https://reporternordeste.com.br/damares-associa-ritual-indigena-de-producao-familiar-nas-tribos-a-estupro-de-mulheres-nas-aldeias/>. Acesso em: fev. de 2022.

#SalveUmaMulher – Ministério lança campanha de enfrentamento à violência contra a mulher⁶⁵ foca na atuação de profissionais da beleza (maquiadores, depiladores, cabeleireiros, manicures etc.) diante de situações de clientes que possam estar em situações abusivas e serem vítimas. O maquiador Agustín Fernandez, "gay, afeminado, que se veste de mulher"⁶⁶, como se autodeclara, crítico do movimento LGBTQIA+ e apoiador de Jair Bolsonaro, protagoniza o vídeo enquanto dá conselhos aos colegas de profissão sobre o tema. Além de ser um homem branco falando sobre mulheres, a figura dele pode servir como *token*, para formar uma imagem pública do governo como não homofóbico. Nesta campanha, também são apresentados dados da violência de gênero, a fala da Delegada-chefe da Delegacia Especial de Atendimento à Mulher do Distrito Federal e de uma psicóloga. A junção dos elementos forma uma contradição: enquanto o perfil de quem deve receber treinamento (profissionais de estética), e o predomínio de imagens de mulheres baseadas no universal branco e padronizado da mulher apontam para um público, o discurso do evento de lançamento vai na contramão, para outro suposto público (como dito, a mulher ribeirinha, a caiçara, a quebradeira de coco, a catadora de siri, a indígena).

O escopo de atuação voltado para prestadores de serviços vinculados à área da beleza tem origem no programa *Mãos EmPENHAdas Contra a Violência*⁶⁷, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, criado em 2017⁶⁸. Idealizado pela juíza Jacqueline Machado, além de um curso de capacitação com os profissionais, a proposta incluía a instrumentalização dos espaços físicos, com a entrega de materiais de apoio, como cartilhas, uma lista dos locais que integram a rede de proteção no estado, vídeos para serem exibidos nas TVs dos salões e um cartão de divulgação do Ligue 180. Apesar do explícito embasamento e conhecimento deste programa por parte do MMFDH⁶⁹, não foi mencionado dentro do planejamento das fases do projeto *Salve Uma Mulher* a previsão da equipagem das instituições parceiras com materiais informativos impressos⁷⁰, somente a entrega do selo. Pelo contrário, a forma de atuação prevista pelo Ministério é outra, como discorre a ministra Damares:

A gente chega lá no interior, elas estão sofrendo violência porque o marido tá batendo? Não! O marido, às vezes, o marido até ama. Mas elas tão com uma dor na

65 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BJAWVCraBZA>. Acesso em: fev. de 2022.

66 Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/veja-gente/o-divo-lgbt-amigo-dos-bolsonaro-quem-e-o-influencer-agustin-fernandez/>. Acesso em: fev. de 2022.

67 Disponível em: <https://revistamarielaire.globo.com/Premio-Viva/noticia/2019/09/saloes-de-beleza-viram-aliados-da-juiza-jaqueline-machado-e-combatem-violencia.html>. Acesso em: fev. de 2022.

68 Agradecimento especial à pesquisadora e colega Jhayne Lima por essa contribuição.

69 Damares Alves fala da experiência do estado do Mato Grosso do Sul ao falar do projeto. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/555730-damares-defende-parceria-com-profissionais-de-beleza-no-combate-a-violencia-domestica/>. Acesso em: abr. de 2022.

70 Em 2020 foi lançada a cartilha "Enfrentando a violência doméstica e familiar contra a mulher", mas não estava prevista sua produção no lançamento do projeto, como foi apontado, nem sua distribuição física. Cartilha disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/assuntos/noticias/2020-2/maio/cartilha-auxilia-mulheres-no-enfrentamento-a-violencia/Cartilhaenfrentamento_QRCODE1.pdf. Acesso em: abr. de 2022.

perna tão grande porque a varize (sic) tá desse tamanho. E não tem uma cirurgia [...] Isso é violência contra a mulher. O não acesso à saúde é violência contra a mulher [...] Mulheres que não conseguem sorrir porque não têm dente (sic). [muda a voz para simular outra pessoa] Ah ministra, a senhora vai [inaudível] a violência contra a mulher distribuindo dentadura (sic)? Se precisar eu vou. Se é isso que faz uma mulher feliz a gente vai fazer [...] se é uma cirurgia de varizes que vai fazer uma mulher feliz, nós vamos lutar por uma cirurgia de varizes. Mas se é um cabelo bem cortado [...] a gente vai cortar o cabelo.

Na fala, ao enfatizar a parceria com o Ministério da Saúde, representado por Mayra Pinheiro, presente na mesa de abertura do evento, Damares aponta outras formas de violência como o acesso à saúde, ou seja, a falta de garantia dos direitos básicos à população. Não reconhece necessariamente a falha do Estado em prover condições básicas; a ministra recorre a uma perspectiva de ação pessoalizada, que mitiga pontual e superficialmente o sintoma, não com a produção de políticas públicas voltadas para solução das causas. Para ela, a atuação em prol da "felicidade da mulher" é por uma opção de seu governo, não vê a assistência odontológica e angiológica como obrigação estatal que deveria ser feita e não está, mas sim como algo a ser realizado. Diante da contextualização da campanha Salve Uma Mulher, as informações obtidas no evento de lançamento auxiliam a compreender o projeto como política pública e, portanto, a sua divulgação, explicitada no contrato.

O contrato comunicativo interseccional da campanha "Salve Uma Mulher"

O vídeo do lançamento do projeto "Salve Uma Mulher", disponibilizado no canal do Youtube do MMFDH em outubro de 2019, tem 4 minutos e 13 segundos de duração. É composto por uma narração, acompanhada de diversos recortes de filmagem e imagens genéricas, um relato de uma vítima de violência doméstica (Lurdes), e falas institucionais, proferidas pela Secretária Nacional das Políticas para as Mulheres, Cristiane Britto, e pela Ministra do MMFDH, Damares Alves. Como não houve direcionamento de recurso publicitário⁷¹, pode-se inferir que foi uma produção audiovisual formulada e promovida pela equipe interna do Ministério.

Quanto à mensagem, logo no início é introduzido o tema, a violência doméstica, e a seriedade do assunto — pela dimensão visual com a cor, e a dimensão sonora, com a música. O vídeo começa com uma tela toda branca e respingos vermelhos enquanto é narrada a chamada "*Um cenário alarmante!*". Os respingos aumentam, e junto com vários filetes vermelhos, tomam a tela tornando-se totalmente vermelha, com o texto e narração "*Mais de 260 mil registros de violência doméstica.*". No fundo, uma música de piano com notas graves, o tom de tensão.

71. Informação disponibilizada no ofício de resposta ao pedido de informações por meio do Fala.BR

Os respingos vermelhos são semelhantes a manchas de sangue que respingam no ambiente quando é desferido um ataque a alguém. É utilizado um recurso audiovisual — em que não é mostrado o golpe, o agressor ou a vítima, mas dá a entender que aconteceu —; se configura como uma forma de denotar que o telespectador presenciou, que acontece próximo. O contínuo e crescente quantitativo de respingos colocam quem assiste no lugar de testemunha de várias violências, e, em conjunto com filetes vermelhos que lembram sangue escorrendo, demonstram que primeiro houve um golpe e depois ficou mais grave, com mais sangue. Entra o dado que choca, o registro dos 260 mil casos de violência doméstica. E o telespectador é testemunha disso. Uma violência que acontece perto. Portanto, logo no início, trata-se de uma provocação, um convite para quem assiste não ser testemunha e evitar que respingos virem rios de sangue, para fazer algo em relação a violência doméstica. Espera-se que no decorrer do vídeo seja explicado o que se pode fazer.

Em seguida, a narradora apresenta Lurdes e começa o testemunho, em primeira pessoa, da violência que sofreu. Vítima de violência por 14 anos, Lurdes conta que, desde o início do casamento, ela sofria agressões e depois a violência se estendeu aos filhos, ao ponto de um ameaçar matar o pai se batesse na mãe novamente, depois de uma situação de violência pior do que as anteriores. Lurdes conta:

Aí, nessa hora, eu comecei a pensar em sair, mas eu ainda levei um ano para ter coragem. Agoniada, emagrecendo muito, com síndrome do pânico, eu já estava doente. A revolta que eu tenho, o que me dói, é de não ter tido coragem antes, sabe? E se não fosse o apoio do ginecologista, em primeiro lugar, eu não teria saído de casa. Por que foi depois da conversa dele que eu saí de casa com meus dois filhos e a roupa do corpo. (MMFDH, 2019).

Como parte do enunciado, o depoimento de Lurdes acrescenta veracidade e caráter pessoal aos dados apresentados, visto que quem assiste pode passar pelo mesmo que ela, se identificar e compreender que é vítima, ou pode conhecer alguém com uma história de vida parecida e oferecer ajuda. Contudo, não fica explícito em seu relato se Lurdes denunciou, se buscou uma Delegacia da Mulher ou o Ligue 180, para onde foi ao sair de sua antiga casa — um abrigo como a Casa da Mulher Brasileira —, se acionou a Lei Maria da Penha, como foi a atuação do ginecologista e quais informações forneceu, se o contexto era uma consulta de rotina ou devido alguma agressão. Por um lado, tais detalhes podem ter sido omitidos por proteção à sua identidade, mas por outro lado, não são explicitados quais caminhos e equipamentos públicos a vítima pode recorrer. O aparato governamental de assistência à vítima de violência doméstica não é divulgado.

Ainda no depoimento de Lurdes, é possível levantar alguns pontos que requerem maior atenção. Em primeiro lugar, nota-se a pressão que as mulheres sofrem por se verem responsáveis pelo casamento, em que ela não podia transparecer e demonstrar que estava sendo vítima, mostrando

um "*casamento maravilhoso*", e isso também por medo, como estratégia de controle. Almeida (2004, p. 9) aponta que no espaço doméstico e na esfera do parentesco, "por vezes, parece que são apenas elas [mulheres] que se esforçam para manter a família ou que se preocupam com os filhos e com a rede de apoio mais ampla". Mais ainda, a violência do marido direcionada a Lurdes estabeleceu um ambiente familiar violento, em que o filho, uma criança, que presencia e sofre as agressões durante toda sua infância, cogita reproduzir a violência, mesmo que seja para a defesa, e culmina na iminência do filho querer matar o pai. Qual assistência essa criança teve após a saída de casa? Como será o tratamento para mitigar os efeitos do comportamento agressivo do pai sobre sua personalidade?

Outro aspecto a ser considerado é a saúde mental de Lurdes ter sido gravemente abalada, inclusive cita que desenvolveu síndrome do pânico e demonstra que adoeceu. Apesar de o MM-FDH promover campanhas sobre saúde mental (como a *Acolha a Vida e Dê um like na Vida*) e ser evidente a necessidade de uma ajuda profissional, não é falado quais são os equipamentos públicos que cuidam desse aspecto, não é mencionado se, tanto a mãe quanto os filhos, receberão o devido acompanhamento psicológico.

Por fim, Lurdes declara que seu arrependimento é não ter tido "*coragem*" de sair da situação abusiva que estava, o que deixa implícito no discurso uma dúvida se sua decisão foi "tardia" porque não soube antes das possibilidades que mulheres vítimas de violência tinham (como casas de apoio, redes de acolhimento, espaços para denúncia e medidas protetivas) ou por falta de "incentivo", como é apresentado na fala da secretária Cristiane Britto. De qualquer modo, trata-se de uma abordagem simplista, reducionista e que culpabiliza a vítima pela situação de violência que ela sofre. A noção de "coragem" individualiza o problema, como se ela fosse responsável por aceitar ou não as agressões, desconsidera fatores básicos, como a dependência financeira, dependência emocional-afetiva (como ela aponta que no início estava apaixonada e recém-casada), o machismo estrutural que impõe a responsabilidade do sucesso ou fracasso do matrimônio às mulheres, o patriarcado, bem como a noção de família moderna nuclear que garante a autoridade e hierarquia dentro do âmbito familiar e possibilita situações desse tipo. Não é uma situação que faltou "posicionamento" e "força" da parte da vítima, trata-se de amparo e atendimento público do problema estrutural, não somente informações ou palavras de motivação para romper com o ciclo violento que se encontrava durante anos.

Mesmo tendo a situação de Lurdes como exemplo e um alto número de registros de violência doméstica, no modelo funcionalista de família "o conflito e a violência são anomias, isto é, algo que não deveria existir na sociedade, uma vez que, por esse ponto de vista, os papéis e as estruturas sociais deveriam ser complementares" (ALMEIDA, 2004, p. 14). A contínua e crescente ocorrência de casos não são vistos como sintomáticos, provenientes de sistemas de poder estruturais e estruturais como machismo e patriarcado. Atribui-se esse "desvio" a estrutura ou desestrutura familiar, sendo que,

É preciso pensar que conflito e violência estão em toda parte na sociedade brasileira, e que a família está inserida nesse contexto. Família não é apenas o lugar do afeto, mas também o lugar em que se expressam e se destacam os conflitos – entre homens e mulheres, entre pais e filhos, entre parentes consanguíneos e afins. [...] Ou seja, não podemos supor que a vida em família, no espaço privado, esteja totalmente isolada nos eixos de desigualdade social, de gênero, de raça, de sexualidade. (ALMEIDA, 2004, p. 14).

A visão romantizada de família como espaço somente de afeto, não como espaço de divergências, abusos, conflitos e violências, principalmente sutis, pode ser um fator que leve vítimas a duvidarem que realmente estão vivenciando a situação e até se sentirem responsáveis pelo que estão sofrendo, como se não estivessem cumprindo seu papel corretamente e, por isso, se veem como causadoras da violência, não um sintoma da sociedade.

Noção de salvamento e sua relação com gênero e raça

De volta ao enunciado, na fala institucional da secretária, em seguida do depoimento de Lurdes, é apresentado o propósito do programa e responde à provocação inicial, a orientação do que se pode fazer para auxiliar uma mulher em situação de violência doméstica:

Você sabia que você pode fazer a diferença na vida de uma mulher em situação de violência? Às vezes, através de orientação, outras vezes, através de uma informação sobre o funcionamento da rede de enfrentamento à violência ou, até mesmo, com uma **simples** palavra de incentivo. São **pequenos** atos que podem interromper o ciclo da violência que poderia até mesmo chegar no feminicídio. E mais: **apenas** com informação e solidariedade. O Programa Salve Uma Mulher traz ações de sensibilização, campanhas educativas e capacitação de voluntários. (MMFDH, 2019, grifos nossos).

Cristiane Britto sugere que é preciso informação e solidariedade para lidar com a situação. Contudo, a informação em si, sobre a Lei Maria da Penha por exemplo, não é citada, ela estaria reservada a quem participar dos cursos ou em campanhas futuras. Resume-se a um anúncio do que se pretende fazer. A solidariedade, por sua vez, se manifesta como “2. Sentimento de simpatia, de identificação com os pobres, os desprotegidos etc” ou como “3. A expressão desse sentimento; AJUDA; AMPARO; APOIO”, segundo verbetes do dicionário Caldas Aulete⁷². A proposta consiste em uma orientação racional, informativa, por meio de um apelo emocional, sentimental.

Semelhante, e vista até como um desdobramento da solidariedade, está a compaixão⁷³, que abrange simpatia e desperta o desejo de ajudar diante o sofrimento de outrem, com diferencial

72 Disponível em: <https://www.aulete.com.br/solidariedade>. Acesso em: maio de 2022.

73 1. Sentimento pesar, pena e simpatia para com o sofrimento de outrem, associado ao desejo de confortá-lo, ajudá-lo etc.; DÓ; PIEDADE. COM-PAIXÃO In: AULETE, Dicionário Caldas Aulete. Disponível em: <https://www.aulete.com.br/comaix%C3%A3o>. Acesso em: maio de 2022.

do sentimento de dó ou piedade. Para Sônia Pessoa (2019, p. 211), "se as palavras-chaves que a guiam são piedade, tragédia pessoal e sofredores", a compaixão pode se apresentar como uma armadilha, que coloca em ênfase mais a pessoa que auxilia do que a vítima. Em um tipo de altruísmo egoísta, aciona-se a compaixão "para satisfazer o meu desejo de me sentir bem por me importar... Para dizer que tenho compaixão ou que sou empático..." (PESSOA, 2019, p. 217), presente tanto no discurso de pessoas como de organizações. É possível perceber indícios do discurso compassivo, por uma proposta que não busca enfrentar de fato o problema, proposta de medidas pontuais, não o fortalecimento do atendimento e do aparato público. O próprio slogan da campanha reflete esse discurso compassivo.

Ainda que, no discurso do evento de lançamento, a autonomia da mulher apareça como um objetivo da SNPM, o próprio nome do projeto e slogan da campanha 'Salve Uma Mulher' contrasta com essa perspectiva. Se a mulher precisa ser salva por outra pessoa, não por ela mesma, não é sua autonomia prioridade no escopo do projeto. E é notável que não faz parte do propósito, visto que não são abordadas medidas que auxiliem no fortalecimento da subjetividade da mulher, de sua independência, principalmente financeira. Não faz parte do projeto melhorar o ensino formal para elas em instituições educacionais, ou investir na inserção no mercado de trabalho, nem mesmo em segurança para que possam usufruir de espaços públicos de lazer, deslocamento sem risco de sofrer assédios etc., por exemplo.

Novamente, assim como em outras campanhas do Ministério (MUSTAFÉ, 2022), o sujeito elíptico demonstra que do ponto de vista gramatical é "você salve uma mulher"; não "eu", Governo, é "você", cidadão trabalhador. A ausência do plural, do "nós", indica o distanciamento da gestão pública em assumir a responsabilidade no enfrentamento do problema, principalmente de forma coletiva. O uso do verbo imperativo "salve" no sentido de ordem ou de orientação reforça o vínculo desigual entre enunciador e destinatário, em que o lugar do enunciador é de autoridade, de detentor de uma informação valiosa e transformadora. A nomenclatura evidencia a pessoa que enuncia e quem faz a ação. Ou seja, a visibilidade é da parte do "eu", Governo, por orientar outra pessoa por meio do comando "salve", e o "outro", quem tem chances de salvar, fica em evidência por realizar a ação, no caso, os profissionais. A mulher é, na verdade, mero objeto da ação, objeto de salvação.

A ideia do "Salve Uma Mulher" na qual a vítima não é o foco e sim as pessoas que praticam a ação (quem orienta e quem realiza), ainda mais por meio de uma "simples" atitude, (algo que não demanda muito esforço, reflexão ou tempo) reforça o esvaziamento da política pública. Como a campanha trata do projeto focado na capacitação de profissionais, de multiplicadores, para o enfrentamento da violência doméstica, mais do que o atendimento das vítimas em si, portanto, por rodear o problema sem ir ao ponto principal, sem a proposição de políticas públicas eficazes, pode se configurar como uma campanha de autopromoção, na qual a "boa intenção" em abordar o problema tem mais visibilidade do que a solução dele em si.

Retomando o discurso de Damares apresentado no tópico anterior, que dizia buscar a assistência odontológica e a angiológica em prol da felicidade da mulher, em consonância com dimensão salvadora, percebe-se que a política promovida é baseada na opção do cidadão em se solidarizar diante da situação de violência e auxiliar a vítima. O lado sentimental é acionado, busca-se despertar solidariedade, compaixão, fraternidade, do indivíduo. Logo, o Governo não vê o enfrentamento como uma obrigação do Estado, mas sim como suporte a uma escolha individual e na provisão de condições para que o indivíduo possa exercer sua benevolência diante de situações de agressão, em que se presencia o mau e ele possa ser bom. Pode-se dizer que, por ser uma opção individual, tomar uma atitude para o combate à violência doméstica é dar um passo rumo a sua construção de "cidadão de bem", um atestado público e coletivo de fazer o bem para outrem.

A noção de salvamento é reforçada pela narradora da peça, que ao final do vídeo diz: "Acolhimento, união de esforços e capacitação juntos no Programa Salve uma Mulher. Todos podem ser heróis e heroínas do cotidiano! Venha fazer parte do #SalveUmaMulher!", concomitante com as imagens da figura 5, protagonizada somente por pessoas brancas (será retomado abaixo). Há a noção de que fazer o bem faz de alguém uma pessoa melhor, uma pessoa heroína, que desperta admiração, inspira e se distingue pela sua atitude. Consequentemente, torna-se mais digna e merecedora de retornos positivos, dos louros e aplausos. Novamente a mensagem toca no ego, no "se sentir bem", "ser herói", para que o indivíduo queira aderir à campanha e à causa, que demonstra que trata mais de si do que do outro.

Figura 5 – Filmagens durante narração no encerramento do vídeo

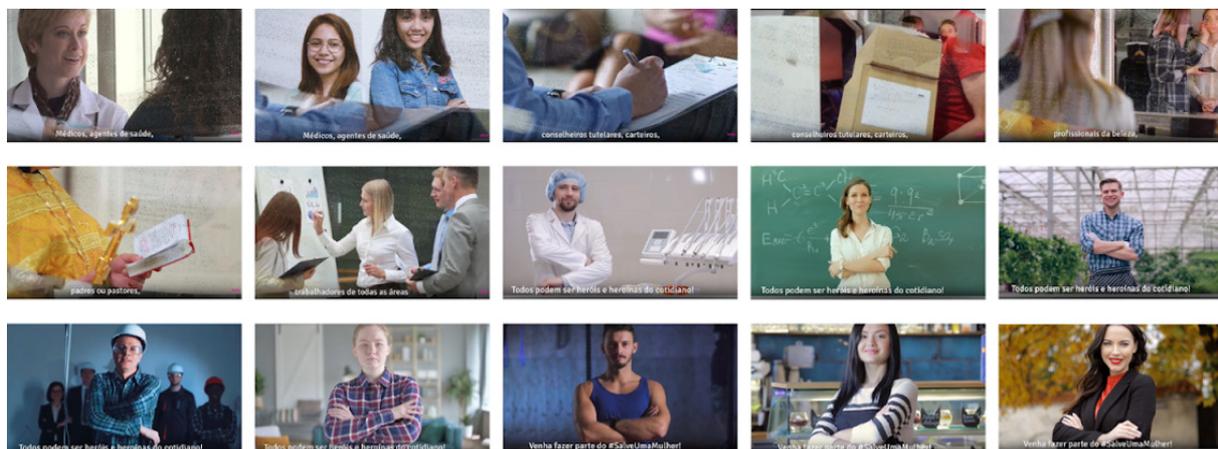


Fonte: capturas de tela do vídeo, 2022

Solidariedade remete à caridade e à fraternidade, que são preceitos religiosos cristãos ocidentais, orientadores de uma determinada conduta que prega fazer o bem ao próximo. Tais sentimentos remetem ao salvamento por uma perspectiva catequizadora, uma sofisticação da catequização que leva conhecimento e harmonia para grupos de pessoas que não tiveram contato com isso ainda. O enunciador coloca-se em um lugar de superioridade, por deter a informação transformadora de realidade, busca dividir com sua rede de multiplicadores (para quem está empregado), e assim, chegar até quem está em situação de vulnerabilidade.

No vídeo, a narração acompanha diversas filmagens, expressando o que é dito, a cada frase, termo ou mudança de sentido. Durante o vídeo e no encerramento são mencionados exemplos de profissões — “*Médicos, agentes de saúde, conselheiros tutelares, carteiros, profissionais da beleza, padres ou pastores, trabalhadores de todas as áreas podem salvar uma mulher*” — representados na figura 6.

Figura 6 – Mural de imagens que ilustram profissões durante o vídeo

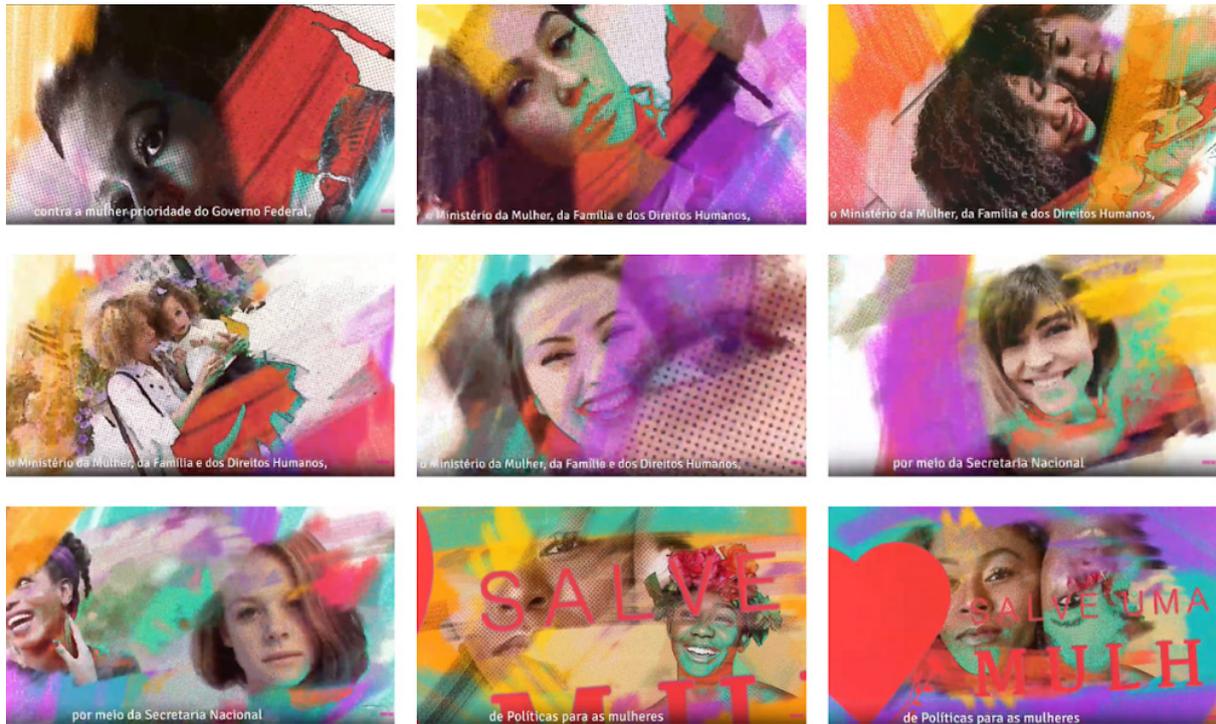


Fonte: elaboração própria a partir de capturas de tela do vídeo, 2022.

Ainda que haja destaque para *Médicos*, como foi o caso do ginecologista do depoimento de Lurdes, *agentes de saúde, carteiros e profissionais da beleza*, como falado nos discursos do evento do lançamento e previsto no escopo do projeto, prevalece a dúvida da atuação de *conselheiros tutelares*, visto que não são prestadores de serviços que mulheres têm contato frequente, habitual, como os outros citados, somente mediante denúncia de violação de direitos e situações de vulnerabilidade de crianças e adolescentes.

Nota-se que qualquer um pode salvar uma mulher, mas o governo optou por ter como destinatário da campanha os profissionais, *trabalhadores de todas as áreas*, e empresas privadas, pela divulgação do selo e parceria com instituições, logo, se constituem como os receptores "reais" do destinatário. Mais ainda, na representação visual do lugar de quem pode salvar uma mulher (figura 5 e 6), prevalece a imagem de pessoas brancas, de traços finos, próximas ao padrão estético hegemônico vigente e incoerente com o perfil da sociedade brasileira, e, ao falar de possíveis vítimas, é o momento em que são representadas mulheres racializadas (figura 7).

Figura 7 – Mural de imagens que ilustram mulheres, destinatárias das políticas do MMFDH



Fonte: elaboração própria a partir de capturas de tela do vídeo, 2022.

O reforço visual da branquitude em espaços de poder, como no mercado de trabalho, e principalmente, o endereçamento da mensagem para que esse público seja o salvador, concomitantemente com a noção de salvamento, da "boa intenção", do "resgate" e da perspectiva de ser "herói" sugerem vestígios da *"Síndrome/Complexo do Salvador Branco"* no discurso.

Do inglês *white savior complex*, o termo se refere a uma "relação social institucional que envolve ações egoístas, condescendentes e muitas vezes institucionalizadas por pessoas 'privilegiadas' que visam fornecer ajuda aos desprivilegiados, incluindo aqueles de nações menos poderosas e pessoas de cor em nações em desenvolvimento"⁷⁴ (YU, 2021, p. 1). Ale Santos (2020, s.l.) aponta que o *Complexo do Salvador Branco*, calcado no pensamento colonial, se considera superior e busca "compensar a si mesmo com o senso de caridade".

Teju Cole (2012) adicionou ao termo a ideia de "complexo industrial", denominado de "*Complexo Industrial do Salvador Branco*" e expôs 7⁷⁵ preceitos sobre o conceito. Destacam-se dois que podem ser associados ao exemplo da campanha: o terceiro, em que a emoção e o bem são centrais, "A banalidade do mal se transmuda na banalidade do sentimentalismo. O mundo não passa de

74 Do original: "The white savior complex is an institutional social relation that entails self-serving, condescending, and often institutionalized actions by "privileged" people that aim to provide help to the underprivileged, including those from less powerful nations and people of color in developing nations".

75 Em resposta à campanha Kony 2012, da Invisible Children, o escritor Teju Cole elaborou 7 premissas inicialmente no twitter, posteriormente escreveu um artigo para a The Atlantic.

um problema a ser resolvido pelo entusiasmo"; e o quinto, "O Complexo Industrial White Savior não tem a ver com justiça. Trata-se de ter uma grande experiência emocional que valida o privilégio".

Logo, Cole (2012) ressalta o aspecto sentimental do complexo, em que os problemas não são vistos como estruturais, socioeconômicos, de governança, mas sim passíveis de serem solucionados com um "bom coração", a "boa vontade", o "entusiasmo", e, adiciona-se aqui, a "informação e solidariedade". Nessa visão, quem está sendo ajudado não tem esses "valores" e quem está ajudando "naturalmente" tem, seja por ser branco ou pelo lugar de origem (países desenvolvidos, por exemplo). Busca transformar a realidade não com justiça social, não é a finalidade da ação, mas sim a experiência emocional que o salvador passa e proporciona.

Segundo Chunhua Yu (2021, p. 1), o conceito pode ser visto em diversos campos, "desde a representação midiática, educação, política externa, turismo voluntário, até o estudo no exterior" e se refere às "ações de 'salvar' pela boa intenção de mudar o *status quo* daqueles que estão sendo ajudados⁷⁶". O autor destaca três elementos chaves basilares do complexo: "o salvador branco, uma ação condescendente de 'salvação' e pessoas não brancas que estão sendo 'salvas'⁷⁷" (YU, 2021, p. 1). No caso da campanha, o lugar que as pessoas brancas salvadoras se colocam é de "esclarecidas", "informadas", com mais condições (principalmente aquisitivas, já que trabalham), e sua ação condescendente é justamente a de informar.

Mais ainda, o *Complexo de Salvador Branco* fica mais nítido ao retomar o discurso de Damares no lançamento do evento supracitado, no qual ela associa um termo indígena a uma prática de violência sexual contra as mulheres indígenas. Além de generalizar os mais de 300 povos indígenas do Brasil⁷⁸ como um só, faz uma relação perversa e racista ao vinculá-los a um crime. A ministra utiliza o recurso retórico para se posicionar como uma pessoa conhecedora da cultura indígena⁷⁹ e incitar ódio e discriminação explícita aos indígenas, enquanto se coloca como salvadora, responsável por resgatar mulheres e crianças.

Ribeiro (2021, s.l.) aponta a naturalização do racismo e do preconceito religioso no complexo, uma vez que o modo de vida de outros povos são vistos como "dissociados de qualquer forma de expressão civilizatória inerentes à modernidade". Ele destaca que o conceito é "desenvolvido a partir do momento em que os colonizadores-exploradores-invasores europeus passam a

76 Do original: "[...] applies to a wide range of domains, spanning from media representation, education, foreign policies, volunteer tourism, to the study abroad, and it justifies the "saving" actions through the good intention to change the status quo of those who are being helped".

77 Do original: "the white savior, a condescending 'saving' action, and nonwhite people who are being 'saved'".

78 Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Quantos_s%C3%A3o%3F. Acesso em: 04 de junho de 2022.

79 A ministra tem um histórico tortuoso com a população indígena. Damares é co-fundadora de uma ONG de cunho religioso e missionário que visa defender os direitos da criança indígena, denominada Atini. A organização foi registrada em 2016 e Damares havia se desligado formalmente em 2015, "quando passou a atuar no gabinete de Magno Malta e fazer assessoria para a bancada evangélica no Congresso" (DAMARES..., 2018, s.l.). Ademais, no final dos anos 90 ela adotou uma criança indígena, porém não regularizou, de acordo com a lei, a adoção. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/epoca/a-historia-de-lulu-23416508>. Antes de assumir o cargo no Ministério, Damares apoiou o PL 1057/2007, proposto pelo então deputado Henrique Afonso (PT/AC), que previa "o combate à práticas tradicionais nocivas e à proteção dos direitos fundamentais de crianças indígenas, bem como pertencentes a outras sociedades ditas não tradicionais" (BRASIL, 2007). Acesso em jun. de 2022.

impor seu modo de vida, hábitos e costumes, perante aos povos por eles considerados enquanto bárbaros e primitivos de África e Ásia" (RIBEIRO, 2021, s.l.). É notório esse pensamento na visão de Damares também ao falar de forma estigmatizada e estereotipada de outras mulheres, como a do interior, a mulher ribeirinha, a caiçara, a quebradeira de coco, a catadora de siri.

Cida Bento (2022, p. 11) discorre sobre a hierarquia das relações de dominação que atravessa gerações, a branquitude, e "sua perpetuação no tempo se deve a um pacto de cumplicidade não verbalizado entre pessoas brancas, que visa manter seus privilégios". Segundo a autora, o pacto da branquitude

Trata-se da herança inscrita na subjetividade do coletivo, mas que não é reconhecida publicamente. O herdeiro branco se identifica com outros herdeiros brancos e se beneficia dessa herança, seja concreta, seja simbolicamente; em contrapartida, tem que servir ao seu grupo, protegê-lo e fortalecê-lo. Este é o pacto, o acordo tácito, o contrato subjetivo não verbalizado: as novas gerações podem ser beneficiárias de tudo que foi acumulado, mas têm que se comprometer "tacitamente" a aumentar o legado e transmitir para as gerações seguintes, fortalecendo seu grupo no lugar de privilégio, que é transmitido como se fosse exclusivamente mérito. (BENTO, 2022, p. 15)

A representação imagética de todas as pessoas salvadoras, profissionais, em lugares de poder e de tomada de decisão — inclusive do poder de mudar rumos de vida, como das vítimas — é de pessoas brancas.

No encerramento do vídeo, outro agrupamento de mulheres é incluído na narrativa, como uma suposta pluralidade, mas se configura com um reforço de padrões de gênero. Uma mulher branca, uma mulher asiática e uma mulher negra compõem a cena. Essa filmagem lembra propagandas de cosméticos/beleza, na qual modelos fazem poses, há um close no rosto, fundo de cor sólida (figura abaixo).

Figura 9- Comparativo Salve Uma Mulher versus Dove "Evolution"⁸⁰



Fonte: captura de tela do vídeo da campanha do MMFDH e do comercial da Dove, 2022

80 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KN2yunRynks>. Acesso em: jun. de 2022.

Esse tipo de produção⁸¹ caracteriza-se por ser feita em estúdio, com modelos profissionais dentro do padrão, sobretudo de corpos magros, bem maquiadas e com edição de imagem aplicada posteriormente. Ou seja, quanto mais montagens e preparos, mais se afastam da imagem real. Cabe destacar que, além de se distanciar da realidade brasileira, trata-se de uma imagem adquirida em banco de imagens⁸².

Deslocamento da responsabilidade governamental

A forma de funcionamento neste contrato comunicativo estabelece um lugar do enunciador como pedagógico, constituindo seu lugar de fala como detentor da informação e do conhecimento, não como espaço de recorrer e de atender as vítimas. Ao mesmo tempo que há um reforço de uma teórica presença do Estado – por meio da presença simbólica do Governo Federal, do MMFDH e da SNPM que mais se aproxima do personalismo dos governantes –, há uma isenção de responsabilidade, uma vez que não são mencionados os equipamentos públicos vigentes no enfrentamento à violência contra a mulher. É possível inferir que o papel do governo se restringe a sensibilizar, por ações e campanhas, e capacitar as pessoas e instituições. O Ligue 180, canal de denúncias, aparece na representação visual do selo, mas não é verbalizado na narração.

Na própria representação gráfica do selo a chamada para ação não é para denúncia. Inclusive, a forma como é colocado – “Quer ajudar também? Conheça o Salve Uma Mulher” e ao lado o símbolo do “Ligue 180” – parece que o número é disponibilizado para quem deseja fortalecer a rede de proteção às mulheres, conhecer e fazer parte do projeto, não está explícito que é para denunciar. O projeto prevê atingir empresas e a capacitação de voluntários, logo, pessoas físicas ou pessoas jurídicas, portanto, o selo se caracteriza mais como uma forma de divulgação, para que as pessoas interessadas entrem em contato com o governo, do que como uma medida de sensibilização.

Cabe destacar que mesmo não sendo amplamente difundidos na campanha, os canais “Ligue 180” e “Disque 100” foram vistos como prioritários pela gestão de Damares, que canalizou o orçamento disponível para ampliação e fortalecimento destes. Myllena Matos e Fernanda Papa (2022) indagam a pertinência desse modo de ação, visto que não foi acompanhada com o incremento da rede como um todo, haveria só o canal de denúncias, sem investimento na rede de acolhimento e atendimento nos serviços públicos. No geral, o governo Bolsonaro não utilizou os recursos

81 Trata-se de um tipo de produção publicitária comum no início dos anos 2000, mas que tem se transformado. Em 2007, por exemplo, a marca Dove, da Unilever, lançou o comercial “Evolution” para promover o conceito da “Campanha pela Real Beleza”, para evitar perpetuar a percepção de beleza distorcida. O filme publicitário da Dove critica as mega produções empregadas nos anúncios, pois distorcem a realidade da modelo, que posa para a foto, e das mulheres que veem o anúncio. É uma crítica ao padrão de beleza vendido, irreal e produzido no Photoshop. Desde o início do conceito, em 2004, a marca adotou o posicionamento de promover belezas reais, com pessoas que não são modelos e que não seguem o padrão. Disponível em: <https://www.meioemensagem.com.br/home/comunicacao/2014/01/23/real-beleza-de-dove-celebra-10-anos.html>. Acesso em: jun. de 2022.

82 Disponível em: <https://elements.envato.com/pt-br/charming-female-models-posing-together-DQXZRWM>. Acesso em: jun. de 2022.

aprovados para políticas para as mulheres⁸³. As autoras ainda ressaltam a urgência de não utilizar somente o número de denúncias para contabilizar o crescente número de violência contra as mulheres, como foi o apresentado no vídeo da campanha, mas sim o número de atendimentos.

Nota-se que os dados são fundamentais para a narrativa governamental, presentes na fala de Damares e na abertura do vídeo (inicia com a quantidade dos registros das denúncias de violência doméstica, 260 mil casos). Todos eles são verdadeiros, o que fortalece a disputa de fatos *versus* versões, comum na retórica do Governo. Ainda sobre dados, de acordo com o Atlas da Violência de 2021 (FBSP, 2021), entre 2009 e 2019 mais de 50 mil mulheres foram assassinadas no Brasil, e houve um aumento do número de mulheres negras mortas. O número se torna mais preocupante: em 2019, 67% das vítimas de homicídio eram mulheres negras.

Segundo Analba Teixeira em entrevista concedida ao Nexo Jornal, "os dados demonstram como o racismo e a pobreza operam na violência contra as mulheres negras e pobres, tanto nos espaços urbanos, na periferia, quanto no interior. Elas têm mais dificuldade de acionar os serviços públicos, como as delegacias" (MATOS; PAPA, 2022). Contudo, como não é feito esse recorte nos dados apresentados pelo governo, infere-se que tanto a elaboração da política pública quanto a do produto comunicacional, como a campanha, são baseadas em estereótipos e estigmas que permeiam o imaginário, carregado de preconceitos.

Considerações finais

Observa-se o esvaziamento da política pública de enfrentamento à violência doméstica contra as mulheres quando, ao estabelecer o vínculo com o destinatário, o Ministério constrói o seu lugar de enunciação a partir de um distanciamento, em que não menciona aparatos estatais voltados para vítimas, ao mesmo tempo em que desloca a responsabilidade do enfrentamento para o âmbito individual.

No geral, a campanha fala pouco da vítima e da situação da mulher. A ausência de iniciativas que visem a independência financeira de mulheres, como a inserção, permanência e crescimento no mercado de trabalho, ou de assistência a elas. Em determinadas campanhas com relatos, há a dramatização dos fatos, enquanto são descritos os tipos de violência para ser o máximo explicativo. No vídeo analisado, o depoimento de Lurdes não é retomado no decorrer do vídeo, aparece no início, mas não compõe mais a narrativa. O foco da campanha, bem como da política pública, não é a vítima diretamente. A vítima é o meio, o gancho para falar do programa, como forma de pautar o assunto, para sensibilizar a "sociedade" (profissionais e empresas) sobre a existência do problema, mais para demonstrar que o governo se importa com o problema do que para resolver de fato.

83 Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/bolsonaro-nao-usou-um-terco-dos-recursos-aprovados-para-politicas-para-mulheres-desde-2019/>. Acesso em: jun. de 2022.

Em consonância, é possível perceber uma perspectiva reducionista e simplista do problema, sobretudo pelas expressões “uma simples palavra de incentivo”, “pequenos atos” e “apenas com informação e solidariedade”, presentes na fala de Cristiane Britto. Trata-se de uma campanha de sensibilização, mas para os profissionais, não para as vítimas, categorizando-se mais como uma campanha de promoção do governo pautada pelo combate à violência doméstica. Uma continuidade do movimento do ministério, que promove políticas antigênero (CORRÊA et al., 2021).

A campanha propõe o enfrentamento à violência doméstica contra a mulher, e cabe apontar que tal violência é uma dentre tantas as quais as mulheres estão sujeitas. Inicialmente, a falta de acesso à educação, à saúde (até como abordado pela ministra de forma problemática), à renda, à sua liberdade e exercício pleno da sua subjetividade e autonomia. Em situações de violência, além da que sofre dentro de casa, ainda corre o risco de sofrer pelos agentes do Estado ao denunciar (mesmo em delegacias da mulher, sendo descredibilizadas) e esses servidores não estão explicitamente mencionados como públicos do treinamento.

No vídeo, considera-se fundamental “uma conversa”, o diálogo, para a tomada de decisão da vítima. O ponto de inflexão para mudança decisiva na vida da mulher é uma conversa que qualquer pessoa pode ter, por isso a narração no vídeo é retomada e cita diversas profissões. Embora seja voltado para a sociedade, são os profissionais os destinatários da mensagem. A noção de sociedade é acionada por meio do vínculo empregatício, da prestação de serviço, o exercício de alguma função. Ou seja, para fazer parte do projeto, exercer sua cidadania, primeiro, tem que estar empregado e em exercício de uma função profissional. O outro, quem salva, está empregado, mas a mulher, que sofre a violência, à primeira vista não. Trata-se de uma mulher abstrata que mora em casa e recebe a encomenda/carta direto com o carteiro — que pode ser uma mulher dona de casa, ou que trabalha na casa, o que dá indícios de duas classes diferentes —, e frequenta salões de beleza. Ela usufrui dos serviços e tem contato com os profissionais, não são necessariamente colegas de trabalho.

No discurso do lançamento da campanha, Damares traz indícios de quem supostamente seriam as vítimas de violência doméstica e os agressores. Como a campanha foca na circulação de informação como mecanismo de enfrentamento do problema, nota-se a naturalização de mulheres e homens empobrecidos como potenciais vítimas e agressoras, que não tiveram acesso à educação e à escolaridade. Pela fala de Damares em relação à agressão sofrida pela atriz Luiza Brunet (“*Ou vocês acham que mulheres lindas da alta sociedade também não apanham?*”), infere-se que a violência doméstica em lares formados por casais dentro da norma — cis, hétero, brancos —, e de classe alta, é vista como um desvio, não esperada. Reforça-se estigmas, um estereótipo em que pessoas “sem informação”, em sua maioria racializadas pela falta de justiça social e reparação, sem poder econômico, estariam sujeitas a praticar e a sofrer violências.

Ao acionar o sentido de "salvamento" e a noção do heroísmo, de fazer o bem para ser uma pessoa melhor, a campanha não coloca a violência como um problema social que carece de políticas públicas. Ademais, nota-se o "pacto da branquitude" sobre o qual Bento (2022) discorre, a perpetuação da herança colonial branca para manter privilégios, nos momentos em que a mensagem apresenta quem pode salvar uma mulher — os profissionais — e prevalece a imagem de pessoas brancas, enquanto que, ao falar de possíveis vítimas, são apresentadas mulheres racializadas.

Cabe ressaltar que a comunidade escolar, com uma possível parceria com o Ministério da Educação, é ignorada no planejamento estratégico do problema, que denota tratar de informação, mas não do processo educativo, da mudança por meio da educação. Esse aspecto reforça a tática de enfrentamento de forma pontual, que remedia, mas não trata diretamente ou previne o problema. Como discorre Cole (2012), a justiça não é um objetivo no Complexo Industrial do Salvador Branco.

Referências

- ALMEIDA, Heloisa Buarque de. Família e relações de parentesco – contribuições antropológicas. CARVALHO, José Sergio (org.): **Direitos Humanos e Educação para a Democracia**. São Paulo: Vozes, 2004.
- BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das letras, 2022.
- BIROLI, Flávia; MACHADO, Maria das Dores Campos; VAGGIONE, Juan Marco. **Gênero, neoconservadorismo e democracia**: disputas e retrocessos na América Latina. Boitempo Editorial, 2020.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 1057, de 11 de maio de 2007**. Dispõe sobre o combate a práticas tradicionais nocivas e à proteção dos direitos fundamentais de crianças indígenas, bem como pertencentes a outras sociedades ditas não tradicionais.. Brasília: Câmara dos Deputados, 2007. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=351362>. Acesso em: 04 jun 2022.
- BOND, L. Governo lança programa Salve Uma Mulher. **Agência Brasil**, 03 de out. de 2019. Geral. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2019-10/governo-lanca-programa-salve-uma-mulher>. Acesso em: 05 de abr. de 22.
- COÊLHO, Tamires Ferreira; MUSTAFÉ, Isabella Szabor Machado. Reflexões metodológicas sobre a potência do "contrato comunicativo interseccional" para a comunicação pública. In: MEDEIROS, Magno.; MAINIERI, Tiago. (Org). **Comunicação pública e cidadania**: experiências e práticas inovadoras [Ebook]. Goiânia: Cegraf UFG, 2022, pp.153-175.
- COLE, Teju. The White-Savior Industrial Complex. **The Atlantic**. 21 de março de 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3Pmm0CI>.
- COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução de Rane Souza. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021.
- CORRÊA, S. et al. **Ofensivas Antigênero no Brasil**. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3sDnheo>.
- DAMARES Alves é fundadora de ONG acusada de tráfico de crianças. **Carta Capital**, 15 de dezembro de 2018. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/damares-alves-e-fundadora-de-ong-acusada-de-trafico-de-criancas/>. Acesso em: 4 de junho de 2022.

FBSP – FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Atlas da Violência 2021**. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/atlas-da-violencia/>. Acesso em: 04 jun. 2022.

FIORIN, José Luiz. Operações enunciativas do discurso da extrema-direita. **Discurso & Sociedad**, n. 3, p. 370-382, 2019.

MATOS, Myllena Calasans de; PAPA, Fernanda. Para 2022: mulheres e Lei Maria da Penha protegidas!. **Nexo Jornal**, 13 jan. 2022. Opinião. Disponível em: <https://pp.nexojornal.com.br/opiniao/2022/Para-2022-mulheres-e-Lei-Maria-da-Penha-protetidas>. Acesso em: 3 maio de 2022.

MENDES, G. F et al. **Manual de redação da Presidência da República**. Brasília: Presidência da República, 2018, 189f. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/centrodeestudos/assuntos/manual-de-redacao-da-presidencia-da-republica/manual-de-redacao.pdf>. Acesso em 04 de jun. de 2022.

MMFDH – Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Lançamento do projeto Salve Uma Mulher**. Publicado no canal do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Youtube, 2019. 1 vídeo (1h22min). Disponível em: <https://bit.ly/3AKqiPy>. Acesso em: 14 fev. 2022.

MUSTAFÉ, Isabella Szabor Machado. **Sentidos de família em campanhas publicitárias**: análise do contrato comunicativo interseccional do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. 2022. 244 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2022.

MUSTAFÉ, Isabella Szabor Machado; COELHO, Tamires Ferreira. Reflexões Metodológicas sobre a Potência do "Contrato Comunicativo Interseccional" para a Comunicação Pública. In: 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2021, Online, **Anais...** Disponível em: <https://bit.ly/3Ojv2Po>.

PESSOA, Sônia Caldas. Acessibilidade Afetiva? Da linguagem hospitaleira às redes de relações em organizações. In: MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro; SILVA, Daniel Reis; LIMA, Fábica Pereira (org.). **Comunicação e direitos humanos**. Belo Horizonte: Ppgcom Ufmg, 2019. p. 209-217.

RIBEIRO, Christian. A incrível insistência de VOCÊS em tutorar e explicar aos negros como devemos ser, agir e pensar! "Síndrome do salvador branco" no país da "democracia racial"? **Portal Geledés**. 25 de outubro de 2021. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/a-incriveis-insistencia-de-voces-em-tutorar-e-explicar-aos-negros-como-devemos-ser-agir-e-pensar-sindrome-do-salvador-branco-no-pais-da-democracia-racial/> Acesso em 4 de junho de 2022.

SANTOS, Ale. A Síndrome do Salvador Branco, por Ale Santos. **Blog da Revista Forum**. 27 de abril de 2020. Disponível: <https://revistaforum.com.br/blogs/outra-vibe/2020/4/27/sindrome-do-salvador-branco-por-ale-santos-73865.html>. Acesso em 4 de junho de 2022.

VERÓN, Eliseo. El análisis del "contrato de lectura": un nuevo método para los estudios del posicionamiento de los soportes de los media. In: VERÓN, Eliseo. **Les medias**: experiences, recherches actuelles, applications. Paris: IREP, 1985.

VERÓN, Eliseo. Quando ler é fazer: a enunciação no discurso da imprensa escrita. In: VERÓN, Eliseo. **Fragmentos de um tecido**. São Leopoldo: UNISINOS, 2004. p. 215-238.

YU, Chunhua. Rising Scholar: An Examination of the Institutionally Oppressive White Savior Complex in Uganda Through Western Documentaries, **International Social Science Review**: Vol. 97: Iss. 2, Article 17, 2021. Disponível em: <https://digitalcommons.northgeorgia.edu/issr/vol97/iss2/17>.

Sobre autoras e autores

Giordano de Arruda Tomaselli – Estudante de Jornalismo na Universidade Federal de Mato Grosso, bolsista do CNPq no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica entre 2021 e 2022, na UFMT.

Isabella Szabor Machado Mustafé – Mestre em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Goiás, com bolsa da Capes. Membro do grupo de pesquisa Ciclo – Comunicação, Política e Cidadania (UFMT).

Liz Paola Brunetto – Jornalista, graduada em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Universidade Federal de Mato Grosso. Autora da monografia “Uma Morte Anunciada: a Violência Contra a Mulher na Tela do Cadeia Neles”, premiada pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI) e apresentada no VIII Seminário de Pesquisa em Jornalismo Investigativo/ 16º Congresso Internacional de Jornalismo Investigativo da Abraji.

Maryelle de Campos Ponce – Estudante do curso de Jornalismo na Universidade Federal de Mato Grosso, bolsista do CNPq no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica entre 2021 e 2022, na UFMT. Membro do Observatório Pauta Gênero (UFMT).

Nealla Valentim Machado – Professora do Departamento de Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea (PPGECCO), com bolsa da Capes. Membro do grupo de pesquisa Ciclo – Comunicação, Política e Cidadania (UFMT) e do Observatório Pauta Gênero (UFMT).

Pedro Augusto Pereira – Mestre em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso, com bolsa da Capes. Membro do grupo de pesquisa Ciclo – Comunicação, Política e Cidadania (UFMT) e do Observatório Pauta Gênero (UFMT).

Tamires Ferreira Coêlho – Vice Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Mato Grosso. Doutora em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais com bolsa da Capes. Coordenadora do grupo de pesquisa Ciclo – Comunicação, Política e Cidadania (UFMT), membro do grupo Processocom (Unisinos) e da Rede AmLat. Coordenadora do Observatório Pauta Gênero (UFMT).

Tuani Awade Nunes da Mata – Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso, com bolsa da Capes. Graduada em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela UFMT.

Vitória Fernanda de Sousa Tumelero – Estudante do curso de Jornalismo na Universidade Federal de Mato Grosso.

Este livro nasce da urgência em se falar, do ponto de vista científico e comunicacional, de desigualdades de gênero. Ainda que tenhamos, pelo menos na última década, um aumento considerável na quantidade de obras, reflexões e artigos, além da qualidade e complexidade que constituem os debates sobre o assunto, o campo da Comunicação ainda "engatinha" quando falamos disso. As relações desiguais de gênero atravessam os meios de comunicação, processos e práticas comunicacionais, e não poderia ser diferente, afinal falamos de algo emaranhado nas estruturas de nossa sociedade, de nossa forma de olhar para o mundo e estar nele, das possibilidades de falar e de obtermos escuta.



paruna

